



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística

Rua Barão de Geremoabo, nº147; CEP: 40170-290 Campus Universitário - Ondina, Salvador - BA
Tel.: (71) 263-6256 / 6255 Fax: (71) 263-6208 E-mail: ppletba@ufba.br



A religiosidade na obra do intelectual Herberto Sales

por

ANDRÉA BEATRIZ HACK

Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Evelina de Carvalho Sá Hoisel (UFBA)

SALVADOR
2006



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística

Rua Barão de Geremoabo, nº147; CEP: 40170-290 Campus Universitário - Ondina, Salvador - BA
Tel.: (71) 336-0790 / 8754 Fax: (71) 336-8355 E-mail: ppletba@ufba.br



A religiosidade na obra do intelectual Herberto Sales

por

ANDRÉA BEATRIZ HACK

Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Evelina de Carvalho Sá Hoisel (UFBA)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

SALVADOR
2006

A

Laércio, com amor, pelo apoio, incentivo e paciência, em tantos momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus**, pelo dom da vida e pelas forças que me deu para conseguir chegar ao final deste trabalho;

A **meus pais, Ireneu e Etelvina Hack**, que sempre acreditaram no meu esforço e capacidade para enfrentar e vencer obstáculos;

À **Evelina Hoisel**, pela paciente e gentil orientação, quando tantas vezes me fez ver meus erros e enganos, mesmo contra a minha vontade;

À **Ângela Vilma**, por todo o material crítico sobre Herberto Sales, compartilhado com tanto carinho e generosidade, e que foi de crucial importância para a realização deste trabalho;

À **Simone Guerreiro**, pela revisão competente e criteriosa, e pela atenção paciente e constante.

À **FAPESB**, pelo apoio financeiro concedido através da bolsa de estudos, sem o qual o curso de mestrado não teria sido possível;

À **D. Maria**, pelo apoio através de suas orações a Deus por mim;

À **Neuma**, que me apresentou Herberto Sales e me emprestou o primeiro livro dele que li; curiosamente, o último publicado por ele;

Ao **pastor Elvis e Diamantina**, e demais **amigos e irmãos** da Igreja Evangélica Congregacional da Federação, que se fizeram presentes em todo esse período com seu interesse, compreensão, amizade e orações;

Aos **queridos colegas de mestrado**, pelo companheirismo e solidariedade em todos os momentos, e a todos os amigos, do Rio Grande do Sul e Bahia, por seu incentivo e amizade.

“(…) Vivemos acoados por todos os tipos de crise. Mas a nossa maior crise está dentro de nós próprios. O importante é saber se a crise existe mesmo ou se é inventada. Se foi inventada, basta escovar os dentes que ela passa.”

“(..) A obra literária autêntica é aquela que faz o homem conciliar-se com os valores humanos autênticos, levando-o ao reencontro ou à descoberta deles.”

(Herberto Sales, in Subsidiário: Confissões, Memórias e Histórias, pp. 33 e 32).

RESUMO

A presente dissertação tem como tema central de investigação e análise a religiosidade na literatura, o qual é desenvolvido a partir da análise dos romances *O Fruto do Vosso Ventre* (1976) e *Os Pareceres do Tempo* (1984), de Herberto Sales. Na primeira obra, localizam-se diversos elementos pertinentes à religião cristã, retirados de seu texto sagrado, a Bíblia, e inseridos no enredo ficcional. A partir dessa prática, observa-se de que maneira o autor os utiliza e relê em sua ficção, e quais as implicações desse uso em termos de significação e crítica; na segunda, analisa-se a denúncia irônica que o autor faz da atuação legitimadora da Igreja Católica Romana, durante o período da colonização do Brasil, à escravidão negra e à desapropriação territorial e cultural do indígena. A presente pesquisa foi desenvolvida sob a perspectiva da pós-modernidade, período no qual as questões relativas à fé e ao transcendente voltam a manifestar relevância, segundo atesta a própria literatura bem representada por essas duas obras de Herberto Sales. Inicialmente, objetivou-se também discutir e problematizar a função do intelectual na sociedade contemporânea, a partir da dupla atuação do escritor baiano Herberto Sales, a qual se deu tanto no âmbito da literatura, mediante a publicação de diversas obras de ficção marcadas por um caráter de denúncia e crítica social, quanto no exercício de um cargo administrativo durante a ditadura militar brasileira, período esse pautado pela repressão e violência, o que constituiu um paradoxo face ao seu papel de intelectual, por fazer recair sobre ele uma incômoda suspeita de cooptação, o que pode ter comprometido a credibilidade de seu discurso.

Palavras-chave: Intelectual; Pós-modernismo; Crítica Social; Literatura; Religiosidade; Texto Sagrado do Cristianismo; Igreja Católica Romana.

ABSTRACT

The present dissertation has how central investigation and analysis theme the religiosity in the literature; this theme is development from the analysis about the novels *The Fruit of Thy Womb* (1976) and *The Opinions of the Time* (1984), written by Herberto Sales. In the first book, are localizes several Christian Religion elements. These elements were take away of the hope text, the Bible, and put in the fiction. From this practice, is possible to observe what manner the writer use and reread them in his fiction, and which the implications of that use above the signification and critique. In the second book, is made the analysis about the ironic denunciation made by writer about the legitimated performance of Roman Catholic Church, during the Brazil colonization, on the black slavery and on the land and cultural dispossessing of the Indian. This searching was development under the pos-modernity perspective, period in that the questions about faith and transcendent come back to manifest importance, according attest the proper literature well represented by these two book of Herberto Sales. In the first moment, was discussed the intellectual function in the contemporary society, from the double performance by Herberto Sales, writer native from Bahia. His performance happened in the literature, by the publication of many fiction books distinguished by a denunciation and social critique, and in a administrative job, during the Brazilian military despotism. This period was marked by violence and repression. This double performance established a paradox face to his intellectual function, because it made befall above him a inconvenient suspect of cooptation, and this can have prejudiced the credibility of his discourse.

Keywords: Intellectual; Pos-modernism; Social Critique; Literature; Religiosity; Holy Text of Christian Religion; Roman Catholic Church.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 - HERBERTO SALES: UM INTELLECTUAL DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES	15
1.1 Implicações contextuais: escritor crítico ou funcionário cooptado?.....	15
1.2 Herberto Sales: o intelectual político	24
1.3 Herberto Sales: de Andaraí para o mundo das letras	30
CAPÍTULO 2 - A RELIGIOSIDADE NA LITERATURA.....	43
2.1 O sagrado na pós-modernidade.....	43
2.2 O Cristianismo na literatura.....	54
2.3 A apropriação do discurso bíblico por Herberto Sales em <i>O Fruto do Vosso Ventre</i>	60
2.4 <i>Os Pareceres do Tempo</i> – crítica ao papel da instituição religiosa no período colonial brasileiro.....	87
2.4.1 Considerações preliminares.....	87
2.4.2 A crítica à atuação da Igreja Católica durante o período colonial brasileiro.....	94
2.4.3 Personagens emblemáticas: aspectos religio- sos e metafóricos.....	111
CONCLUSÃO.....	130
REFERÊNCIAS.....	135

INTRODUÇÃO

“Para o homem, criatura de Deus, feita à Sua imagem e semelhança, o valor da vida está em preservar a dignidade, numa luta constante contra as misérias de sua condição humana.”

Herberto Sales, *Subsidiário I*

O período atual, designado como pós-modernidade, é caracterizado principalmente por suas muitas dúvidas e incertezas. Há muito mais perguntas do que respostas e mesmo as poucas afirmações que se ousa fazer têm sustentação frágil, podendo ser facilmente derrubadas e substituídas por novas formulações e modos de pensar que surgem continuamente, o que refere o grande relativismo vigente. Porém, se incertezas podem ser fonte de inquietação, por outro lado podem vir a constituir-se de saudáveis desafios, que incitam transformações e mudanças positivas e necessárias.

Já no século XIX, o filósofo dinamarquês Sören Kierkegaard defendeu, com certo radicalismo, a necessidade da religião como única instância capaz de dar sentido à existência humana. Tal afirmação gerou e continua gerando calorosas reações, tanto a favor quanto contra ela. Contudo, observando a moderna sociedade capitalista de hoje, a qual goza de um desenvolvimento tecnológico inimaginável a poucas décadas atrás, o que se constata é que todo esse aparato econômico e eletrônico, capaz de proporcionar tanto conforto e prazer, não foi capaz de tornar as pessoas mais felizes nem responder antigas questões existenciais, coisa que a religião, de certa maneira, sempre se propôs a fazer. Mas será ela realmente capaz de dar conta dessa tarefa? A religião, que nem tem idade, pois surgiu praticamente junto com o homem, alguma vez soube ser as respostas tão almejadas pela alma humana? De qualquer forma, não há como negar sua importância e relevância diante do fascínio que sempre exerceu sobre o ser humano, o que lhe garantiu um lugar privilegiado dentro da cultura e da sociedade.

Na cultura ocidental, a religião de maior importância e expressão é o Cristianismo. Sua influência é tão grande que chega a confundir-se com o próprio conceito de religião enquanto modo de vida e concepção de mundo. Jostein Gaarder afirma, em seu *O Livro das Religiões*, que “o Cristianismo é o pré-requisito para compreender a sociedade e a cultura em que vivemos”; na mesma página ele ainda enfatiza que a Bíblia, o texto sagrado da religião cristã, bem como do Judaísmo (ao menos o Velho Testamento), “é o livro mais lido no mundo, hoje e em toda a história humana. (2000, p. 137).

Entre as diversas expressões artísticas, a literatura funciona como representação da sociedade e canal de interrogação da cultura, a qual vai mudando de acordo com a marcha da história e com os progressos da liberdade, e, portanto, não poderia ficar indiferente à força e influência da religião cristã, mas serviu-se dela e de seu texto sagrado, a Bíblia, inúmeras vezes para produzir ficção e arte, ao mesmo tempo em que promovia crítica e reflexão laica sobre elementos pertinentes ao sagrado. Esses movimentos da literatura dentro do contexto religioso, ora reiterando, ora derrubando princípios preestabelecidos, desconstruindo ou ressignificando narrativas míticas, ao trazê-las para dentro de um espaço de discussão e análise, se por um lado as dessacraliza, no dizer de Walter Benjamin, por outro as divulga, libertando-as da redoma das denominações eclesiais e proporcionando-lhes uma visibilidade normalmente impensável em seu contexto original. Além disso, tal prática também redimensiona o alcance e o caráter da mensagem desses textos, ampliando seu papel e função.

Isso só é possível graças à condição de neutralidade de que a literatura goza enquanto expressão artística e cultural, com o distanciamento necessário para poder circular pelos campos da razão e do sagrado sem se comprometer nem se entregar a nenhum deles, mas, sim, proporcionando um interessante diálogo entre os mesmos, pela via da ficção, o qual já foi empreendido por diversos ficcionistas.

Essa apropriação, do religioso pelo literário, também foi percebida na obra do escritor baiano Herberto Sales, o que ensejou a seleção de dois de seus romances, *O Fruto do Vosso Ventre* (1976) e *Os Pareceres do Tempo* (1984), para compor o *corpus* da presente pesquisa. Na primeira obra, ele invade o terreno do sagrado, inserindo narrativas e transmutando personagens bíblicos em sua ficção. Já na segunda, Herberto Sales tece uma ferrenha crítica à postura legitimadora da Igreja Católica face à escravidão negra e à apropriação violenta do território indígena, durante o período colonial brasileiro.

A investigação científica que deu origem a esta dissertação objetivou analisar as relações existentes entre religião e literatura, no bojo de uma contemporaneidade marcada pela retomada de questões de âmbito religioso, as quais demandam espaço e atenção também dentro da pesquisa acadêmica, face à sua complexa relevância social e política. Como os elementos pertinentes ao religioso identificados nos romances herbertianos são oriundos do texto sagrado cristão, a Bíblia, e se referem a práticas exercidas dentro do contexto da religião católica, a qual também pertence ao Cristianismo, o presente trabalho deter-se-á nesse recorte específico dentro do amplo universo da religião.

Sabe-se que inúmeras obras, literárias e científicas, já tiveram o mito cristão como tema, tal o fascínio que ele sempre exerceu e continua exercendo dentro da cultura ocidental. E isso não implica em uma questão de fé, pois a religião é uma manifestação cultural que estabelece um vínculo entre o espaço sagrado e o mundo profano. Levando-se em conta o fato de que tanto a Teologia quanto a Literatura têm o homem como foco, sendo que Deus e o homem fazem parte da História, justifica-se a relevância desta pesquisa, no sentido de esclarecer e ampliar as discussões referentes aos trânsitos da literatura no campo do sagrado e da religião cristã e em torno das relações entre a literatura contemporânea e a crise existencial da consciência moderna.

A dissertação está organizada em dois capítulos. No primeiro, são abordadas questões referentes ao papel do intelectual na contemporaneidade, a partir das definições do intelectual de Antonio Gramsci, Edward Said, Michel Foucault e Gilles Deleuze, em diálogo com a atuação múltipla do escritor baiano Herberto Sales, o qual alcançou destaque no meio literário através de suas obras de ficção, no gênero do conto e do romance, principalmente. Paralelo às funções de escritor, assumiu a direção do Instituto Nacional do Livro em 1974, durante o governo militar, o qual foi pautado por um regime ditatorial que marcou a história brasileira por sua violência e supressão de liberdade. O autor exerceu essa função durante dez dos vinte anos que durou a ditadura militar, período no qual teve uma produção literária carregada de crítica social. O exercício desse cargo estatal, ainda que ligado à educação e à cultura, e não diretamente relacionado às ações políticas dos militares, fez recair sobre ele a suspeita de que tivesse sido cooptado por esse governo, suspeita essa que comprometeu a legitimidade de seu discurso intelectual, veiculado através de sua literatura.

Além de expor e discutir a questão do papel do intelectual na pós-modernidade, o capítulo um desta dissertação relata também algumas ações e atividades que marcaram a gestão do autor à frente do INL, bem como características gerais da temática e linguagem de suas obras literárias, buscando também identificar as marcas da religiosidade presentes em sua ficção como um todo, não apenas nos dois romances que fazem parte do *corpus* instituído.

O segundo capítulo trata especificamente da religiosidade na literatura, e apresenta inicialmente, no item 2.1, um breve panorama teórico do período pós-moderno, a partir de definições de pensadores como Jean-François Lyotard, Jürgen Habermas e Zygmunt Bauman, entre outros. O item 2.2 traz uma introdução a respeito da religiosidade na literatura, levando em conta a relevância que as temáticas do sagrado voltaram a adquirir no cenário sócio-cultural da pós-modernidade e problematizando a pertinência de elementos dessa natureza,

principalmente a recorrência ao texto bíblico, observadas em algumas das obras do escritor Herberto Sales.

Ainda no mesmo capítulo, faz-se um desdobramento para analisar separadamente as duas obras do escritor baiano selecionadas para o trabalho. A primeira delas, analisada no item 2.3, é *O Fruto do Vosso Ventre* (1976), romance que em sua segunda e maior parte apresenta um governo tecnocrata pautado pela burocracia que escraviza e esvazia o elemento humano, numa metáfora crítica da sociedade capitalista de controle, com alusão a um tempo futuro. O aspecto concernente ao religioso concentra-se na terceira e última parte, uma verdadeira “fantasia evangélica” elaborada a partir de uma alegoria do texto bíblico encontrado nos evangelhos de Mateus e Lucas, principalmente.

A análise do segundo romance de Herberto Sales, *Os Pareceres do Tempo* (1984), consta no item 2.4. Ao contrário do que acontece na narrativa anterior, esta remete ao passado, tendo seu argumento ambientado entre o final do século XIII e início do XIX, época caracterizada na obra através de uma linguagem de estilo antigo e rebuscado. Em relação à religiosidade, dessa vez a abordagem se dá a partir do contexto institucional da Igreja Católica Apostólica Romana, enfocando sua atuação no período colonial brasileiro. O escritor estabelece uma pesada crítica à mesma, encetada pelo viés da ironia, a sua postura de apoio e legitimação das crueldades desumanas praticadas contra os negros escravos, o que constitui-se de uma grave contradição para uma instituição religiosa que se auto-proclama detentora e propagadora de princípios cristãos embasados no amor e na misericórdia. Herberto Sales também denuncia o uso da catequese religiosa, empreendida “piedosamente” pelos padres, como instrumento de alienação e domesticação do indígena, com vistas a facilitar a tomada de suas terras pelo português colonizador, bem como proporcionar a exploração da mão-de-obra, tudo sob aprovação e tutela da Igreja. Através dessa obra, na qual o autor promove uma releitura crítica de parte da história do Brasil, ele faz também uma denúncia das práticas de

exploração e violência contra as camadas menos favorecidas da população, o que se torna ainda mais grave quando o mesmo se faz sob a legitimação da Igreja e com sua colaboração, que dessa forma acaba negando seu próprio discurso, ao mesmo tempo em que se aproveita da autoridade do mesmo para atender aos seus interesses.

Assim, traduz-se como proposta do estudo aqui apresentado analisar a produção ficcional do intelectual Herberto Sales, que teve a peculiaridade de circular por diferentes esferas de atuação pública, no meio literário e dentro do poder político, e as implicações disso. Essa análise tem como perspectiva o elemento religioso que permeia indelevelmente algumas de suas obras, entre as quais os dois romances escolhidos constituem substrato, estabelecendo relações entre a literatura e o sagrado a partir dos intercâmbios entre a ficção e o texto bíblico, o que promove a inserção dessas temáticas nos estudos acadêmicos, dentro do instável e paradoxal contexto da pós-modernidade.

CAPÍTULO 1

HERBERTO SALES: UM INTELLECTUAL DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES

“O meu ponto de partida é sempre um sentimento de partilha, uma noção de injustiça. Quando me sento para escrever um livro, não digo para mim ‘vou produzir uma obra de arte’. Escrevo porque existe alguma mentira para ser denunciada, algum fato para o qual quero chamar atenção, e acredito sempre que vou encontrar quem me ouça. Mas não seria capaz de escrever um livro ou um longo artigo de revista se não existisse nisso uma experiência estética.”

George Orwell

1.1 IMPLICAÇÕES CONTEXTUAIS: ESCRITOR CRÍTICO OU FUNCIONÁRIO COOPTADO?

Em nossos dias é intensa a discussão a respeito do papel do intelectual, seja em relação às tantas demandas e problemáticas sociais, quanto a respeito da relevância e significado de sua produção artística e acadêmica. Em suas *Notas da Prisão*, Gramsci (apud SAID, 2000, p. 23) afirma que “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens desempenham, na sociedade, a função de intelectuais”, ou seja, não obstante o talento que tenha ou a argúcia que manifesta, nem todo intelectual se sente comprometido com a sociedade de seu tempo a ponto de procurar fazer algo por ela. Mas até que ponto ser intelectual implica, por definição, em prestar algum tipo de serviço em prol da sociedade?

Para o pensador palestino Edward Said, o intelectual é um indivíduo que possui um papel público específico, com capacidade para “representar, corporificar, articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para e por um público” (2000, p. 28). Na prática, isso pode significar trazer à tona questões embaraçosas, promover questionamentos, confrontar ortodoxias e dogmas. A partir do momento que alguém torna

alguma obra sua pública, adquire visibilidade, em maior ou menor abrangência. É baseado nisso que Said afirma não existir intelectual privado, assim como não existe um intelectual legítimo que seja unicamente público, funcionando apenas como símbolo de uma causa ou movimento, sendo porta-voz de outrem, mas sem demonstrar coerência entre o seu discurso e a sua prática.

Michel Foucault, no diálogo com Gilles Deleuze publicado em *Microfísica do Poder* (1979), alerta para a mudança do papel do intelectual na atualidade, que já não é mais o de ser a voz das massas e minorias oprimidas e silenciadas, pois elas já sabem muito bem usar sua própria voz. Deleuze, por sua vez, enfatiza mais ainda a questão ao referir a indignidade que é falar pelos outros, como se estes não fossem capazes de fazê-lo por si mesmos. Mas então, qual seria a função do intelectual hoje em dia? Para Foucault, cabe ao intelectual contemporâneo colocar-se junto das massas, lutando contra as instâncias de poder que barram seu saber e seu discurso, muitas vezes querendo usar os próprios intelectuais para fazer isso.

Contudo, um intelectual reconhecido como atuante pode ser visto com desconfiança quando se insere nos meandros do poder político, principalmente quando toma parte nele. Aparentemente, foi o que aconteceu com o escritor baiano Herberto Sales, membro da Academia Brasileira de Letras, que em 1974 assumiu o cargo de diretor do Instituto Nacional do Livro, durante o governo do General Ernesto Geisel, em plena ditadura militar no país. O autor esteve à frente do INL pelo período de dez anos, saindo em março de 1984, no então governo do último militar que comandou o país, General João Batista Figueiredo. A sua saída do INL teve motivação política: Herberto Sales deixou o Instituto para trabalhar com o amigo José Sarney¹, primeiro presidente civil eleito após os vinte longos anos de ditadura militar, e que assumiu o governo em 1985. Porém, o autor permaneceu apenas um ano nessa função, e num breve comentário registrado no *Subsidiário* (1988), deixa transparecer sutilmente ter

¹PT Informação contida em *Subsidiário: Confissões, Memórias e Histórias*, de Herberto Sales, publicado pela Editora José Olympio, edição de 1988.

passado por um período de grande abatimento (p. 522), apesar de ter deixado o Instituto por vontade própria, inclusive contrariando o desejo do ainda não empossado ministro da cultura, José Aparecido, o qual, segundo Herberto Sales, queria sua permanência no cargo (p. 523).

No ano seguinte, em 1986, o escritor foi designado adido cultural em Paris, França, onde residiu até 1989. Todo esse envolvimento em cargos e funções dentro do governo, principalmente em se tratando de uma ditadura militar, fez recair sobre Herberto Sales, enquanto intelectual, suspeitas de que tivesse sido cooptado. Tais suspeitas, comprovadas ou não, por si só comprometem a atuação do intelectual, pois afetam sua credibilidade. O pensador Edward Said (p. 28) enfatiza que o intelectual genuíno tem que ser alguém que “não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d’être* é representar todas as pessoas e todos os assuntos que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete”. Se perante a sociedade um intelectual começa a ser visto como integrante do governo, todo seu discurso passa a ser marcado por esse estigma, que parece falar mais alto do que ele próprio. Conseqüentemente, esse intelectual deixa de possuir a mesma credibilidade e autoridade de outrora, ainda que continue a fazer crítica social através de sua arte ou outras formas de manifestação pública.

Apesar de ter declarado em algumas entrevistas que nunca pertenceu a nenhum partido político² e, em geral, pouco se referir à questão, a atuação de Herberto Sales na esfera política, tendo ocupado um cargo de liderança, como diretor é, no mínimo, desconfortável, para não dizer constrangedora. Especialmente levando-se em conta que a mesma se deu num período marcado pela opressão e tirania de um governo que se mantinha no poder mediante a intimidação da sociedade civil e a perseguição violenta a todos que ousassem opor-se a ele, entre os quais se destacavam membros de uma elite intelectual mais esclarecida. No *Subsidiário: Confissões, Memórias e Histórias*, Herberto Sales comenta sua atuação à frente

²PT Conforme entrevista à TV Educadora, concedida em 1996, por ocasião do lançamento de seu último romance *A Prostituta*.

do INL, referindo a adoção de uma postura imparcial e neutra politicamente, o que dá a entender que quaisquer suspeitas ou mesmo acusações de cooptação seriam não apenas infundadas, mas injustas, visto que ele defende uma postura de incólume neutralidade no que se refere aos critérios de seleção das obras que foram lançadas sob a tutela do Instituto, e menciona incisivamente as questões passíveis de gerar polêmica e dúvidas a respeito dessa neutralidade propalada, citando como exemplos de sua imparcialidade enquanto diretor a publicação de autores de posição política definida, tanto direitista quanto esquerdista. Segundo Herberto Sales, o que contava para a edição dos livros era a natureza cultural e literária da obra, não seu discurso ideológico. Não obstante o fato de a literatura não ter sido um alvo tão visado pela censura, mesmo porque seu objeto, os livros, era material difícil de se mensurar, é possível atribuir a ela, de um modo geral, tamanha neutralidade, o que parece fazer esse antigo diretor do INL no trecho abaixo?

Respeitadamente aos escritores, também eles – e não apenas os editores e os bibliotecários – tiveram na minha administração abertas de par em par as portas do INL, sem distinção de linha política e de tendências literárias, moços e velhos, estreados e consagrados. Era de resto a minha obrigação. Era o meu dever. [...] O que contava era a natureza do livro: nada de polêmica ideológica, ou de panfletarismo político, visto que essas rubricas em geral de estridente circunstância não se enquadravam nas prioridades programacionais estabelecidas em função do atendimento disseminadamente cultural das bibliotecas conveniadas como o INL. Um líder direitista como Plínio Salgado teve co-editada pelo INL a sua obra de ficção, porque dentro da nossa bibliografia ela era e é, pelo menos nos seus primeiros romances, que estavam em causa, um dado literário de permanência na historiografia de nossa literatura. Mas, por outro lado, também foram apoiadas pelo INL obras de criação literária de autores de nítida posição esquerdista e até mesmo de engajamento político comunista, como Dalcídio Jurandir, o grande romancista da Amazônia, e Fritz Teixeira de Sales, este último aliás cassado pela Revolução. Era assim o INL no meu tempo uma casa aberta aos escritores. A minha posição de diretor era nesse sentido tão clara e determinada, que podia ser tomada como fruto de inocência ou ingenuidade ou de desafio aos condicionamentos de um governo autoritário e repressivo. Talvez tenham sido as duas coisas juntas. O que em suma interessava à minha administração não era a ideologia do autor, mas a qualidade de sua obra. (SALES, 1988, p. 525-526).

Porém, como alguém pode permanecer durante dez anos em um cargo de confiança, à frente de uma instituição estatal, num período de ditadura marcado por dura opressão e violência, e ainda alegar inocência e ingenuidade? A referência à edição de autores tanto comunistas quanto direitistas denota a preocupação de Herberto Sales com a sua reputação de

intelectual. Com certeza suas referidas inocência e ingenuidade não o impediam de perceber os riscos que sua imagem pública, angariada pela boa aceitação de sua literatura, corria em decorrência de seu cargo. As mesmas também constituem um paradoxo em relação ao papel de crítica social que ele mesmo delegou às próprias obras literárias. É evidente que tais implicações não desmerecem, necessariamente, a atuação do autor enquanto diretor, pois que também não é essa a questão. A dificuldade, no sentido que aqui se discute, recai sobre a sua integridade intelectual, e envolve todas as responsabilidades públicas que são inerentes a esse papel. Segundo pontua Edward Said, no que diz respeito à atuação do intelectual,

O intelectual atua assim com base em princípios universais: todos os seres humanos têm direito a contar com padrões de comportamento decentes em matéria de liberdade e justiça da parte dos poderes ou das nações do mundo, e as violações deliberadas ou inadvertidas destes padrões têm de ser denunciadas e combatidas corajosamente. (SAID, 2000, p. 28).

A partir dessa definição, será que se pode considerar que a estratégia do intelectual era calar-se enquanto diretor do INL, mantendo assim o cargo e ao mesmo tempo protegendo-se de quaisquer retaliações ou demais conseqüências funestas, como perseguição, prisão, exílio, ou até mesmo assassinato, as quais sofreram tantas pessoas, inclusive muitos intelectuais como ele, e veicular sua crítica através da literatura? É uma possibilidade a ser cogitada, pois ao mesmo tempo em que atuava no INL, Herberto Sales manteve intensa atividade como escritor, o que redundou em uma produção literária marcada por um tom ferrenhamente crítico e denunciatório. Porém, aos olhos do público, e principalmente de uma elite intelectual severamente oprimida pelo regime militar, esse discurso literário pode representar uma contradição em relação ao cargo administrativo ocupado dentro do governo. O paradoxo fica ainda maior face à declaração feita por ele à professora de Literatura Brasileira e Portuguesa da Faculdade Ibero-Americana e doutora em Literatura Portuguesa pela USP, Marlise Vaz Bridi Ambrogi (1983, p. 5), durante entrevista concedida em Brasília, em julho de 1982, época em que concluía seu quarto romance, *Einstein, o Minigênio* (1983): “Pretendo continuar criticando a sociedade humana, seus erros, seus males; afinal, é um dever que sinto

como escritor. Foi o que fez Eça sua vida inteira”. Essa postura de clareza objetiva diverge de maneira contrastante à ingenuidade alegada por ele enquanto diretor do INL, o que só faz aumentar a distância entre o intelectual escritor e o funcionário estatal. Mas será possível admitir essa distância, no que se refere ao intelectual?

A posição assumida pelo intelectual enquanto romancista leva a concluir que o mesmo fez da literatura um canal para manifestar sua opinião frente aos problemas observados de maneira indireta, quase que sutil, o que não deixa de ser bastante seguro e até mesmo cômodo do ponto de vista político. Mas, e quanto à credibilidade e autenticidade de seu discurso intelectual? Edward Said (p. 33), ao discutir sobre quais seriam hoje as representações do intelectual, afirma que as mesmas constituem-se da atividade em si que o intelectual realiza, sem intenção de “fortalecer o ego nem de exaltar uma posição pessoal”, tampouco “servir burocracias poderosas e padrões generosos”. Pelo contrário, a atividade intelectual exige “uma consciência cética, comprometida e devotada à investigação racional e ao juízo moral, o que expõe um indivíduo em público e coloca-o em risco”. Talvez, a atuação do intelectual Herberto Sales, não o político, mas o escritor, reflita afinal as características apontadas por Said como essenciais para o exercício da intelectualidade: saber usar bem a língua e saber quando intervir através dela. Se a inserção em um governo repressor, mediante o exercício de um cargo público, pode ser entendida como coadunação ao mesmo, por outro lado, a crítica social encetada através de sua obra literária é igualmente contundente, e parece colocar o autor “entre a solidão e o alinhamento”, no dizer de Edward Said. Em face disso, será correto considerá-lo mais intelectual em relação à atividade literária, e menos incisivo dentro de sua atuação no cargo de chefia? O exercício da intelectualidade abarca duas posturas tão distintas simultaneamente?

Herberto Sales parece ensaiar uma defesa contra essa condição de ambivalência que parece ter-lhe sido tacitamente atribuída, pelo tom ressentido com que se refere à publicação

de seu romance de estréia, *Cascalho*, de 1944, na União Soviética. No *Subsidiário: Confissões, Memórias e Histórias*, ele tece o seguinte comentário, num tom de amargura: “Como autor de *Cascalho*, que na União Soviética se chama *Iskateli almazov*, não ganhei rublos. Não ganhei dólares. Não ganhei nada. Minto: ganhei 50 mil leitores soviéticos. E, de quebra, o silêncio da imprensa brasileira” (p. 6). O esquecimento do qual o autor se queixa aqui e em alguns outros momentos não se refere propriamente à crítica de seus pares, a qual geralmente lhe foi favorável. A mágoa de Herberto Sales é em relação à mídia, que normalmente deu pouca atenção a suas obras literárias.

A ditadura militar no Brasil, que se iniciou com o golpe de estado ao governo do então presidente João Goulart, em abril de 1964, conforme Arruda e Piletti (1995, p. 328-329), foi um período extremamente conturbado da história brasileira, marcado por perseguições políticas, torturas, assassinatos e pelo estabelecimento de uma censura de rigor sem precedentes às artes e à livre expressão. Segundo afirma o brasilianista Malcolm Silverman, em seu ensaio *Protesto e o Novo Romance Brasileiro* (2000, p. 31-33), durante os vinte anos em que vigorou o regime militar no Brasil, que só acabou com a eleição indireta do primeiro presidente civil, Tancredo Neves, em 1984, foram os ficcionistas que melhor puderam comunicar a dura realidade vivida no país e oficialmente abafada, através da literatura que produziam, a qual, ao contrário do que ocorreu com o cinema e o teatro, ficou livre da censura e de interferência direta, ainda que não fosse completamente isenta de cooptação. O ensaísta observa também que esse envolvimento aparentemente engajado se deu mais por acaso do que de propósito, já que, para o despotismo militar, qualquer atividade poderia ser sumariamente considerada subversiva e passível de censura e supressão. O aparente compromisso assumido pelos romancistas atuantes no período não pode ser interpretado como a expressão de um desejo concreto, intencional dos mesmos de mudar a sociedade, ainda que o quisessem realmente, mas como fruto de um momento de profunda tensão vivido pelo país,

o que tornava qualquer pensamento ou atividade, mesmo os de menor cunho político, passível de ser considerado subversivo.

Era nessa realidade, tensa e ao mesmo tempo absurda, na qual jazia um Brasil amedrontado, que o romancista brasileiro buscava sua inspiração, colhia seus temas. Enquanto os outros meios convencionais de comunicação, como a imprensa, o teatro, o cinema e até mesmo a música popular, estavam bloqueados pelo rigor da censura, o romance se desenvolveu vigorosamente e, através de fórmulas cada vez mais elaboradas que incluíam, conforme Silverman, o "duro realismo, autobiografia semificcionalizada, tratamento cômico dos costumes urbanos, introspecção constrangida, épicos desmistificados, paródia, alegoria, sátira flagrante e surrealismo" (p. 33), apresentava o *outro* Brasil, cujas profundas e crescentes mazelas eram sistematicamente escondidas e abafadas.

Infelizmente, como bem lembra o crítico e escritor Silviano Santiago no seu livro de ensaios *Vale Quanto Pesa* (1982), a influência do escritor sobre a opinião pública era minguada e insignificante, o que atualmente não é muito diferente, não obstante a avalanche contínua de informações promovida pela Internet e pela abrangência cada vez mais massiva da informática. Isso sem contar que a maioria dos cerca de sessenta mil leitores de ficção (o que corresponde a menos de 0,05% da população!) dão preferência a obras populares, como ensaios, biografias e memórias, bem como aos *best-sellers* americanos ou europeus traduzidos e às coletâneas de contos ou de crônicas descomplicadas. O texto do jornalista e escritor Renato Pompeu, publicado na Revista Veja de 18 de julho de 1979, ratifica e amplia a observação de Silviano Santiago, referindo a alienação do já escasso público leitor brasileiro:

O pequeno público treinado para ler regularmente [...] parece preferir obras de informação [...] certo de que dados, estatísticas e datas proporcionam uma visão exata dos problemas nacionais. Quanto a obras de ficção, esse mesmo público tende a preferir romances estrangeiros, que lhe dão a visão da vivência desejada no futuro, quando o Brasil for um país desenvolvido. (POMPEU, 1979, p. 111).

Para piorar ainda mais esse quadro, havia ainda o problema do poder aquisitivo, em queda vertiginosa face à grave crise econômica que o país enfrentava, com uma inflação que

atingiu o inacreditável percentual de 223% em 1984, conforme Arruda e Piletti (1995), o que encolhia diariamente a já minguada classe média que poderia adquirir livros e assim ter acesso a algum tipo de literatura.

Além do mais, no que se refere ao estilo de Herberto Sales, Ivya Alves, em ensaio intitulado *Herberto Sales: Escritor entre dois caminhos*, publicado pela *A Tarde Cultural*, já chamava a atenção para o laborioso cuidado com a linguagem encetado pelo autor em toda a sua obra, o que torna a leitura da mesma mais difícil e complexa para o leitor comum, que pode inadvertidamente considerá-la enfadonha por não conseguir depreender suas conotações temáticas e lingüísticas. (18-09-1999, p. 8-9).

Nos dez primeiros anos de ditadura militar, de 1964 a 1985, Herberto Sales, que já havia publicado dois romances, sucessos de público e crítica, *Cascalho* (1944) e *Além dos Marimbus* (1961), escreveu mais quatro, dentre os quais dois, *O Fruto do Vosso Ventre* (1976)³ e *Einstein, o Minigênio* (1983), destacam-se por suas críticas à burocracia dominante, elaborada a partir da criação de uma tecnocracia na qual o cidadão é escravizado desde a concepção, sendo que, até para nascer, o indivíduo precisa da autorização das instâncias de poder. Essa metáfora da sociedade de controle reflete emblematicamente o momento de repressão da liberdade vivido pelo país, sob a justificativa da manutenção da segurança nacional.

Essa primeira parte pode ser concluída sob a perspectiva da ambigüidade inquietante que se observa na múltipla atuação do intelectual Herberto Sales. O fato de ter exercido atividades políticas dentro do governo militar durante a metade da vigência do mesmo enseja inevitáveis suspeitas de sua cooptação por essas instâncias de poder. Por outro lado, sua literatura é inegavelmente pródiga em crítica social, sendo as denúncias de autoritarismo criminoso e violento, bem como da exploração dos segmentos mais pobres e desprivilegiados da

população, recorrentes na maioria de seus romances e contos. Isso sem contar os diversos depoimentos nos quais o próprio autor reitera sua intenção de criticar a sociedade pelo viés da ficção literária.

Fica o impasse em relação a qual das duas tendências foi mais incisiva na atuação desse intelectual múltiplo: a do escritor crítico ou do funcionário cooptado? Por ora, cabe salientar que, querelas políticas à parte, a obra deixada por Herberto Sales possui um grande valor literário e social, o qual foi atestado pela crítica e confirmado por seu público leitor.

1.2 HERBERTO SALES: O INTELLECTUAL POLÍTICO

“No dia em que o Brasil se realizar como potência econômica, ele também será uma potência cultural no sentido mais amplo.”

Herberto Sales, depoimento, 1981.

No ano de 1974, quando o regime militar já vigorava há dez anos no Brasil, o escritor Herberto Sales assumiu a direção do Instituto Nacional do Livro. Ainda no mesmo ano, foi nomeado membro do Conselho Técnico e Consultivo da Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME). Como parte de suas atribuições no exercício desses cargos, no mesmo ano representou o Brasil no Seminário de Editores Latino-Americanos, realizado na Cidade do México.

Em 1975, um ano depois de sua investidura na direção do Instituto, integrou também o Conselho Federal de Cultura, junto com outras grandes figuras representativas da cultura brasileira, como Gilberto Freyre, Rachel de Queirós, Adonias Filho, Josué Montello, Marcos Vilaça, Sábato Magaldi, Afonso Arinos, Pedro Calmon, entre outros.

No período em que esteve à frente do Instituto do Livro, de 1974 a 1985, Herberto Sales apoiou o lançamento de diversos autores brasileiros, estreantes e antigos, alternando a

³PT Esse romance será analisado no segundo capítulo deste trabalho, a partir de sua 3ª edição, revista pelo autor e publicada em 1984. Portanto, todas as citações e referências extraídas da obra constarão desse ano, e não do de seu lançamento original, que foi em 1976.

publicação dessas novas obras com a edição de outras já um tanto esquecidas. Em sua gestão, conveniou o Instituto com mais de 2.000 bibliotecas públicas, visando oferecer ao povo oportunidades de ler e se instruir culturalmente. Quanto ao exercício da leitura, Herberto Sales manifestou a seguinte opinião:

Além da carga horária de leitura obrigatória, considero indispensável, não apenas para formar leitores, mas também para os alunos aprenderem a escrever pelo menos um bilhete, o ensino do português, com os respectivos exercícios de redação. Só assim poderemos reduzir, efetivamente, o número de analfabetos e – o que é mais importante – o número de semi-analfabetos, que formam as legiões da ignorância em ação. (SALES, 1981, p. 184)

Nesse depoimento, o autor demonstrou considerar a leitura essencial à obtenção de uma educação de qualidade; ele que, pessoalmente, tributa a descoberta e o desenvolvimento de sua vocação literária às inúmeras horas de leitura proporcionadas pela sortida biblioteca de seu pai, bem como ao incentivo e exemplo de sua mãe e do irmão Fernando, também leitores vorazes.

Embora reconhecendo a importância da escola e da universidade na formação literária de qualquer pessoa, no meu caso pessoal essa formação se desenvolveu a partir do momento em que descobri a literatura e me encontrei com a minha vocação literária, numa cidade do interior, na solidão da biblioteca de meu pai. (SALES, 1981, p. 182).

Herberto Sales considerava essencial acabar não só com o analfabetismo, mas também com o semi-alfabetismo, o qual, em sua opinião, podia ser ainda mais nocivo e perigoso, já que acarreta numa falsa ilusão de que se aprendeu o necessário quando, na verdade, o indivíduo ainda se encontra incapaz de assimilar criticamente o que acontece à sua volta, jazendo, assim, numa alienação lastimável, passível de manipulação pelo poder. A insistência quanto à importância da leitura enquanto fonte de conhecimento e exercício de reflexão encontra coerência no fato de que, exercendo as funções de diretor do Instituto Nacional do Livro, Herberto Sales não abandonou seu ofício de escritor, do qual se utilizou, como se percebe em boa parte de suas obras, para denunciar e criticar os problemas da sociedade de seu tempo, ação essa que, dentro de um regime ditatorial pautado pela violência e

intimidação, representou grandes riscos, não obstante o fato de a literatura ter sofrido menor repressão e controle por parte da censura instituída pelo governo.

De acordo com o escritor, a escola deve contribuir como ferramenta essencial no processo de disseminação da leitura e formação de leitores, aplicando um exercício de leitura semanal de pelo menos três horas. Na própria obra literária de Herberto Sales, há grande variedade lingüística e temática e nela se pode encontrar um rico material de estudos e pesquisas culturais, lingüísticas e literárias. Para o nível fundamental (de 1ª a 8ª séries), a literatura infantil do autor conta com diversos títulos, como o premiado *O Sobradinho dos Pardais* (1963), *A Feiticeira da Salina* (1973), *O Menino Perdido* (1984), entre outros, e o último do gênero, eco do primeiro: *A Volta dos Pardais do Sobradinho* (1985). De literatura infanto-juvenil, há apenas uma obra publicada: *As boas más companhias* (1995). Seus onze romances e quatro livros de contos oferecem também uma farta gama de temas para pesquisa e estudo, tanto para o nível médio quanto para o superior. O romance *Os pareceres do tempo* (1984) foi uma das obras escolhidas para constar do conteúdo de literatura do programa da prova de português no vestibular da Universidade Federal da Bahia em 1999, 2000 e 2001. *Cascalho* (1944), sua obra de estréia, já foi tema de pesquisas acadêmicas e, antes mesmo de ser editado, foi utilizado pelo professor Aurélio Buarque de Holanda, que mais tarde se tornou amigo do escritor, para realizar registro em dicionário de termos e expressões típicas da região das lavras diamantinas no interior da Bahia. Aliás, graças ao interesse que o livro despertou no lingüista, um dos jurados do Prêmio Latino-americano de Romance, o original sobreviveu e sua existência veio a conhecimento de Marques Rebelo, que mais tarde promoveu sua publicação. A cópia que estava em poder de Herberto Sales, ele mesmo a destruiu completamente, num arroubo de desânimo e frustração, por ter perdido o referido concurso. Por pouco, *Cascalho* deixa de existir antes mesmo de ter nascido!

A contribuição lingüística de *Cascalho* foi referida pelo crítico literário Sérgio Milliet, em nota à sua terceira edição, lançada em 1956:

Há em *Cascalho*, além do valor literário, uma importante contribuição ao estudo do vocabulário e da sintaxe de toda uma região brasileira. Do ponto de vista do estilo e da língua será talvez, esse, o melhor e mais sedutor aspecto do romance. [...] Ao contrário do que fizeram numerosos escritores regionalistas, não se trata, no caso, de uma anotação erudita e morta, e sim de uma penetração viva e aguda, de uma comunhão real do autor com o meio descrito. (MILLIET, 1956, p. 24)

A contística herbertiana foi analisada pela então mestrande em Literatura Ângela Vilma e se tornou tema da dissertação *A tessitura humana da palavra: Herberto Sales, contista*, publicada pelo SCT e FUNCEB, Salvador, Bahia, em 2004. No estudo, a atual doutoranda em Letras, que continua pesquisando a obra de Herberto Sales, voltada agora aos romances, analisou dez contos, problematizando a relação de fascínio e horror entre o autor e o gênero, bem como o entrecruzamento formal e temático entre conto e romance.

O gosto pela leitura e a preocupação com a literatura e a cultura em geral, explicitados em vários depoimentos e entrevistas, motivaram e influenciaram significativamente a atuação do escritor na direção do INL. O poeta e doutor em Literatura pela UFBA Ruy Espinheira Filho dá testemunho do apoio que recebeu por parte de Herberto Sales quando este, já no final de sua gestão no INL, em 1984, ofereceu-lhe a co-edição – Civilização Brasileira/INL - de seu livro *Morte Secreta e poesia anterior* (1984).

Em entrevista concedida a Marlise Vaz Bridi Ambrogi (1983, p. 4), em Brasília, o autor comenta sua relação com a literatura e os reflexos da mesma no exercício do cargo que ocupa: “Eu realmente sou um escritor ligado ao livro em todos os sentidos. Gosto de livro como objeto, interesse-me pela sua composição, etc. Porque nem todo escritor é ligado ao livro.”

Quanto aos critérios básicos que tradicionalmente norteavam a seleção das novas obras a serem editadas pelo Instituto, os mesmos obedeciam a seguinte dinâmica, explicitada abaixo pelo próprio diretor Herberto Sales:

Nós promovemos concursos, sob pseudônimos, para todos os gêneros (livro de contos, romances, poesia, crítica, história...) e isso faz com que surjam autores desconhecidos de todas as partes do Brasil, principalmente fora do eixo Rio-São Paulo, que evidentemente apresenta mais possibilidades para seus escritores. Alguns são de real valor e merecem ser estimulados. [...] Em relação à linha editorial do Instituto, tenho mantido aquele mesmo princípio de dar oportunidade aos novos e propiciar a publicação de obras fundamentais do passado (edições críticas, reedições...) que sem auxílio dificilmente conseguiriam reaparecer. (SALES apud AMBROGI, 1983, p. 4)

O escritor Arnaldo Niskier, presidente da Academia Brasileira de Letras na época do falecimento do autor, em depoimento publicado no Jornal *A Tarde*, saudou-o como “homem público exemplar” e declarou que, devido à sua atuação, ao lado do também renomado romancista Bernardo Elis, o Instituto Nacional do Livro viveu seus melhores tempos nos dez anos em que foi dirigido por Herberto Sales. Todas essas vozes não poupam elogios tanto à pessoa quanto à atuação de Herberto Sales no Instituto. Mas, no que se refere ao papel do intelectual, o que significa exatamente ser um homem público exemplar, conforme enfatizou Arnaldo Niskier (1999, p. 12), quando se sabe que muitos intelectuais, justamente por se posicionarem contra os desmandos das instâncias de poder, acabaram sendo perseguidos, tendo direitos políticos cassados e até a própria vida ameaçada? Será que um intelectual pode ser também um homem público exemplar, e vice-versa? Ou uma postura descarta a outra, levando-se em conta, como já afirmou Edward Said (2000, p. 33), que a consciência comprometida do intelectual, levada a público no cumprimento de seu papel, muitas vezes coloca o indivíduo em risco? Até que ponto a atuação de Herberto Sales enquanto intelectual escritor realmente serviu para questionar e criticar significativamente a situação sócio-política em seu tempo? Esses são alguns dos questionamentos que, no mínimo, servem para conter um pouco o entusiasmo talvez ingênuo dos louvores de seus pares, o qual se contrasta com a pouca expressão angariada por esse autor em território nacional, a qual se observa até os dias de hoje.

Em março de 1985, Herberto Sales deixou o INL para se tornar assessor do então presidente da República José Sarney, atividade essa que exerceu por apenas um ano. Nos

quatro anos seguintes, de 1986 até 1989, residiu em Paris, França, atuando como adido cultural na embaixada brasileira. Literariamente ativo, publicou dois romances nesse período: *A Porta de Chifre* (1986) e *Na Relva da Tua Lembrança* (1988). Em 1988, saiu também o primeiro volume de suas memórias, o *Subsidiário: Confissões, Memórias e Histórias*.

Após seu regresso da França, o autor, contando então 72 anos, estabeleceu-se na cidade fluminense de São Pedro da Aldeia, na região dos lagos, onde, juntamente com sua esposa Juraci, edificou um pequeno sítio denominado carinhosamente de “Quinta dos Morcegos”, numa alusão a sua querida Andaraí, palavra que na língua tupi significa “rio dos morcegos”, aliás, título de seu nono romance, *Rio dos Morcegos* (1993).

O estabelecimento em São Pedro da Aldeia marcou a retirada do romancista da vida pública; ele passou então a uma vida de quase isolamento. Porém, ainda não foi dessa vez que aposentou da literatura. Na década de noventa, publicou mais três romances de fôlego: *Rio dos Morcegos* (1993), *Rebanho do ódio* (1995) e *A prostituta* (1996), com o qual declarou, enfim, estar encerrando sua produção romanesca. Também deu continuidade às suas memórias, iniciadas com a publicação de *Subsidiário: Confissões, Memórias e Histórias* (1988), lançando *Subsidiário 2: Andanças por umas lembranças* (1991) e *Subsidiário 3: Eu de mim com cada um de mim e Confidências e penitências* (1992), com o qual encerrou o tríptico. Nessa mesma década, em 1995, lança seu único livro infanto-juvenil: *As Boas Más Companhias*, uma década após a publicação de *A Volta dos Pardais do Sobradinho* (1985), último volume de literatura infantil.

Contudo, sua obra final não foi *A Prostituta* (1996), conforme havia anunciado. Em 1997, Herberto Sales publicou o ensaio *História Natural de Jesus de Nazaré – Uma Narrativa Cristã*, de cunho religioso. Nas orelhas da edição publicada pela Topbooks Editora, o filósofo Olavo de Carvalho considera esse derradeiro texto herbertiano uma confissão da fé que sempre marcou a vida e a obra do intelectual baiano:

[...] passe agora à prece explícita, declarando-nos, em *História Natural de Jesus de Nazaré*, o conteúdo de sua fé – uma fé muito pessoal, da qual teólogos e crentes de várias confissões podem divergir em detalhes, mas que manifesta, acima de tudo, o rigor de uma alma sincera, maravilhosamente humilde por trás da orquestra portentosa dos seus talentos. [...] Ele fingiu ser muitos para mostrar que não era ninguém – porque, no fundo, só Deus existe. Torna-se assim clara a mensagem de uma obra e de uma vida: *Não a nós, Senhor, mas a Teu próprio Nome dá glória.* (CARVALHO, 1997, orelha)

As memórias do autor registradas nos três volumes do *Subsidiário* são pródigas em referências ao sentimento de devoção religiosa que o acompanhou em toda a sua vida e o fez considerar sua atividade literária como uma espécie de missão. A seguinte frase, extraída do *Subsidiário: Confissões, Memórias e Histórias*, sintetiza cabalmente essa postura: “Mas, de mim para mim, na solidão de mim comigo, esperarei a morte tentando de alguma forma me tornar mais digno de Deus e de mim mesmo, na busca do aperfeiçoamento que dignifica o homem.” (p. 31) Com essa frase, o escritor pretendia encerrar o romance *A Porta de Chifre*, no qual também são fartas as referências religiosas e os elementos bíblicos, com um forte tom apocalíptico. Mas o seu datilógrafo e amigo, Franco de Barros, insistiu em retirá-la, alegando que a mesma mais parecia um “sermão”. De fato, ficou fora do romance, mas foi registrada, no mesmo relato do episódio, em suas memórias, pelo significado que possuía para o autor.

Pessoalmente, Herberto Sales é lembrado pelos amigos e admiradores de sua obra, que dele dão testemunho até hoje, com profundo respeito e carinho, já passados seis anos de sua morte, ocorrida a 13 de agosto de 1999. Não obstante a fama que obteve pelo grande alcance de suas obras literárias, não perdeu suas características mais marcantes, referidas por aqueles que o conheceram pessoalmente, a saber: a modéstia e a simplicidade, com as quais conquistou poucos, porém sinceros amigos.

1.3 HERBERTO SALES: DE ANDARAÍ PARA O MUNDO DAS LETRAS

“Sabe-se que cada homem é um ser múltiplo, e cada estado de alma seu é uma realidade à parte, sem perder no conjunto a sua totalidade anímica. Ou sua unicidade intrínseca. Eu sou o mesmo romancista (a mesma alma) em cada um dos entre si tão diferentes romances que escrevi.”

Herberto Sales

Herberto Sales⁴ entrou para o cenário público das letras através de sua obra de estréia, *Cascalho*, lançada em 1944, considerado um dos últimos expoentes da temática regionalista que marcou a chamada “Geração de 30”, conforme Marlise Vaz Bridi Ambrogi (1983), composta por escritores nordestinos que misturavam o protesto político com fortes acentos regionais. Esse romance, de cunho telúrico, cativou o público e surpreendeu a crítica, pois, não obstante a recorrência à temática nordestina vigente na época e comum na obra de autores já renomados, como Graciliano Ramos e José Lins do Rego, o autor baiano inovou na linguagem, buscando estabelecer uma relação entre a mesma e a temática do texto não apenas de maneira ilustrativa, mas como parte da composição identitária do garimpeiro pobre e explorado o qual, muitas vezes vindo de muito longe, vê nas lavras diamantinas a esperança de uma vida melhor, com menos fome e miséria, talvez até com riqueza. No entanto, cedo percebe que esse sonho não passa de ilusão, pois a fome continua, e a riqueza, quando conquistada, vai toda para o patrão, que na prática é como se fosse seu dono.

Assis Brasil enfatiza a distinção entre *Cascalho* e demais romances nordestinos aos quais o mesmo foi equiparado. Para ele, a ficção herbertiana, desde cedo, não se constituiu de um “simples *relatório* social ou político, de substrato romântico; tampouco é um *panfleto* de cunho partidário, como aconteceu com alguns romances de seus *pares* nordestinos.”(2002, p. 10). Através da narrativa dinâmica de *Cascalho* (1944), o leitor se vê transportado para um ambiente cru e duro, habitado por gente simples e batalhadora, ambiente esse pouco conhecido pelo restante do país, mas com o qual o romancista estreante possui relações de intimidade nativa, já que se trata de sua terra natal. Nesse primeiro romance, Herberto Sales já

⁴ Herberto de Azevedo Sales nasceu em Andaraí, Bahia, na região da Chapada Diamantina, a 21 de setembro de 1917, e faleceu no Rio de Janeiro, a 13 de agosto de 1999, em decorrência de complicações de um câncer de próstata. Fez o curso primário em sua cidade natal, Andaraí, concluindo-o em 1929. No ano seguinte, inicia o curso secundário na capital baiana, Salvador, no tradicional Colégio Antônio Vieira, fundado pelos antigos jesuítas. O precoce talento literário do baiano andariense foi notado pelo professor Agenor Almeida e referido ao mesmo religioso que descobrira a vocação de Jorge Amado.

demonstra a preocupação com as questões sociais, a qual marcaria boa parte de suas obras. *Cascalho* serviu como uma janela através da qual foram mostradas ao Brasil (e ao mundo) a exploração e injustiça sofridas pelos homens do garimpo, vítimas do coronelismo⁵. o qual, segundo Assis Brasil, “apresenta-se como um fenômeno nacional que ainda não teve o seu fim.” (p. 20). Apesar de, infelizmente, essa realidade encontrar paralelo em inúmeros outros lugares, é através da obra literária que a mesma adquire visibilidade crítica. Para Herberto Sales, assim como para muitos outros autores, a literatura deve desempenhar um importante papel social, além de entreter e divulgar a língua e a cultura. Precisa também promover conscientização, crítica e questionamento a respeito da realidade vivida e da opressão exercida pelas instâncias do poder.

Pode-se apontar como uma das maiores provas do impacto de *Cascalho* (1944) as ameaças de morte que o autor passou a receber em Andaraí, coração do garimpo de diamante, atividade que já estava em decadência na época da publicação do romance. Muitas autoridades e poderosos do lugar, os famosos “coronéis”, sentiram-se ameaçados ao se reconhecerem em personagens da ficção herbertiana e resolveram intimidar Herberto Sales. Ao comentar o fato no *Subsidiário: Confissões, Memórias e Histórias*, ele admite que muitos dos personagens do romance foram pinçados diretamente da vida real, disfarçados apenas pelos pitorescos apelidos, o que, na maioria dos casos, servia mais para revelar a identidade da pessoa do que preservá-la. Ângela Vilma, estudiosa da obra de Herberto Sales, recentemente publicou o ensaio *A Tessitura Humana da Palavra: Herberto Sales, Contista* (2004). Ela, que é também natural de Andaraí, menciona uma senhora que vive lá até hoje, identificada no romance pelo curioso apelido de “Joana Magra”. A velha senhora nega veementemente que tenha sido, no passado, a personagem herbertiana, principalmente porque

⁵ Segundo Michaelis, no *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (1998, p. 591), o **coronelismo** corresponde à influência dos coronéis na política. Arruda e Piletti (1995, p. 254), define **coronel** como um título vigente na época do Império, concedido pela Guarda Nacional. Com o fim do regime e da Guarda, passou a significar

Joana Magra, no livro, é uma “mulher-dama”, ou seja, fazia parte de um grupo de mulheres que faziam a alegria dos garimpeiros, principalmente quando algum deles “bamburrava”, e então tinha dinheiro para lhes prodigalizar presentes e agrados, e assim aplacar, ainda que momentaneamente, a fome e a miséria que a todos espreitava de perto.

No que diz respeito ao intelectual como porta-voz, o qual utiliza-se de um certo lugar de destaque, de alguma posição privilegiada para se fazer ouvir, Herberto Sales, nesse romance, expõe um quadro de exploração política e social mantido graças à ignorância e conivência dos próprios prejudicados. Segundo Michel Foucault (1972), o ato de utilizar-se da literatura como veículo de protesto e crítica caracteriza o intelectual socialista, ou seja, aquele que descobre e revela uma determinada verdade, numa interação entre consciência e eloquência. É certo que hoje em dia os oprimidos não precisam mais que se fale por eles, sendo que possuem e proferem por si mesmos o próprio discurso. Contudo, isso não descarta nem desmerece o papel do intelectual na atualidade, que pode ser o de trazer certas realidades e minorias muitas vezes ignoradas e esquecidas para dentro do debate crítico e social, para junto com elas buscar perspectivas positivas de mudança.

O fato de em *Cascalho* Herberto Sales ter referido não só personagens que se identificavam diretamente com diversas pessoas de Andaraí, mas a própria situação de exploração e espoliação praticada contra os garimpeiros pelos “poderosos” do lugar, representados no romance pelo coronel Germano, trouxe muita inquietação e exaltou os ânimos na cidade. Tanto que o escritor passou a receber ameaças, e já não era seguro para ele circular sozinho por sua terra natal, principalmente à noite. Por causa do perigo de morte que ele passou a correr, sua mãe, juntamente com Marques Rebelo, insistiram para que ele saísse de lá e fosse para o Rio de Janeiro, onde o amigo romancista morava. Herberto Sales já referiu diversas vezes o famoso telegrama enviado à sua mãe, no qual o amigo escreveu:

latifundiário, o grande proprietário rural, que dominava a política e a economia do município ou da região pela força das armas, e tinha os colonos, meeiros e posseiros sob seu total controle e dependência.

“Obrigue Herberto a vir tudo farei para salvar o amigo.”(In: SALES, 1988, p. 44). Afinal convencido dos riscos que corria, mudou-se para o Rio de Janeiro e foi morar no apartamento de Rebelo.

No Rio de Janeiro, encetou a carreira de jornalista. Atuou significativamente na revista *A Cigarra*, dos Diários Associados, ao mesmo tempo em que fazia colaborações esporádicas no *Diário da Noite* e em outros órgãos da imprensa carioca. Mais tarde, nas Edições O Cruzeiro, que o lançou como romancista sob a tutela do amigo Marques Rebelo, assumiu o cargo de diretor, ficando responsável pela publicação de vários escritores brasileiros, conforme declarou no depoimento dado a Eneida Leal, em 1978 (p. 69-74).

Como ficcionista, Herberto Sales era exigente com seu próprio trabalho. Reescreveu inteiramente seu romance de estréia, *Cascalho* (1944), e para o seu segundo livro, *Além dos Marimbus* (1961), o qual começara a escrever antes mesmo de *Cascalho*, fez três versões, duas das quais destruiu completamente, editando então a terceira.

Nesses dois primeiros romances, o escritor volta-se para sua cidade natal, Andaraí, retratando-a com minúcias de realismo literário. Quanto à temática, as duas obras têm como mote os abusos e a exploração praticados pelos coronéis, no caso de *Cascalho*, e pelos grandes latifundiários, em *Além do Marimbus*. O trecho abaixo, retirado de *Cascalho*, explicita com uma ironia simplista até onde as implicações do monopólio do garimpo podiam chegar:

No tempo das primeiras descobertas, aqueles garimpos não conheciam dono. O povo trabalhava à vontade, nos cateamentos e nos serviços de mergulho, mas logo veio o Cel. Joca de Carvalho com os seus Títulos de Terras e Minas, com os seus registros de lotes reconhecidos pelo Governo, e estabeleceu domínio particular sobre o vale. Transferido o direito de propriedade ao Cel. Germano, certo garimpeiro tenta um dia – contavam – trabalhar no Paraguaçu. Viera de fora, já dera muita cabeçada, estava ficando velho, precisava cuidar do futuro. “Com uns quatro contos eu estou satisfeito” – pensava. Subiu a serra numa terça-feira, atraído pela fama dos garimpos da Passagem, e não tardou a dar cálculo numa grupiara. Arregaçou as calças, muito tranqüilo, e começou a trabalhar. Foi quando chegou o gerente com uma espingarda nas costas. Estava inspecionando e disse:

- Você não pode trabalhar aqui não.
- Por quê?
- Porque não.
- De quem são estas terras?

- Do chefe.
 - E as margens do rio?
 - Do chefe.
 - E o rio?
 - Do chefe.
- O homem olhou. O Paraguaçu descrevia lá embaixo uma curva ampla.
- O rio também? – indagou.
 - Sim. O rio e o leito do rio – respondeu o gerente. – Você aqui, sem ordem do chefe, nem pra beber água. (SALES, 1967⁶, p. 33).

Observa-se nesse fragmento o quanto o monopólio que, embora fraudulento, era garantido pela lei, afetava as relações de trabalho, constituindo-se numa barreira simplesmente insuperável que impedia o pobre trabalhador de sequer buscar seu próprio sustento. Pode-se estabelecer um paralelo entre essa situação e a expulsão “legal” dos índios, referida em *Os Pareceres do Tempo*, a segunda obra a ser analisada nesta pesquisa. Os portugueses, em nome de um documento de posse cujo valor provinha de suas próprias leis, as quais eram completamente ignoradas pelos indígenas, reivindicavam a propriedade das terras que os mesmos vinham ocupando há séculos. Assim, a expugnação empreendida por eles contra os nativos era considerada correta e legítima, inclusive pela Igreja, conforme se verá mais adiante nesse trabalho.

A crítica às injustiças e exploração às quais é submetido o mais pobre e fraco pelos detentores do poder é construída a partir de uma ironia fina, sutil e equilibrada dentro do texto. Ívia Alves, no já referido ensaio *Herberto Sales: Escritor entre dois caminhos* (1999, p. 08), afirma que Herberto Sales soube manter o devido distanciamento do cotidiano, para poder falar dele com coerência e imparcialidade. Chama a atenção nessa primeira obra que a crítica não recai apenas sobre a figura do coronel e seus comparsas. O narrador de *Cascalho* denuncia tanto as injustiças sofridas pelos garimpeiros por parte dos poderosos que os exploram, quanto a violência praticada entre eles mesmos.

Em *Além dos Marimbus* são descritas as lidas dos extratores de madeira, outra atividade econômica de grande relevo na região. Desta vez, são os grandes latifundiários

madeireiros que se aproveitam dos trabalhadores que os servem para incrementar sempre mais seus lucros, mediante a exploração dos mesmos, semelhante à sofrida pelos garimpeiros das lavras diamantinas. Com esse romance, publicado doze anos após o primeiro, Herberto Sales conquistou o Prêmio Coelho Neto, da Academia Brasileira de Letras, e o Prêmio Paula Brito, da Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro.

Contudo, se a obra de estréia pode ser classificada como “o romance do diamante”, por um critério de avaliação já aplicado a outras obras regionalistas, como “o romance da cana-de-açúcar”, de José Lins do Rego (*Menino de Engenho*, 1931, *Fogo Morto*, 1943, entre outros), “da seca”, de Graciliano Ramos (*Vidas Secas*, 1938), “do cacau”, com diversas obras de Jorge Amado, Herberto Sales não quis que seu segundo livro fosse sumariamente cognominado de “o romance da madeira”: “Eu estava na obrigação responsável de escrever o meu novo romance em tudo diferente de *Cascalho*. E foi o que procurei fazer, varando noites e noites de infrutífero trabalho e de angústia no meu apartamento no Rio de Janeiro.” (SALES, 1996, p. 7).

Por isso, resolveu investir em uma inovação do estilo lingüístico, adotando a estrutura textual de um relato de viagem, como os que se escreviam freqüentemente durante o período colonial brasileiro, o que funcionou também, tematicamente falando, como uma incisiva referência aos interesses estrangeiros de exploração e lucro: “Narrativa da viagem que fez Jenner Nogueira Chaves às matas de Andaraí para compra de uma fazenda onde extrair madeiras.” (SALES, 1974, p. 3)

Em seu ensaio crítico a respeito das obras do autor já publicadas até então, Marlise Vaz Bridi Ambrogi (1983, p. 105-106) enfatiza o cuidado em não repetir os moldes das narrativas anteriores acabou constituindo-se em uma marca estilística da sua obra. Herberto Sales sempre expressou grande preocupação com a qualidade de seu trabalho e em sentir-se

⁶ As citações de *Cascalho* (1944) que constam nessa dissertação foram feitas a partir da 3ª edição revista da obra, publicada em 1967 pela Ediouro.

satisfeito com o mesmo. A primeira edição de *Cascalho* (1944) esgotou-se, em questão de dois ou três meses, e ele recusou-se a reeditar a obra, apesar dos insistentes pedidos da editora, que queria fazê-lo imediatamente. No *Subsidiário: Confissões, Memórias e Histórias*, o autor descreve esse seu descontentamento, bem como a determinação de corrigir *Cascalho*:

A AUTOCRÍTICA, minha bandeira e minha luz, me levou a assumir comigo mesmo o compromisso de só reeditar *Cascalho* depois de reescrevê-lo. Sobretudo se eu, reescrevendo-o, viesse a fazê-lo de modo satisfatório. Não era reescrever por reescrever. Era reescrever o livro para torná-lo digno de mim mesmo. Para que eu, na rabadá do Juízo Final, pudesse aparecer diante de Deus com o romance que com a graça de Deus eu escrevera. (SALES, 1988, p. 39-40)

Nem a segunda edição, que o autor contava ser definitiva e que saiu em 1951, sete anos depois da primeira, o satisfez plenamente. O romance receberia ainda uma terceira edição revista, publicada em 1967, pela Ediouro, quando já haviam sido lançados *Além dos Marimbus* e *Dados Biográficos do Finado Marcelino*.

A respeito do terceiro romance, *Dados Biográficos do Finado Marcelino* (1965), Ívia Alves (1979) afirma que o autor manteve o tom memorialista dos livros anteriores, porém, dessa vez, seu olhar volta-se para a capital baiana, Salvador, na década de 30. O trabalho estético com a linguagem, segundo Ívia, revela a maturidade artesanal do escritor, após exercício de escrita e reescrita das duas primeiras obras.

Enquanto escritor, Herberto Sales obteve sua consagração e reconhecimento nacional no dia 21 de setembro de 1971, quando foi recebido na Academia Brasileira de Letras por seu companheiro e amigo Marques Rebelo, para ocupar a cadeira de número 3, sucedendo Aníbal Freire. Nessa época, ele já havia publicado três romances, todos atualmente com tradução no exterior, três livros de contos (dois no mesmo ano, *Uma Telha de Menos* e *O Lobisomem e outros Contos Folclóricos*, em 1970), bem como o premiado *best-seller* infantil *O sobradinho dos pardais*.

Em 1974, assumiu a direção do Instituto Nacional do Livro e mudou-se para Brasília, permanecendo lá até março de 1985, quando deixou o Instituto. E é a partir desse contexto,

permeado por sucessivas e insossas reuniões burocráticas, que foi gerado *O Fruto do Vosso Ventre*, seu quarto romance, um marco na progressão temática do autor por alcançar, pela primeira vez, uma abrangência social maior, que não se detém no contexto regional, telúrico, como ocorreu nos romances anteriores. Nessa obra, Assis Brasil (2002, p. 36-38) observa a criação de uma ficção experimental e mágica, a qual traz como instrumento de crítica da desumanização do homem a metáfora de uma sociedade tecnocrática e esvaziada de significado para a existência. Sobre esse romance, através do qual inaugurou novos rumos em sua ficção, Herberto Sales diz o seguinte:

O meu quarto romance, *O Fruto do Vosso Ventre*, resultou numa abertura inesperada para os meus leitores, a crítica em geral, e mesmo para mim próprio. A história se passa numa ilha imaginária, num futuro fatal do homem e do mundo. Nesse sentido, é como se fosse uma profecia, ao mesmo tempo que é uma sátira política e social e um poema alegórico. É um livro na tradição swiftiana, todavia com uma luz de esperança no fundo do túnel da amargura feroz de Swift. Mostra, como notou Austregésilo de Athayde, “que estamos indo por um caminho em que o homem se tornará irreversível sob o peso do Estado rigorosamente lógico em suas leis e implacavelmente decidido a cumpri-las.” (SALES, 1996, p. 8).

Percebe-se a partir desse parecer a preocupação do escritor para com os rumos da humanidade na sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que oferece, como diz o próprio Herberto, uma luz de esperança oriunda de uma certa convicção pessoal de fé, o qual a manifesta quando recorre ao texto sagrado do Cristianismo, a Bíblia, para estabelecer sua mensagem, conforme será desdobrado na análise de *O Fruto do Vosso Ventre*, no capítulo dois desta dissertação.

Einstein, o Minigênio, foi publicado na década de 80, após o lançamento do quarto livro de contos, *Armado Cavaleiro o Audaz Motoqueiro*. No geral, os contos desse livro têm como objeto de análise a vida contemporânea, com uma temática metafórica social de cunho trágico, nos moldes de *O Fruto do Vosso Ventre*. No mesmo depoimento ao Jornal *A Tarde*, Herberto Sales também tece comentário a respeito desse seu quinto livro, comparando-o ao anterior *O Fruto do Vosso Ventre*, o qual à época já contava com duas edições e tradução no Japão e Inglaterra:

O romance seguinte, *Einstein, o minigênio*, é ainda, de certa maneira, um livro na mesma linha de *O fruto do vosso ventre*, de veemente crítica social, centrada numa família envolvida com os problemas da educação de uma criança programada para ser gênio. Nesse sentido, e de modo absoluto, é uma contundente crítica ao nosso sistema educacional como um todo. De uma ou de outra forma, os chamados tecnocratas estão presentes em ambos os romances, desfilando de cabeça erguida com as suas presunções. Houve um momento em que esses tecnocratas grassaram intensamente no país, mas até hoje continuam por aí, só que com outros jargões, tipo “economia de mercado” e neoliberalismo.” (SALES, 1996, p. 8)

Nota-se aí uma referência sutil, mas muito clara, à opressão e influência, em todos os campos, da ditadura na qual o país esteve mergulhado por vinte anos, período esse que o escritor, pelo fato de ter atuado junto a um órgão do governo como o INL, pôde acompanhar mais de perto e assim falar a respeito com maior segurança e profundidade.

Após sua morte, ocorrida em agosto de 1999, Herberto Sales deixou um legado literário composto por onze romances, quatro livros de contos, oito obras de literatura infantil, uma de literatura infanto-juvenil, uma publicação de notas de viagem ao Japão, bem como três volumes de memórias, o primeiro publicado no final da década de 80, em 1988, e os demais no início da década de 90. Há que se mencionar ainda as notas de leitura, ensaios, monografia, crítica literária (sobre a obra de Aluísio Azevedo, a qual admirava muito), obras em colaboração com renomados escritores da Literatura Brasileira, como Jorge Amado, Marques Rebelo, José Cândido de Carvalho, entre outros. Com a publicação de seu último romance, *A prostituta*, já se sentindo adoentado, Herberto Sales declara sua carreira literária encerrada.

A obra derradeira, no entanto, seria mesmo o ensaio *História Natural de Jesus de Nazaré: uma narrativa cristã*, de cunho religioso, visto que retrata a vida de Jesus, ícone do Cristianismo, a partir de pesquisas realizadas pelo autor. Essa obra, escolhida inicialmente para compor o *corpus* da presente pesquisa, acabou sendo deixada de lado inicialmente por não se configurar propriamente como um romance de ficção, ou seja, não foi fruto da criação literária de Herberto Sales, mas trata-se, conforme ele mesmo diz, de uma “narrativa cristã”, visto que relata a história de Jesus de Nazaré contida nos evangelhos bíblicos a partir de sua

própria releitura dos mesmos e sob a luz de pesquisas científicas baseadas em relatos de arqueólogos, historiadores e teólogos. No dizer do próprio escritor (1997, p. 267), essa obra nasceu “do muito ou pouco que tirei de dentro de mim, de minha alma, antes que ela se renda a Deus.” Em segundo lugar, *História Natural de Jesus de Nazaré* constará, juntamente com outras obras literárias selecionadas por abordarem igualmente o tema do mito cristão, Jesus, no próximo trabalho a ser desenvolvido por esta pesquisadora.

Desde a produção de seu segundo romance, *Além dos Marimbus*, o escritor preocupou-se em não se repetir nas narrativas posteriores. A multiplicidade de gêneros e estilos de linguagem na obra de Herberto Sales é tão variada que, para Marlise Vaz Bridi Ambrogi, chega a dar a impressão de que *O fruto do Vosso Ventre*, com seus neologismos acoplados a um discurso burocrático, e *Os Pareceres do Tempo*, cuja linguagem arcaica e barroca, adequada a uma trama que se desenrola no final do século XVIII, foram escritos por pessoas diferentes. Lizir Arcanjo Alves, pesquisadora, ensaísta e professora de Literatura Brasileira, atesta esse zelo do autor por sua escrita, o qual a submetia a um exercício de releitura, correção e revisão: “Do primeiro ao último livro, em qualquer gênero que se trate, sua obsessão era lidar com a palavra, burilar a frase, ouvi-la; mais que o assunto, amava a escritura da obra.” (1999, p. 05).

Segundo observa Marlise Vaz Bridi Ambrogi (1983), os temas abordados em suas obras se entrecruzam e se complementam, parecendo estar dialogando entre si, trazendo sempre uma conotação especial, diferente, revelada no contexto no qual a obra nasce e se insere. O declínio no plano econômico, apresentado em *Cascalho*, reaparece sob outro aspecto na velhice decadente de *Dados Biográficos do Finado Marcelino*; a linguagem bíblica presente em um dos contos de *O Lobisomem e Outros Contos Folclóricos* é retomada com requintes de poesia lírica na última parte de *O Fruto do Vosso Ventre*, no qual a solução sugerida para o absurdo da burocracia castradora, já referida em vários contos de livros

anteriores (como “O conselho”, de *Histórias Ordinárias*), é apresentada a partir de um resgate de valores como a fé, a pureza, a simplicidade, reiterados através da alegoria do evangelho bíblico.

Esse diálogo, pautado pela literatura, entre o texto sagrado, é retomado e reelaborado dentro da ficção artística, bem como no ensaio *História Natural de Jesus de Nazaré. Uma Narrativa Cristã*, o qual aponta para a natureza mística de um autor que, embora pessoalmente declare não pertencer a nenhuma denominação religiosa, expressa uma fé muito grande no Deus cristão, ao qual se refere inúmeras vezes, como no seguinte exemplo, extraído do *Subsidiário*: “A crença em Deus. E na crença em Deus, a também ainda crença nos homens. [...] Com a palavra que me ocorra na hora, colhida no coração ou nele deixada cair por Deus, como sinal da Sua misericórdia e do Seu perdão.” (SALES, 1988, p. 4) Ele também relacionava sua devoção pessoal com seu labor literário. O depoimento abaixo, publicado em *A Tarde Cultural* de 5 de outubro de 1996, é bastante significativo nesse aspecto:

Por mais de uma vez, e o digo sem nenhuma teatralidade, Juraci (a esposa) foi me encontrar ajoelhado ao lado de minha mesa de trabalho pedindo a Deus que me ajudasse a carregar a cruz do meu capítulo. E, afinal, quando uma noite concluí o *Além dos Marimbus*, foi ainda de joelhos que agradei a Deus a graça que acabava de me conceder. (SALES, 1996, p. 7).

Herberto Sales sempre reafirmou sua crença na humanidade, sua esperança na busca e na edificação de valores éticos e morais que transcendem as leis duras e excludentes do capital e a fria indiferença da tecnologia. Sua esperança por vezes revestia-se de uma expressão mística de fé, revelada poeticamente na parte final de *O Fruto do Vosso Ventre* (1976), na qual o autor apela para os ícones da religião cristã, “o Filho”, Maria e José, a fim de apontar um caminho de retorno e salvação para o ser humano, maltratado e manipulado pelos desmandos absurdos do governo tecnocrata:

11 E sucedeu que, no mesmo instante, toda a Ilha tremeu. E desabaram os edifícios da praça, onde se achavam instaladas as altas autoridades. E ruíram as chaminés das grandes fábricas, e todas as suas instalações.

12 E dos escombros, como se saíssem de cascas de ovos, começaram a sair crianças.
[...]

20 Do terremoto escaparam com vida apenas duas ou três centenas deles. E viveram para testificar a iniquidade de que haviam participado, e que naquele dia teve fim.

21 E a partir daquele dia foi instaurado na Ilha o governo das crianças. Porque chegara o tempo de as crianças governarem os homens. E por elas foram governados os sobreviventes, a partir daquele dia. (SALES, 1984, p. 196 – 197)

Na entrevista concedida à TV Educadora, em outubro de 1996, a última, como enfatiza veementemente, Herberto Sales reafirma sua responsabilidade enquanto escritor e também como leitor. Ele diz que, naquela altura da vida (contava então com 79 anos), não suporta mais ouvir expressões tão comuns no cotidiano contemporâneo, como “economia de mercado” e “neoliberalismo”. Porém, é enfático ao afirmar que em todas as suas obras - ele havia acabado de lançar seu último romance, *A Prostituta* - sempre fez dura crítica social “ao homem e às besteiras que ele faz”. Para ele, a literatura representava o seu modo de interferir e colaborar para a construção de um mundo melhor, sobretudo mais humano e autêntico. Isso porque, segundo afirma no *Subsídio. Confissões, Memórias e Histórias*, “a obra literária autêntica é aquela que faz o homem conciliar-se com os valores humanos autênticos, levando-o ao reencontro ou à descoberta deles.”(1988, p. 32).

Quanto à temática da religiosidade na literatura, a obra desse autor oferece alguns muito bons elementos para pesquisa e investigação quanto à apropriação, desconstrução e releitura do texto e do elemento religioso dentro da ficção artística, principalmente de fonte bíblica, que é o texto sagrado do Cristianismo. Dentre os romances, contos e ensaio que lançam mão desse expediente, promovendo uma simbiose entre o que concerne ao transcendente e à expressão artística e cultural, a presente pesquisa destaca os romances *O Fruto do Vosso Ventre* e *Os Pareceres do Tempo*. *O Fruto do Vosso Ventre* traz em sua terceira e última parte uma alegoria do evangelho do Novo Testamento, baseando-se principalmente nos livros de Mateus e de Lucas. Herberto Sales apropria-se dos personagens Maria e José bíblicos e os insere em sua ficção, comparando o drama de um casal que se torna criminoso por esperar um filho dentro de uma sociedade que já extrapolou todos os limites do

controle e caminha para a própria destruição, com a história do nascimento de Jesus, o qual também foi perseguido pela autoridade repressora da época e salvo de maneira sobrenatural.

Os Pareceres do Tempo aborda a questão religiosa do ponto de vista da instituição igreja, especificamente, da Igreja Católica Apostólica Romana, única aceita e permitida oficialmente durante todo o período colonial brasileiro. Estabelece uma pesada crítica sobre o papel desempenhado pelos padres e sacerdotes católicos, os quais, em nome da religião, apoiaram e se beneficiaram da escravidão negra e fizeram de sua catequese um instrumento de domesticação e manipulação dos índios, com vistas a facilitar a dominação colonial portuguesa.

Os dois capítulos subseqüentes da presente dissertação constarão da observação e análise dos elementos concernentes ao universo religioso, especificamente a partir do contexto do Cristianismo, bem como da maneira como esse escritor baiano se apropria deles nas duas obras literárias em questão.

CAPÍTULO 2

A RELIGIOSIDADE NA FICÇÃO DE HERBERTO SALES

2.1 O SAGRADO NA PÓS-MODERNIDADE

O período atual é definido como pós-modernidade, o que não implica necessariamente numa continuação da chamada modernidade, tampouco em um momento meramente posterior a ela, cronologicamente falando. Mesmo porque, tanto as noções de modernidade quanto de pós-modernidade não são estanques nem pacíficas, nem estão prontas e acabadas. Para alguns pensadores contemporâneos, o que caracteriza a pós-modernidade é a superação, em um caráter progressivo, de muitas demandas e questões que angustiavam a sociedade moderna, o que não deixa também de sugerir uma idéia de continuidade linear. Contudo, o que muitos críticos atuais apontam nesse período chamado de pós-moderno é uma espécie de quebra ou falência da Modernidade enquanto projeto social e ideológico, no sentido de se assumir e aceitar um fracasso da mesma, paralelo a uma busca por algo mais adequado às constantes alterações que sofrem a sociedade, a economia, o capital, bem como a contínua e paradigmática evolução tecnológica.

O pós-modernismo, termo essencialmente ambíguo, define o período no qual se instaura e se localiza a pós-modernidade enquanto momento peculiar no qual, segundo o pensador contemporâneo Jean-François Lyotard (1989, p. 12-14), as “metanarrativas” legitimadoras herdadas do Iluminismo caem em descrédito. Para Lyotard, a palavra *moderno* designa “toda ciência que se legitima com referência a um metadiscurso e que faz um apelo explícito a alguma grande narrativa, tal como a dialética do Espírito, a hermenêutica do significado, a emancipação do sujeito racional ou trabalhador, ou a criação de riqueza”.

(1989, p. 11). Ou seja, refere-se às “grandes verdades” que conferiam alguma autoridade e segurança aos discursos norteadores do que se entendia por sociedade. Porém, a pós-modernidade, conforme David Jobling (2000), propõe também, entre outras coisas, a inclusão de uma heterogeneidade de elementos, num apelo a uma maior sensibilidade a diferenças, aceitação das mudanças e conscientização a respeito do caráter socialmente construído do conhecimento e dos diversos meios de sua produção.

Para o filósofo alemão Jürgen Habermas (1976), o que caracteriza a pós-modernidade é uma crise de legitimação dos princípios e valores que governam a vida no final do século XX, a qual gera uma inquietação pautada pela instabilidade do relativismo absoluto, o qual, ao invés de proporcionar a tão sonhada liberdade e igualdade de direitos ao indivíduo, geralmente faz dele uma vítima indefesa de manipulação política e econômica exercida pelos detentores do poder.

Tanto Lyotard quanto Habermas, em sua crítica à pós-modernidade, demonstram se preocupar com a aparente perda de valores éticos e morais, tais como honestidade, respeito, honradez, justiça, etc, provocada pela quebra dos principais paradigmas que tradicionalmente nortearam a vida na sociedade moderna, de um modo geral, os quais parecem agora perigosa ou desafiadoramente instáveis. Contudo, não obstante as muitas definições existentes para ele na atualidade, o pós-modernismo é uma realidade presente, e não pode ser rejeitado ou ignorado, tampouco fetichizado, como uma espécie de “última moda intelectual”. O importante é assumir uma postura crítica e questionadora de quem não espera encontrar respostas prontas, acabadas e herméticas, mas se dispõe ao debate e à constante reformulação dos modos locais de entender-se a si mesmo em relação à modernidade, à cultura e à história contemporâneas, bem como às dimensões sociais e pessoais, às respostas éticas e políticas elaboradas nesse contexto.

Lyotard descreve a condição pós-moderna através de três trajetórias que transformam a cultura de maneira fundamental. A primeira é a *estética*, que abrange todo o domínio das artes, incluindo a arquitetura e as demais artes visuais e literárias, e discute a obliteração da tradicional diferença entre cultura de massa e alta cultura. A segunda trajetória é a *epistemológica*, na qual a totalização das grandes narrativas herdadas do Iluminismo é colocada em xeque e tende a dar lugar aos jogos de linguagem, numa tentativa de incorporar a indeterminação, o caos e a ambigüidade vigentes como um outro lado, inevitável, porém, desafiador da modernidade e não, necessariamente, seu fracasso.

O terceiro aspecto apontado por esse crítico da pós-modernidade diz respeito à política. O pós-modernismo deflagra uma crise de legitimação do conhecimento científico, o que provoca conseqüências sociais, políticas e ecológicas severas em um mundo cada vez mais dominado pelo Ocidente, cuja ideologia de supremacia tecnológica e política freqüentemente lança mão de práticas violentas, antidemocráticas e arbitrarias, com fins essencialmente unilaterais e econômicos.

A abolição de sólidas noções de significado, face uma neutralidade que já não se admite possível, estabelece um desconfortável e inquietante paradoxo que marca essa nova condição de instabilidade e transitoriedade, anexados aos postulados já mencionados, antes tidos como universais, íntegros e supremos. A grande crise da pós-modernidade reside no reconhecimento de que as interpretações tradicionais que nortearam durante tanto tempo o pensamento ocidental são, na verdade, representações de domínio, ou seja, jogos de poder. Porém, tal constatação, mesmo derrubando ilusões antigas, traz em seu bojo uma nota de esperança embutida em um desejo de mudança. O seguinte parecer do sociólogo polonês Zygmunt Bauman é bastante elucidativo nesse sentido e até mesmo otimista ao estabelecer uma espécie de transição difícil, porém necessária entre modernidade e pós-modernidade:

A pós-modernidade não é mais (mas também não é menos) que o olhar longo, atento e sensato da mente moderna sobre si mesma, suas condições e suas obras passadas, sem gostar totalmente do que vê e sentindo o impulso para mudar. A pós-

modernidade é a modernidade que se torna adulta: a modernidade vendo-se de longe, não de dentro, organizando o inventário completo de perdas e ganhos, fazendo a psicanálise de si mesma, descobrindo as intenções que nunca antes decifrou, considerando-as mutuamente neutralizadoras e incongruentes. A pós-modernidade é a modernidade que reconhece sua própria impossibilidade; uma modernidade autocontroladora, uma modernidade que conscientemente descarta o que outrora fazia inconscientemente. (BAUMAN, 1991, *apud* Jobling, et al, 2000, p. 13).

Ainda assim, não obstante um certo amadurecimento da humanidade face à aceitação das ilusões perdidas da modernidade, o pós-modernismo, de um modo geral, se apresenta como um período confuso, instável, ingovernável, indefinido, segundo David Jobling (2000, p. 19), que, por fim, é um reflexo do próprio homem, perdido dentro de um mundo que balança entre a captação cultural e tecnológica da globalização e a manutenção de costumes e tradições passadas, as quais constituem-se de um último resquício de preservação da identidade cultural ameaçada pelo processo de hibridização que atualmente grassa na “aldeia global”.

Uma das características mais marcantes da Modernidade é o domínio da técnica, da máquina, como símbolo da eficiente superação do humano, visto cada vez mais como falho, incompleto, quase que uma ameaça para sistemas minuciosamente elaborados, que exigem sempre maior precisão e rapidez. Além disso, observa-se também uma supremacia crescente do racional sobre o subjetivo, do conhecimento científico, essencialmente empírico e pragmático, sobre o tradicional, embasado numa tradição oral calcada no mito. A raiz dessa concepção do mundo e do conhecimento está fincada no Iluminismo, período histórico marcado pela quebra de valores oriundos da religião teocrática, que colocava Deus como resposta, começo e fim absoluto de todas as coisas. A própria obra de arte produzida até então, mesmo antes da supremacia do Cristianismo, tinha, muitas vezes, motivação e fins ritualísticos, dentro de uma mística sintonizada com o mito sagrado.

Além dos avanços da ciência experimental que revolucionaram a produção de conhecimentos, outro fenômeno abalou profundamente a criação artística e principalmente a

utilização da mesma, bem como seu papel social: a descoberta da possibilidade de reprodução da obra de arte, mediante técnicas mecânicas. Em seu célebre ensaio “A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução”, Walter Benjamin (1980) aponta para uma nova forma de se entender a obra de arte e relacionar-se com ela, pois, no advento da modernidade, caracterizado desde antes da Revolução Industrial por uma automação tecnológica crescente, a possibilidade de acesso à produção artística e consumo da mesma alcançou proporções nunca vistas, graças à sua “reprodução em massa”. Benjamin, não obstante seu otimismo face ao incremento cultural que essas técnicas reprodutivas poderiam proporcionar, identifica, ao mesmo tempo, um sério problema: a questão da autenticidade, que até então era vista como uma marca de valor imprescindível à consagração de alguma obra de arte, sendo que constituía a sua aura, a qual, segundo o pensador, implica na “única aparição de uma realidade longínqua, por mais próxima que esteja; [...] o caráter daquilo que é dado apenas uma vez” (p. 9). A partir de então a arte, “despregada de suas bases ritualísticas pelas técnicas de reprodução, em decorrência, não mais podia manter seus aspectos de independência” (p. 13). Ela passa a ser um bem comum. Perde, de fato, sua “aura”, sua condição de única e original, mas ganha, em contrapartida, visibilidade, visto que amplia seu público. A grande polêmica na época, entre pintores e retratistas, por exemplo, era até que ponto a obra perdia seu valor intrínseco, face à dissipação da aura, ou se, ao contrário, o mesmo podia até crescer e se auto-afirmar mediante uma exposição e consumo mais amplos e difundidos pelas técnicas de reprodução. Contudo, a quebra do paradigma, fosse ele positivo ou negativo, estava feito, irreversivelmente.

Benjamin designou o processo de perda da aura como sendo a sua dessacralização, no sentido do caráter místico atribuído a muitas obras e devido à sua utilização ritualística, principalmente no âmbito religioso. Segundo afirma o pensador, “No começo, era o culto que exprimia a incorporação da obra de arte num conjunto de relações tradicionais. Sabe-se que as

obras de arte mais antigas nasceram a serviço de um ritual, primeiro mágico, depois religioso” (p. 10). Essa razão de ser que inicialmente justificava a produção artística, a partir de sua utilização e função como objeto de culto e não com um fim em si mesma, ligado à fruição estética, constitui-se na base do valor de unicidade, ou aura, da obra de arte. Mais tarde, com o surgimento do culto à beleza, na época da Renascença, o ritual permaneceu fiel às suas origens, mas sua natureza passou a ser profana, obedecendo ao conceito professado pelos artistas renascentistas da “arte pela arte”, a qual se recusa a desempenhar qualquer outro papel e emancipa-se de sua existência meramente utilitária (e secundária) dentro dos rituais míticos e religiosos.

Graças às técnicas de reprodução, a obra de arte conquistou sua independência do ritual, que até então a abrigava e determinava seu papel. Porém, a reprodução também foi responsável pela destituição do critério de autenticidade, que não mais se podia aplicar à produção artística, agora em série. Essa quebra de paradigma, de acordo com Benjamin, provocou uma revolução na função da arte, que em lugar de basear-se sobre o ritual, passou a fundar-se na *práxis* política, considerada mais importante e relevante socialmente do que o reduto religioso, num momento em que o prestígio e autoridade da religião foram irreversivelmente abalados com o advento do Iluminismo, o qual privilegiou a secularização contra a transcendência do sagrado.

Em termos de produção artística, passou-se a fazer, de certa forma, o caminho oposto: ao invés de o artista elaborar sua obra de arte tendo como fim determinado a utilização da mesma em ritual religioso, muitos objetos já consagrados a essa função sagrada e, portanto, carregados de conotação simbólica e transcendente, passaram a ser copiados ou reproduzidos com fins culturais e comerciais, ligados à apreciação estética ou à crítica social, despojados dessa sua aura original e mítica.

Entre as artes, a literatura aproveitou-se dessa nova concepção e utilização de suas obras e foi mais além no processo de dessacralização apontado por Benjamin: apropriou-se dos próprios textos sagrados que fundam e descrevem as crenças e dogmas religiosos para, mediante a ação criativa do autor, dotá-lo de releitura, reescrevê-lo, desconstruí-lo, parodiá-lo, e assim, impingir-lhe uma mudança no papel até então desempenhado, bem como no *status* de que gozava. Está claro que tal prática não compromete em absoluto o valor e a função da narrativa original, no que se refere a sua utilização e significado ritualístico, mas a transforma indelevelmente, pois a transporta para um outro contexto, muito mais amplo e livre, no qual esse objeto pode ser, então, não apenas mais difundido, mas questionado, reinterpretado e ressignificado. Cabe aqui salientar a apropriação do conceito benjaminiano de dessacralização e quebra da aura para descrever a mudança de paradigma em relação aos textos sagrados que embasam o discurso religioso de um modo geral e, em particular, no contexto do Cristianismo, quando os mesmos são inseridos no panorama da literatura e redimensionados pela ficção.

Por essa característica de neutralidade artística, o texto literário goza de considerável liberdade para apossar-se de outros textos e elaborações culturais para, a partir deles, criar novas expressões que dialoguem com essas fontes, seja para negar ou para reiterar seu conteúdo, porém sempre redimensionando seu contexto, sentido e aplicação. Essa apropriação não é novidade; porém, quando a mesma se dá no campo da religião, entendido normalmente como pertinente ao sagrado, isso pode gerar controvérsias. Pode-se mencionar como exemplo disso, na contemporaneidade, em especial, diversas obras que motivaram furiosos protestos e repúdio de comunidades religiosas que se sentiram atingidas e ofendidas em suas crenças e dogmas pelo fato do autor ter bebido em seus textos sagrados e deles se utilizado para elaborar narrativas muitas vezes carregadas de crítica e denúncia de práticas manipuladoras,

alienantes, ou até mesmo violentas e cruéis, contudo legitimadas por complexos dogmas religiosos.

Exemplo disso é a obra *Os versos satânicos* (1989), do escritor indiano Salman Rushdie, no qual ele critica a religião muçulmana. Por causa disso, foi condenado à morte pelo Aiatolá Khomeini e até hoje é *persona non grata* no Irã. O grego Nikos Kazantzakis, autor de *A Última Tentação de Cristo* (1956), quase foi excomungado pela Igreja Católica Ortodoxa, após a publicação do romance. Mais recentemente, o consagrado autor português José Saramago, ateu convicto, teve sérios problemas com a Igreja Católica Romana devido ao seu polêmico romance, *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* (1991), considerado extremamente ofensivo e herético pelos católicos em geral e especialmente em Portugal, país onde o catolicismo predomina. O próprio autor afirma, em entrevista publicada no jornal Folha de São Paulo, em 10 de novembro de 2001:

Tenho dúvidas, muitas e justificadas, sobre se *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* levou a um diálogo e a uma reflexão sobre as crenças. Os católicos que leram o romance com espírito aberto não foram muitos, e os outros foram infelizmente demasiados, não, claro está, porque eu não lhes reconheça e respeite o direito a defenderem aquilo em que acreditam, mas porque deram mostras de uma intolerância surpreendente em quem, ao que parece, pratica uma religião que se diz ser de amor e perdão. (SARAMAGO, 2001, entrevista publicada on-line).

Essa postura de ardente defesa do que concerne ao religioso tem sua razão de ser no fato de que, segundo afirma a professora Eni Pulcinelli Orlandi (1987, p. 15), “o discurso divino (ou religioso) é eterno, ‘já- sempre-lá’, e requer do sujeito ouvinte uma total submissão e completa aceitação do mesmo”. Tal proposta tolhe o desempenho de papel questionador e crítico por parte da literatura, a qual lança mão de sua neutralidade ideológica, enquanto expressão artística, para promover reflexão e reavaliação de normas e conceitos instituídos, ao invés de simplesmente condicionar-se a eles. O pensador Michel Foucault, em referência à apropriação de textos de outros campos do conhecimento e cultura pela literatura, fez a seguinte afirmação a respeito desse verdadeiro “jogo” de discursos:

O deslocamento de textos religiosos ou jurídicos, que por vezes é empreendido pela literatura, não é estável, nem constante, nem absoluto, mas seu discurso é dito, permanece dito e ao mesmo tempo, está por dizer, num movimento dinâmico de criação, repetição, negação e releitura, que se assemelha a um jogo. (FOUCAULT, 2002, p. 22)

Em vista disso, pode-se afirmar que a apropriação que a literatura faz do discurso religioso a partir de seus textos sagrados ou elementos que caracterizam e identificam alguma religião não pode ser considerado sumariamente como uma mera negação ou desrespeito ao mesmo. Não obstante o exercício dialógico de reflexão, crítica e ressignificação ao qual esse discurso é submetido pela ficção, ele não deixa de ganhar em termos de valorização e destaque na medida em que adquire maior visibilidade dentro do cenário mais amplo e democrático da cultura laica, cuja dimensão ultrapassa, e muito, o circuito geralmente fechado e estereotipado das esferas religiosas.

Segundo apontam os historiadores José Jobson de A. Arruda e Nelson Piletti (1995), com o advento do Renascimento iniciou-se um questionamento intenso dos valores sociais instituídos pelo Cristianismo através da Igreja Católica, sua detentora oficial e propagadora. As novas descobertas científicas, aliadas ao avanço das técnicas de navegação, a invenção da imprensa e o crescimento das cidades foram aos poucos colocando em xeque os até então inquestionáveis dogmas religiosos. O homem ocupou o lugar de Deus no centro do universo, em grau de importância e convergência. Contudo, o golpe que abalou definitivamente o poder clerical foi a Reforma Protestante, empreendida pelo monge alemão Martin Luther, em 1517. A autoridade suprema do alto clero passou a ser questionada pela primeira vez, e o anseio por uma fé pessoal, independente da intermediação de sacerdotes e do pagamento das indulgências que só faziam aumentar a riqueza da classe clerical provocou uma revolução no que se entendia como teologia, bem como na natureza do papel que a mesma desempenhava dentro da sociedade.

No campo das artes, a produção de obras de temática religiosa emancipou-se de seu caráter essencialmente litúrgico, o que possibilitou uma exploração estética e crítica mais

acentuada e ampla das mesmas, por não se prestarem apenas à utilização como objetos ritualísticos de culto religioso, mas também à apreciação puramente artística.

Mais tarde, a ruptura com a tutela do saber exercida pela religião, empreendida pelo Iluminismo, instituiu o culto à Razão, concretizado pelo desenvolvimento de diversos tipos de ciência, num processo marcado pela passagem da transcendência religiosa e mítica para a imanência natural e experimental, o que privilegiava a secularização em detrimento da religião, substituindo o teocentrismo medieval pelo antropocentrismo moderno.

Observa-se na contemporaneidade um fenômeno que nem o racionalismo iluminista nem o modernismo tecnológico poderiam prever: uma espécie de retorno do elemento religioso e sua carga mística e transcendente, o que configura um contra-senso no mínimo curioso dentro de uma sociedade pautada pela estética consumista e individualista do capitalismo e determinada pelo conhecimento científico. Jacques Derrida alerta para o fato de que não se trata simplesmente de um retorno no sentido de uma repetição comum, mas do “desencadeamento de um fenômeno complexo e sobredeterminado” (2000, p. 59), que conta com todo um aparato tecnológico e mídio-científico sem precedentes, e institui uma quebra com o religioso de base romana, estatal, em prol de um ecumenismo diplomático, de apelo à paz universal e à reconciliação dos “homens filhos do mesmo Deus”. Por outro lado, observa-se ao mesmo tempo uma oposição veementemente a todos os fundamentalismos e integristas não cristãos, mas também a certas formas ortodoxas protestantes e católicas.

Ainda que tal aspecto concernente ao elemento religioso na contemporaneidade não venha a ser tratado aqui, há que se mencionar o fenômeno do crescimento e propagação do fundamentalismo religioso que eclode com uma força impetuosa em pleno século XXI, provando que as velhas crenças e tradições, que pareciam estar esquecidas e superadas face ao desenvolvimento científico e tecnológico, que vigora na atualidade, na verdade não morreram

nem se perderam, mas agora voltam à tona com uma força surpreendente e na forma de uma devoção militante cujas manifestações são por vezes violentas e assustadoras.

Segundo Karen Armstrong (2001, p. 09), essa devoção, apegada aos dogmas de sua religião e aliada a interesses e descontentamento político, não considera valores tidos como comuns à sociedade moderna, como democracia, pluralismo, tolerância religiosa, paz internacional, liberdade de expressão, separação entre Igreja e Estado, mas seus seguidores rejeitam muitas conquistas da cultura liberal e se empenham em inserir o sagrado no campo da política e da causa nacional. Tal revivescência religiosa tem surpreendido muitos observadores, sendo que, até meados do século XX, o secularismo institucional inaugurado pelo Iluminismo parecia ser uma tendência irreversível e nunca mais a fé voltaria a desempenhar um papel importante nos acontecimentos mundiais, mas se restringiria apenas ao âmbito pessoal e privado. Todavia, no final da década de 1970, os fundamentalistas começaram a se rebelar contra a hegemonia do secularismo, lutando para tirar a religião da posição secundária à qual fora relegada e reconduzi-la ao centro dos acontecimentos. Não obstante suas muitas perdas e derrotas, seu objetivo principal foi alcançado com êxito. A religião voltou a ser uma força extraordinária que não pode ser ignorada deliberadamente por nenhum governo hoje em dia. Armstrong ainda enfatiza a questão da relevância não apenas cultural e identitária, mas também política que a religião voltou a conquistar.

Dentro do espaço neutro e laico das artes, dentre elas, a literatura, a religião sempre se constituiu de um tema recorrente e geralmente polêmico, dada a natureza subjetiva e ao mesmo tempo autoritária de seu discurso. Graças ao fenômeno da reprodutibilidade técnica, referido por Walter Benjamin (1980), a obra de arte como um todo assumiu um papel junto à sociedade que transcende o deleite estético e artístico, ao mesmo tempo em que se emancipou da mera utilização ritualística e cultural. Em outras palavras, o processo de dessacralização descrito por Benjamin também pode ser interpretado como o que acontece quando a literatura

lança mão do discurso religioso, tido como sagrado, e, inserindo elementos oriundos desse universo na ficção, promove um diálogo entre eles e a sociedade, permitindo que se tenha um outro olhar sobre o fenômeno religioso, antes restrito ao campo do transcendente, cuja utilização e significação costuma ser de caráter unívoco dentro das instituições. A análise das reflexões teológicas que os autores laicos acabam promovendo ao introduzir em suas obras literárias elementos oriundos do universo religioso e relacionados aos mistérios da fé vem ganhando espaço na universidade em virtude de sua relevância frente às demandas emergentes na pós-modernidade.

2.2 O CRISTIANISMO NA LITERATURA

Para a presente pesquisa, *Religião*, “a mais clara e a mais obscura das palavras”, segundo Jacques Derrida (2000, p. 13), não obstante sua profunda complexidade de significado e utilização a que se presta, designa, de um modo geral, uma manifestação cultural, portanto, fruto da mente humana gerado pelas relações do homem com o transcendente no âmbito do sagrado⁷. Como o *corpus* principal do trabalho é composto pelos romances *O Fruto do Vosso Ventre* e *Os Pareceres do Tempo*, ambos do escritor baiano Herberto Sales, e cujas referências ao elemento religioso são oriundas do Cristianismo, através da Bíblia, seu texto sagrado, e da Religião Católica Apostólica Romana e o papel desempenhado pela mesma na história do Brasil-colônia, mediante a atuação de seus sacerdotes, o recorte dentro de tudo o que tange as diversas religiões será no âmbito do Cristianismo, a mais conhecida das religiões monoteístas e de maior influência na cultura ocidental.

⁷ Segundo Jostein Gaarder, em *O Livro das Religiões, o sagrado* “descreve a natureza da religião e o que ela tem de especial [...]; aquilo que é totalmente diferente de tudo o mais e que, portanto, não pode ser descrito em termos comuns.” (2002, p. 18) Para Mircea Eliade, em *O sagrado e o profano: a essência das religiões* (2001),

No ocidente, o cristianismo é tão importante como elemento inserido e mesmo constitutivo da cultura, da história e dos valores sociais que, de acordo com o escritor Miguel Unamuno, “se ele desaparecer, a civilização ocidental tende a desaparecer juntamente com ele.” (1991, p. 91). O professor de filosofia e literatura norueguês Jostein Gaarder afirma que “o cristianismo é a filosofia de vida que mais fortemente caracteriza a sociedade ocidental. [...] Assim, conhecer o cristianismo é pré-requisito para compreender a sociedade e a cultura em que vivemos.” (2001, p. 137).

O texto sagrado dos cristãos é a Bíblia, mais especificamente, o Novo Testamento. Nos quatro primeiros livros, conhecidos como evangelhos, é narrada a vida e a obra messiânica de Jesus, ícone central do cristianismo, bem como a instauração da igreja cristã por seus seguidores, os apóstolos. O primeiro grande bloco da Bíblia é o Antigo Testamento, no qual se encontra o relato da formação do povo de Israel, chamado de *o povo de Deus*, e constitui-se da Bíblia do Judaísmo, a qual omite o Novo Testamento pelo fato de o Judaísmo não reconhecer Jesus de Nazaré como o *messias prometido*, o qual é aguardado até hoje pelos judeus. Dentro da religião cristã, o primeiro dos testamentos representa o conjunto das promessas de Deus a seu povo, as quais são cumpridas em sua plenitude com a vinda do “messias” (salvador), Jesus Cristo, o “Filho de Deus”. Segundo as profecias do último livro do Novo Testamento, o Apocalipse, o Salvador, crucificado e ressuscitado virá ao mundo novamente, buscar os que crêem nele. A esperança dessa segunda vinda é um dos principais fundamentos da fé cristã, a qual deverá coincidir com o fim do mundo.

A palavra “bíblia”, oriunda do grego, é plural de *bíblion*, livro, conforme *O Novo Dicionário da Bíblia*, de J. D. Douglas. Significa, portanto, livros, já que é uma coleção de livros, divididos em duas partes principais: o Antigo e o Novo Testamento. Ela está entre os maiores *best-sellers* de todos os tempos, constituindo-se em uma obra clássica da literatura

sagrado é simplesmente o oposto do profano. Enquanto *sagrado* indica algo que é separado e consagrado, *profano* denota aquilo que está em frente ou do lado de fora do templo.

mundial. Convém lembrar que o primeiro livro a ser impresso pelo alemão Guttenber foi a Bíblia. Atualmente e em toda a história humana, é o livro mais traduzido e lido do mundo e, por isso, pode-se afirmar que nenhum outro teve maior abrangência literária.

Em sua obra *Deus – uma Biografia*, o ex-jesuíta americano Jack Miles afirma que “a bíblia é inquestionavelmente uma extraordinária obra de literatura, e o Senhor Deus um personagem dos mais extraordinários” (1997, p. 27). A idéia de Deus é básica e essencial dentro da cultura ocidental, tanto que a mesma, independentemente de quaisquer implicações confessionais religiosas, sempre foi um tema que despertou o interesse de filósofos como Sören Kierkegaard, Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger, Gottfried Leibniz, bem como de escritores, entre os quais se destacam Dante Alighieri, Fiodor Doistoévski, John Milton, Machado de Assis, Eça de Queirós e, mais contemporaneamente, José Saramago, entre outros. A partir da apropriação do texto bíblico e de elementos pertinentes ao Cristianismo feita por esses intelectuais, na qual foi enfatizado o caráter literário e filosófico, e não propriamente o enfoque religioso, constata-se que há um Deus analisado pela Filosofia e um concebido pela Literatura, além do Deus da Teologia.

Segundo Antonio Manzatto “a Bíblia, base da Revelação cristã, é também uma obra literária que se serve de gêneros literários para comunicar-se com os homens.” (1994, p. 77). Tal assertiva traz em seu bojo o fato de que tanto a literatura quanto a teologia têm o homem e Deus como seus objetos centrais, sendo que os dois estão inseridos na História de maneira indelével. Na análise sobre a relação interdisciplinar entre Teologia e Estudos Literários e o possível diálogo entre eles, em *Os Escritores e as Escrituras* (1999), o teólogo católico Karl Kuschel afirma que:

[...] até o século XX a literatura é vista freqüentemente como intromissão injuriosa na esfera religiosa, talvez até mesmo como blasfêmia contra a qual a religião institucionalizada precisa defender-se; não muito raramente, teólogos cristãos referiram-se a textos literários como insolências piedosas, como panorama do mal. (KUSCHEL, 1999, p. 23).⁸

⁸. Grifos meus.

De acordo com essa citação é possível afirmar que as incursões da literatura no sagrado território dos textos religiosos é algo que começou a ser aceito recentemente, ainda que o mesmo já venha ocorrendo há muito tempo, porém, de maneira mais velada e sutil. A maior abertura para essas trocas culturais existentes na contemporaneidade não significa que as mesmas ocorram pacificamente, sem gerar quaisquer reações de repúdio e escândalo, segundo atestam os exemplos explicitados anteriormente. A intensificação desse diálogo com a religião, encetado pela literatura, conforme se observa em especial nos últimos tempos, vem confirmar a afirmação do teólogo anglicano Don Cuppitt (1999), ao situar a questão da representação no contexto da pós-modernidade. Segundo ele, a crise da representação pós-moderna começou com Deus, ou seja, as discussões acerca de Deus e, junto com ele, sobre a religião, podem até, aparentemente, terem estado adormecidas durante um bom tempo, como se tivessem “caído de moda”. Mas jamais silenciaram de todo e agora voltam a adquirir visibilidade e espaço de relevância cada vez maior na sociedade contemporânea.

Contudo, cabe salientar que a distinção entre teologia filosófica (a “verdade” construída pelo pensamento dos filósofos), teologia civil (a qual compreendia a religião oficial estabelecida pelo Estado, cujos rituais são realizados nos templos) e teologia poética (presente nas obras de poetas e dramaturgos que levavam ao teatro uma releitura sobre os velhos mitos sagrados) é anterior ao próprio cristianismo, conforme Salma Ferraz (2003). Portanto, a crítica estético-literária do discurso literário sobre Deus, a partir da reflexão teológica presente nos autores que exploram a temática religiosa, não é algo novo em termos de originalidade e, sim, em relação à importância que tem adquirido atualmente, conquistando espaço inclusive no meio acadêmico, o que atesta a publicação de um número sempre crescente de ensaios, pesquisas e estudos sobre o assunto. Em vista disso, é pertinente a pergunta lançada por Salma Ferraz: “Qual será a importância de Deus no final (e início) do milênio?” (p. 13)

Intelectuais, filósofos e escritores declaradamente ateus, como é o caso dos portugueses Eça de Queirós e José Saramago, não negam e ainda reconhecem o papel de Deus e do cristianismo na formação da cultura e dentro da História ocidental. Salma Ferraz apresenta em sua crítica sobre as obras de cunho religioso do português José Saramago a seguinte declaração do autor:

Embora seja uma pessoa que não crê, não tem fé, ou para usar a palavra certa, seja ateu, não posso ignorar que vivo num mundo que não é edificado na ausência da idéia Deus, mas, ao contrário, foi todo ele feito na suposição de uma entidade sobrenatural, transcendente, pai da criação. (SARAMAGO apud FERRAZ, 2003, p. 7).

À semelhança dos portugueses José Saramago e Eça de Queirós, também o escritor baiano Herberto Sales, detentor de significativa obra literária, se apropriou do texto bíblico e de elementos pertinentes à Religião Cristã, especialmente no contexto do catolicismo apostólico romano, relendo-os através de sua ficção. Essa prática pode ser percebida de maneira mais ou menos direta e explícita em alguns contos e romances do autor, dentre os quais os dois que foram destacados como objeto da presente pesquisa, cujos resultados aqui se inscrevem.

Em *O Fruto do Vosso Ventre*, o escritor estabelece uma alegoria do evangelho bíblico, inserindo em sua narrativa personagens e acontecimentos relatados no texto sagrado como estratégia para oferecer uma mensagem de otimismo e esperança a partir de uma espécie de reserva de valores humanos como o amor, a simplicidade, o respeito ao homem, a solidariedade, entre outros, os quais ele parece buscar nesses textos. Cabe aqui mencionar que essa obra surgiu num momento severamente obscuro dentro do panorama nacional, quando o país, governado pela ditadura militar, enfrentava um período de muita violência e opressão.

Nesse mesmo período, Herberto Sales atuava na direção do Instituto Nacional do Livro, o que pode representar uma ambigüidade contraditória entre o exercício de um cargo estatal e o teor pesado da crítica aos desmandos despóticos da tecnocracia que ele descreve ironicamente na maior parte da obra. A parte final, onde se concentra a presença do texto

sagrado, configura-se numa atenuação para o caos e pessimismo predominantes na parte anterior, ao mesmo tempo em que oferece uma proposta de mudança social, simbolizada pela instituição do governo das crianças por parte de um ente divino, sobrenatural, facilmente identificável com a figura de Jesus Cristo.

No segundo romance, *Os Pareceres do Tempo*, o romancista volta-se contra a Igreja Católica Romana enquanto instituição, entabulando uma severa crítica à atuação sócio-política da mesma na época do Brasil-colônia, período durante o qual a Igreja legitimou e colaborou com as desumanas práticas da escravidão negra e da espoliação e dizimação do indígena, isso sem contar com o intenso trabalho de catequese através do qual os padres jesuítas promoveram a alienação e domesticação do índio a fim de favorecer aos interesses colonialistas do branco português. O teor dessa crítica se dá pelo viés do escárnio, latente e por vezes cômico nos exageros paródicos com que Herberto Sales descreve a piedade religiosa dos padres que, em nome da fé e do evangelho bíblico, promoviam a alienação dos índios, buscando ensinar-lhes a se submeter e obedecer aos portugueses, vistos como superiores, bem como lucravam com a escravidão dos negros, a qual apoiavam e legitimavam.

Diferente de José Saramago, Herberto Sales não se declara ateu; porém, também não professa ligação concreta a nenhuma denominação cristã específica, embora tenha sido educado no Colégio Antônio Vieira, de confissão Católica. Portanto, não fere o princípio estabelecido pelo poeta expressionista Gottfried Benn, citado por Karl Josef Kuschel em *Os Escritores e as Escrituras*. Segundo ele, quando o escritor é religioso, não faz boa literatura, porque a crença em Deus é um péssimo princípio estilístico e o artista que se torna religioso trai a arte, pois ela se torna edificante e literariamente banal; ou seja, a obra deixa de cumprir seu papel, que deveria ser o de criticar e questionar os elementos dos quais se apropria, e em lugar disso simplesmente os reafirma, sem dialogar com eles.

Em entrevista concedida à TV Educadora, publicada em *A Tarde Cultural*, em 1996, Herberto Sales fala de sua espiritualidade, declarando estar “à procura de sua própria religião, procurando fazer o bem”. Ele afirma ter uma vida interior muito sofrida e sensível. Segundo ele, utiliza sua literatura como uma válvula de escape, através da qual coloca as coisas que pensa para fora. No *Subsidiário: Confissões, Memórias e Histórias*, as referências a Deus são abundantes e de tom reverente. Numa dessas referências, ele relaciona o que entende como sentido da vida a um certo compromisso com Deus, apresentado como criador: "Para o homem, criatura de Deus, feita a Sua imagem e semelhança, o valor da vida está em preservar a dignidade, numa luta constante contra as misérias de sua condição humana." (1988, p. 9)

Não obstante o fato de esse e diversos outros depoimentos do autor expressarem a existência de uma fé no Deus cristão em sua vida pessoal, assim como a presença de diversos elementos oriundos da religião cristã em vários romances e contos de sua autoria atestarem seu interesse pelo assunto, cabe aqui salientar que a análise dessas características, atividade à qual se propõe a presente pesquisa, não se baseia em absoluto em quaisquer crenças pessoais que Herberto Sales possa ter, ainda que não as ignore. O que tange a presente pesquisa não é sua confissão de fé, mas a relevância e o significado dessa temática em sua literatura, em especial, nas obras já referidas, as quais serão analisadas separadamente logo adiante, bem como as implicações que isso possa ter em sua atuação enquanto intelectual que exerceu múltiplas atividades, circulando por diferentes esferas, tanto no meio político quanto artístico e cultural.

2.3 - A APROPRIAÇÃO DO DISCURSO BÍBLICO POR HERBERTO SALES EM *O FRUTO DO VOSSO VENTRE*

“Se a vida pode construir-se de mentiras com aparência de verdades, um romance pode construir-se de verdades com aparência de mentiras.”

Herberto Sales

O Fruto do Vosso Ventre foi o quarto romance publicado pelo escritor baiano Herberto Sales. Tendo iniciado sua carreira de romancista com a publicação da obra *Cascalho*, seguida por *Além dos Marimbus*, ambas de cunho regionalista e essencialmente telúrico, o autor inovou o estilo de sua narrativa no terceiro livro, *Dados Biográficos do Finado Marcelino*, no qual também enveredou por uma temática de ambiente urbano e inflexão intimista, um tanto quanto obscura e já mais atenta à alma humana e suas demandas subjetivas, conforme assinala o crítico literário Assis Brasil, em seu ensaio *Herberto Sales: Regionalismo e utopia* (2002). Mais uma vez, o escritor baiano recorre à memória, só que agora o olhar é voltado para o interior, numa mescla de fatos e lembranças entretecidos dentro de uma linguagem sóbria, fruto da experiência adquirida através do trabalho de escrita e reescrita a que submeteu seus dois romances anteriores.

Com o lançamento de *O Fruto do Vosso Ventre*, Herberto Sales introduz a utopia em sua ficção, mediante a criação de uma pseudo “nova realidade”, a qual representa, na verdade, um catastrófico e exagerado simulacro da sociedade contemporânea. Também reflete de maneira contundente o empobrecimento afetivo e moral da humanidade, observado na pós-modernidade, período esse caracterizado por grandes desilusões e pela constatação da patética impotência do homem contra a máquina desenfreada da civilização e do progresso, movida pela tecnologia. Assis Brasil declara, em seu ensaio já mencionado, que através dessa obra Herberto Sales entra para o pequeno grupo dos grandes *fabulistas* contemporâneos, os quais abordam em suas obras o dilema do homem atual, que não obteve do progresso tecnológico a felicidade e a satisfação desejadas.

Além de tratar de um tema novo para ele, mediante o qual a crítica social é colocada de maneira mais direta e incisiva, porém, sendo amenizada através do humor, o escritor rompe com o ambiente físico da Bahia, tanto sertanejo quanto citadino, presente em seus romances anteriores, assim como com o tempo passado recorrente. Sua ficção agora é ambientada geográfica e socialmente em um lugar neutro, o que permite sua fácil identificação com qualquer sociedade atual, sem amarras telúricas, cuja ação pode ser situada em um “futuro” pintado com as cores do presente ou, ainda, um substrato deste, no sentido de antecipação das possíveis (e funestas!) conseqüências do que a humanidade, de um modo geral, vive e pratica hoje.

No depoimento a Eneida Leal, pouco tempo depois do lançamento do livro⁹, Herberto Sales comenta a motivação que o levou a escrever o romance, calcado na problemática social observada por ele. No trecho abaixo, ele refere sua preocupação com o processo de desumanização notado na sociedade como um todo, o qual atribui ao avanço tecnológico e ao vazio burocrático, e que parece capaz de enganar até mesmo seus próprios adeptos, iludindo-os com suas fórmulas mirabolantes, contudo dissociadas da realidade:

Eu andava realmente impressionado com essa coisa absurda, que eu estou vendo aí, e todo mundo está vendo, o processo de desumanização do homem em toda a parte, estão inventando um mundo robotizado, tudo se quer resolver por meio de botões e por meio de certos valores inteiramente abstratos, que o sujeito vai inculcando e vendendo, para usar um termo apropriado, como grandes soluções e que no fundo são verdadeiras farsas, montadas num tipo de terminologia que não conduz a nada. O sujeito substitui uma palavra por outra porque isso pode dar uma idéia de novidade, que as coisas estão acontecendo de uma maneira diferente, com soluções encontradas por eles de uma forma prodigiosa. Eu fico impressionado com isso que se convencionou chamar **tecnocracia**. Os tecnocratas são indivíduos inteiramente divorciados de uma realidade humana. E eu, vivendo de uma forma ou de outra, em contato com esse tipo de gente, sujeitos que só vivem em reuniões, só vivem falando, discutindo e debatendo, é uma loucura geral. Tudo é feito por equipe, tudo é feito por um processo de diversificação de responsabilidades. Então eu comecei a achar que tinha de dar um grito, fazer um protesto qualquer contra isso. E comecei a escrever esse livro. E fico satisfeito que ele tenha resultado naquilo que realmente é. Uma sátira, mas terrível e cruel, contra essa coisa que anda por aí. Esse mundo em que nós vivemos, onde os valores humanos foram sendo relegados a um plano secundário e o homem foi sofrendo um processo de desumanização tão grande que daqui pra frente é impossível se prever o que é que pode acontecer. (SALES, depoimento. In: LEAL, 1978, p. 51 –52).¹⁰

⁹ Tratava-se de seu último trabalho.

¹⁰ Grifo meu.

O problema central para o qual esse intelectual deseja chamar a atenção é uma espécie de “avesso”, um certo “efeito colateral” do progresso tecnológico que tanto encanta a humanidade atualmente. A superação de limites, impensável a poucas décadas atrás, como os do tempo e da distância, bem como o aparente controle de forças e fenômenos da natureza por intermédio do desenvolvimento de técnicas científicas e aparelhos de tecnologia sempre mais avançada, dão ao homem a ilusão de que pode controlar o mundo, o que o impede de perceber que o preço disso é sua própria descaracterização humana. Isso porque a maior parte da população não desfruta dos benefícios e do conforto dessa tecnologia, atrelada aos bens de capital, o que faz crescer a desigualdade social e com ela, a violência, como hoje se vê. O autor de *O Fruto do Vosso Ventre* também critica o modelo essencialmente excludente da tecnocracia, a qual, baseada na burocracia, manipula o indivíduo em sociedade, iludindo-o pela impressão de uma organização perfeita e igualitária, e assim o explora a fim de atender aos interesses de uma minoria que concentra o poder de decisão em suas mãos, mas encontra-se alienada e dissociada da realidade.

Em várias entrevistas, Herberto Sales declara sua preocupação com as tantas demandas sociais que angustiam o homem contemporâneo e às quais ele não é alheio. Na entrevista concedida à TV Educadora, em 1996, época em que lançava seu último romance, *A Prostituta*, ele reafirmou sua posição diante da problemática social observada em seu tempo, tendo como foco sempre o ser humano. Ele diz: “Eu tenho feito uma dura crítica social. Em todos os meus livros eu tenho feito crítica social. Ao homem e às besteiras que ele faz.” Segundo o crítico Assis Brasil, o artista, no caso, o escritor, é “um visionário” (p. 38), que faz da literatura sua arma de defesa dos princípios e valores nos quais acredita, e de ataque e denúncia contra aqueles ou aquilo que oprime e violenta, em última instância, o homem em sua dignidade humana.

Quanto a sua estrutura, *O Fruto do Vosso Ventre* divide-se em três partes distintas, com

características textuais tão marcantes que, não fosse a concatenação temática, poder-se-ia dizer tratar-se de três livros. A primeira delas, e mais curta, tem como título “Os Coelhos da Ilha” e introduz o romance. Trata-se de uma fábula que mais tarde revelar-se-á metáfora da problemática enfrentada pelos humanos, na segunda parte. A narrativa fluída e leve segue os moldes das tradicionais histórias infantis, e já carrega como marca de estilo a mesma sátira mordaz que permeará profundamente a segunda parte, e que só será interrompida pelo lirismo delicado da terceira e última parte. Já nesse início, o autor introduz sutilmente o “motivo de Herodes”, o qual é retomado explicitamente na terceira parte, ao relatar o total aniquilamento dos coelhos, solução encontrada pelo governo da ilha para acabar com o que já se havia tornado uma praga. Mas... E quando o problema se repete, só que, dessa vez, com humanos e não com coelhos? Será que a mesma solução seria igualmente viável e eficiente?

A segunda parte, chamada de “A Ilha dos Homens”, tem como característica mais marcante a elaboração da linguagem. Herberto Sales explora exaustivamente o “tecnologuês” dos burocratas, obcecados por siglas, que, a seu entender, simplificam um idioma que deve ser essencialmente denotativo, objetivo e pragmático. Na prática, o resultado é um redemoinho confuso e patético de neologismos, ficando a linguagem humana reduzida a siglas, da mesma forma como o ser humano é reduzido a número, passando a ser um mero (e descartável) apêndice de um sistema embasado na técnica e regido por ela. O trecho abaixo, extraído do romance, demonstra perfeitamente a lógica do pensamento tecnocrata :

Criar um departamento era a melhor forma que tinha o governo de mostrar que estava fazendo alguma coisa na área em que a coisa devia ser feita. O que queria dizer que nenhuma coisa podia ser feita sem antes haver um departamento encarregado de fazê-la.

Pelo menos assim pensavam os técnicos.

E, assim pensando, recomendaram a criação do Departamento de Controle da Natalidade e Planificação Matrimonial e Ligações Correlatas. O problema não era controlar a natalidade? Pois bem. O Departamento de Controle da Natalidade e Planificação Matrimonial e Ligações Correlatas se encarregaria de controlá-la.

Mas, o nome de um departamento impunha a criação de uma sigla correspondente. A sigla era uma providência muito importante, tão importante quanto a criação do próprio departamento.

Segundo explicaram os técnicos, a sigla representava, como “mensagem compacta”, um conteúdo fixo de impacto comunicativo, relacionado com a natureza indecomponível do enunciado siglático. [...]

A sigla escolhida foi *Deconplamlic*. Um simples problema de comunicação. Sem dúvida, era muito mais fácil dizer *Deconplamlic* que Departamento de Controle da Natalidade e Planificação Matrimonial e Ligações Correlatas. Era não apenas mais fácil de dizer, mas de memorizar. (SALES, 1984, p. 7 -8).

A criação de um departamento , identificado obrigatoriamente por uma sigla pomposa, serve para gerar a ilusão de que algo está sendo feito pelo governo, ainda que na prática isso não ocorra. Esse exemplo expressa bem as técnicas persuasivas e ilusórias da burocracia, as quais, em seu grau último de eficácia, conseguiam enganar os próprios técnicos, da mesma forma como as personagens dos padres de *Os Pareceres do Tempo* (romance que será analisado no próximo item desse trabalho) pareciam acreditar que estavam realmente fazendo a vontade de Deus ao submeter sua catequese aos interesses dos portugueses colonizadores.

Outras siglas pontuam o estilo seco e vazio da linguagem burocrática utilizada pelos tecnocratas que governam a “Ilha” sem nome nem indicação geográfica imaginada por Herberto Sales: *ASSESSUPLAN* (Assessoria Superior de Planejamento); *COTECOPRE* (Comissão Técnica de Controle de Preços); *GRULENO* (Grupo de Legislação e Normas); *PLAGIMER* (Plano Global de Informação Massificada com Extensão Reiterativa); *PLANESAN* (Plano de Estratégia Anticonceptiva) e *SUDIJ* (Serviço Unificado de Distribuição de Jornais) são só alguns exemplos da bizarra linguagem criada pelo regime tecnocrata idealizado no romance, o que exigiu que o autor incluísse, ao final da obra, um “glossário de siglas” – ou seria melhor dizer um “GLOSIG”?!

O propósito desse estilo permeado de exageros, redundâncias e supérfluos, cuja estrutura reiterativa e prolixa resulta em um texto enfadonho e cansativo para o leitor é justamente comunicar o absurdo patético e inútil desse sistema. Porém, a crítica do autor não se detém apenas na linguagem estapafúrdia dos tecnocratas. Mais do que no nível da representação, a “lengalenga” abstrusa dos tecnocratas reflete um medo ou mesmo incapacidade de pensar criticamente, o que descarta qualquer possibilidade de questionamento das ações praticadas e, conseqüentemente, de quaisquer mudanças. O paradoxo desse círculo

vicioso revelado pela linguagem, a qual, por sua vez, também acaba funcionando como uma armadilha hermética e invisível, pode parecer cômico num primeiro momento, mas quando se percebe a terrível força trágica que esse discurso carrega e denota, o que resta é apenas uma amarga reflexão.

A mediocridade dos governantes presos a regras técnicas e ao modelo burocrata já foi tema explorado pelo escritor no conto “Conselho”, de *Histórias Ordinárias* (1966), no qual um grupo de funcionários de uma empresa costumava se reunir semanalmente para discutir “assuntos relevantes à empresa”, os quais, depois, seriam levados ao proprietário da mesma. Na realidade, deliberavam exaustivamente era sobre coisa nenhuma e, ao final da reunião, nada de concreto tinham para comunicar ao chefe. Mesmo assim, saíam gratificados pela sensação de terem cumprido cabalmente com seu dever.

Em *O Fruto do Vosso Ventre*, a atividade dos tecnocratas que comandam a Ilha se constitui de uma cadeia infindável de reuniões, nas quais discutem por horas a fio sobre banalidades de cunho burocrático, e ainda assim sentem-se gratificados e orgulhosos pelo dever cumprido, como se tivessem prestado um inestimável serviço ao seu povo. Este, no entanto, permanece alheio e excluído de tantas deliberações, das quais apenas sentirá os efeitos e conseqüências posteriores.

Em análise crítica desse romance herbertiano, o crítico literário Franklin de Oliveira (1978) cita Max Weber, o grande teórico da burocracia, o qual já alertou, no início do século XX, sobre o perigo da onipotência repressiva da tecnocracia, o qual terminou por se concretizar. A tirania burocrática instala-se tanto em regimes políticos quanto em sistemas econômicos, e sua influência perniciososa e manipuladora se dá tanto em sociedades capitalistas quanto socialistas. A solução sugerida por Herberto Sales no final do romance para conter e até mesmo reverter essa derrocada da humanidade está no resgate dos valores culturais e afetivos, desprezados pela técnica, a qual utiliza-se do homem como um meio, não o

considera como fim. Ele denuncia, através dessa narrativa com ares de ficção científica, os excessos dos tecnocratas contemporâneos, os quais, à semelhança dos iluministas que creditavam à Ciência a capacidade para explicar e resolver todos os problemas, se fiam na técnica, organizada e administrada pelo sistema burocrático mediante normas rígidas, pré-estabelecidas, as quais descaracterizam o homem como ser natural, que se reproduz, sonha, ama, para transformá-lo em uma espécie de “robô de si mesmo”, segundo Assis Brasil (2002).

Além da elaboração de uma linguagem redundante, prolixa, carregada de neologismos e de siglas, que mais confundem que elucidam, observa-se nessa segunda parte de *O Fruto do Vosso Ventre* a presença de um narrador intrometido e sarcástico, que relata os desmandos dos burocratas com exagero irônico e desdém, mantendo um tom de cumplicidade com o leitor, com o qual conspira, demonstrando ter domínio da situação, enquanto narrador onisciente de todo o enredo:

Até agora, leitor, você e eu estamos levando uma pequena vantagem – pequena, mas importante vantagem – em relação ao povo da Ilha. Ninguém, na Ilha (exceto os técnicos que nele haviam trabalhado, em regime de absoluto sigilo e, naturalmente, o Dirigente, que tudo sabia), ninguém, na Ilha, sequer suspeitava que o governo estava preparando um plano de salvação da Ilha. [...] Nós, pelo menos, conhecemos a íntegra do decreto extraído do plano. (SALES, 1984, p. 125)

Essa presença, segundo o brasilianista e crítico literário Malcolm Silverman (2000), carnavaliza o texto, ao mesmo tempo em que quebra a monotonia insípida do discurso repetitivo dos técnicos e estabelece uma certa empatia entre a narrativa e o leitor, o que de certa forma suaviza o teor pesado da crítica elaborada, dando um toque de humanidade e esperança.

Ainda em sua análise crítica, Assis Brasil destaca um momento de extrema contundência nessa segunda parte, que ocorreu durante uma das inúmeras reuniões na qual os tecnocratas discutiam com a frieza e mediocridade habituais sobre as cores que seriam usadas nas fichas para classificar as mulheres que não poderiam mais engravidar, segundo as rigorosas determinações do programa de controle de natalidade criado pelo

DECONPLAMLIC (Departamento de Controle da Natalidade e Planificação Matrimonial e Ligações Correlatas). A tragicômica crítica é estabelecida no impasse surgido em torno da cor verde, a qual, inadvertidamente, poderia suscitar a algum espírito saudosista, ainda contaminado pelo passado, a idéia de *ESPERANÇA*. E é justamente “a mais velha das autoridades” que manifesta o perigo, ao mencionar a palavra *ESPERANÇA* face à cor verde, menção essa que configurou em uma gafe política, causando grande constrangimento entre todos os presentes, principalmente a quem a cometeu:

- Quando escolhi, por exemplo, a cor verde para a ficha das amigadas, não quis significar com isto um daqueles velhos sentimentos convencionais que a tecnocracia liquidou e de que as novas gerações em boa hora se livraram.
- O senhor se refere, por acaso, à esperança? – perguntou a mais velha das autoridades, um homem de cabelos grisalhos.
- Exatamente. A esperança era um sentimento místico e, como tal, tornou-se incompatível com a realidade tecnocrática. Na tecnocracia não há lugar para abstrações desse tipo, que em outros tempos a religião inculcava nos pobres de espírito, com a enganosa promessa de que podiam, à custa de resignadamente esperarem por uma coisa, obter a coisa por que esperavam. De resto, a esperança faz supor a existência de uma situação de bem-estar pessoal, configurada no êxito de uma oportunidade pela qual se espera. Na tecnocracia, porém, como todos sabemos, não há nada por que esperar, porquanto tudo que seria lícito e honesto uma pessoa esperar, como melhoria de vida, como benefício de ordem pessoal, integrado no bem-estar geral, representa uma realidade concreta e absoluta. [...]
- Sim, sim... entendo – tornou a mais velha das autoridades. – Mas, de toda maneira, a cor verde me suscitou a possibilidade de um relacionamento com a esperança. [...]
- Afinal, faz apenas dois anos que a palavra esperança foi suprimida dos dicionários. Alguns anos terão ainda de passar até que ela seja de todo esquecida, como convém.
- Sim, a palavra esperança... Foi na esperança, não como sentimento, mas como palavra, que pensei ao ver a ficha verde. (SALES, 1984, p. 84 - 85)

O incidente infeliz, além de embaraçar a velha autoridade, que se apressa em justificar sua opinião inoportuna, provoca uma ansiedade entre os tecnocratas em fazer algo praticamente impossível: despojar o vocábulo *ESPERANÇA* de sua carga subjetiva, polissêmica, suscitada pela referência da cor verde, sendo que a própria idéia que a conforma tem origem no pensamento sensível que a articula. Além do mais, como lembra Assis Brasil, não é possível deixar de mencionar que a *ESPERANÇA* é uma das três virtudes teológicas, agora renegada pelo regime tecnocrata juntamente com a Religião, apontada pelo técnico como culpada de alimentar abstrações e desejos descabidos dentro de um regime que já proporciona no presente tudo o que um indivíduo possa honestamente necessitar. O lapso

involuntário da velha autoridade revela que, mesmo numa sociedade tecnocrata tão bem esquematizada, sempre haverá aqueles “inconvenientes saudosistas”, que farão vir à tona a inerente dificuldade em se adaptar inteiramente à frieza e ao vazio dos números e das siglas burocráticas.

Todavia, não foram apenas substantivos abstratos considerados impróprios, como *esperança*, que foram abolidos pela tecnocracia. Os escritores e os livros, principalmente os de ficção, também sofreram perseguição por parte do governo, para o qual passaram a constituir matéria obsoleta dentro de uma moderna sociedade do futuro, que não precisava mais deles para nada e, além do mais, poderia até ser prejudicada por suas idéias consideradas inúteis e subversivas:

Em outros tempos, a produção de textos, no que diz respeito ao estabelecimento da comunicação mediante o consumo específico e direto da leitura, era atividade exercida pelos escritores – indivíduos que dela se locupletavam para incutir na massa sentimentos dissociativos, sob o disfarce de narrativas fantasiosas, de cunho personalista. Na tecnocracia, essa atividade foi substituída pela comunicação audioescrita, que **elevou** a *palavra*, como meio de expressão intercomunicativo, a um plano usuário estrito, em função do interesse informático. O que quer dizer que a *palavra*, na tecnocracia, foi **libertada** de todo e qualquer relacionamento com as fontes de ansiedade e angústia exploradas pelos antigos escritores, mediante o emprego **deformado e abusivo** que dela faziam. (SALES, 1984, p. 87).¹¹

A partir desse trecho, Assis Brasil compara a sociedade metafórica da ficção de Herberto Sales com a era stalinista, o que remeteria a crítica do romance ao passado, reiterando as mazelas de um totalitarismo que inibia a criação artístico-literária dos escritores, considerados uma ameaça ao regime e, na sociedade tecnocrata de *O Fruto do Vosso Ventre*, como subversivos, pervertedores ou, no mínimo, inúteis. Entretanto, como o autor coloca essa e demais situações correlatas da narrativa em termos de globalização, pode-se concluir que se vive no presente um passado que se repetirá no futuro, ou seja, infelizmente, em muitos casos, práticas já condenadas pela história, pela crítica e pelo bom senso podem voltar a acontecer, ainda que sob nova roupagem persuasiva.

¹¹. Grifos meus.

Os próprios tecnocratas não subestimam o poder da linguagem, pelo contrário, dedicam-se diligentemente a domesticá-la, moldando-a de acordo com seus interesses, de modo que, longe de constituir-se fator de ameaça e subversão ao regime, sirva como instrumento de manutenção e fortalecimento do mesmo:

- Gostaria de lembrar que tanto o verbete *política*, quanto os seus derivados, já foram devidamente alterados no novo dicionário, em preparação, a ser oficialmente adotado em toda a Ilha. Há três dias, o *Decoexpres* (Departamento de Comunicação e Expressão da Língua Falada e Escrita) procedeu à incineração, no pátio da Universidade, dos últimos dezoito mil e duzentos e cinquenta e dois exemplares dos velhos dicionários pelos quais se regiam, com base em conceituações falsas e obsoletas, os estabelecimentos de ensino e os órgãos de comunicação escrita e falada da Ilha. [...] valho-me da oportunidade para comunicar aos colegas que o *Decoexpres* dará prioridade de publicação ao *Dicionário de termos Técnicos*, já em fase de impressão. [...] Posso adiantar que o *Decoexpres* está empenhado em reduzir ao mínimo indispensável o vocabulário existente, sobretudo na parte relativa aos sinônimos, tendo em vista a necessidade de tornar mais eficaz a comunicação audiovisual – escrita e a expressão lingüística. (SALES, 1984, p. 22-23)

Esse trecho refere não apenas à importância do papel da linguagem, que pode servir tanto como instrumento de reflexão e crítica, como também de alienação e manipulação, mas também da própria educação, e constitui-se de um alerta muito grave quanto ao perigo que o controle tendencioso e pernicioso das mesmas pode representar para o indivíduo em sociedade, o qual, dessa maneira, não só fica impedido de pensar por si mesmo, mas tem sua mente programada, a partir da própria linguagem, para pensar apenas o que agrada e é de interesse das instâncias de poder.

A fábula construída por Herberto Sales constitui-se em uma trágica representação da sociedade atual, na qual o idealismo do progresso revela-se como mera falácia, que busca apenas iludir os cidadãos a fim de mantê-los alienados da realidade para não reclamar dela, exigindo mudanças. Dessa forma, a inexorável máquina do progresso pode continuar funcionando, e cada vez mais se aproveitando do homem para atender aos seus interesses e depois jogá-lo fora.

Outro exemplo do controle ditatorial exercido pelo governo da Ilha sobre seus moradores, o qual retrata, ainda que de maneira cômica, o abuso no tratamento desumano dispensado aos mesmos, pode ser observado no trecho transcrito abaixo:

Retalhos de conversinha:

- Pois é. A senhora não está cansada?

- Não...

- Mas, a senhora já está aqui na fila há mais de duas horas.

- E a senhora também.

- Sim. Mas eu ainda estou menos pesada que a senhora. Tenho apenas quatro meses de gravidez.

- E eu já entrei no quinto. [...]

As conversinhas de fila eram afinal o único meio que tinham de suportar (distraindo-se) o sacrifício de tão prolongada, arrastada espera. Oh, que bom poder conversar, falar com alguém! Ainda bem que não haviam proibido as conversinhas – **desde que ninguém se prevalecesse delas para falar mal das autoridades tecnocraticamente constituídas. Falar mal das autoridades era proibido, porque as autoridades, trabalhando dia e noite pela Ilha, não davam mesmo nenhum motivo para que se falasse mal delas.** (SALES, 1984, p. 63-64).¹²

Não obstante a alusão ao tempo futuro no qual supostamente ocorre a trama, a crítica encetada pela ficção herbertiana volta-se para a sociedade contemporânea, que, no curso híbrido da humanidade no século XX, coloca a tecnologia a serviço da burocracia, estabelecendo um regime de controle absoluto, em prol de um capital que só pode ser usufruído por alguns e em detrimento do elemento humano como um todo. Na primeira parte do romance, o homem sai triunfalmente vitorioso de seu embate com o animal, no caso, os coelhos, através de um expediente relativamente simples, quase óbvio: a extinção dos mesmos, total, sumária e definitiva. Quando na segunda parte a ameaça à sobrevivência é oriunda do próprio homem, não mais do animal, a prática tão eficientemente adotada não pode ser a mesma. Ou pode? Uma sociedade organizada sob absoluto e tirânico controle - o que se comprova pela própria falta de consciência disso, sendo que os meios para que a crítica e o questionamento dos desmandos dos governantes já foram previamente suprimidos (a saber, a educação, a liberdade de expressão, a arte e a cultura), na qual a procriação é sistemática e rigidamente proibida - não estaria igualmente fadada à extinção?

Na terceira parte da obra, ocorre uma verdadeira “quebra” da estrutura textual e lingüística, a qual é modificada radicalmente. Cessa-se a verborrêia delirante dos técnicos, através da qual o autor moldou uma linguagem fiel ao tema pretendido. Aqui o texto assume um caráter lírico e figurativo, cheio de conotações, totalmente oposto à denotação racional da

seção anterior. O romancista Octávio de Faria chegou a declarar que a parábola com a qual Herberto Sales encerra *O Fruto do Vosso Ventre* “é um dos textos de maior beleza de nossa literatura”. (1984, p. xiii).

Após toda a frieza desumana e pragmática que impregnou a extensa segunda parte, a qual é encerrada com um tom místico, quase apocalíptico, o elemento religioso é introduzido mediante a utilização da paráfrase bíblica, tanto no que diz respeito a sua organização textual, dividindo-o em capítulos e versículos, como no tipo de linguagem utilizada, rica em imagens e carregada de conotação. A mudança é radical e seu efeito, calculado, proposital, sendo que se trata de uma mensagem de otimismo, de esperança, uma luz lançada em meio ao caos da negação da vida, uma promessa de renovação possível.

Numa sociedade que não possui nem necessita de crianças, a vida adquire outro sentido, ou talvez, deva-se dizer que na verdade perde seu sentido, pois simplesmente não possui mais futuro; tudo o que lhe resta é esperar o próprio fim.

Quanto à estrutura do texto e o padrão de linguagem adotado, Herberto Sales afirma não conhecer nenhum livro de ficção que tenha utilizado, ou melhor, reproduzido o formato e estilo bíblicos. Contudo, no conto “O Livro do Amor Indígena”, publicado em *O Lobisomem e outros Contos Folclóricos*, ele mesmo já havia ensaiado essa forma de organização, estruturando o texto em parágrafos numerados, seguidos por travessão. A linguagem, de tom arcaico, remete ao relato bíblico da criação do mundo, do primeiro livro do Antigo Testamento, Gênesis, principalmente até os parágrafos 10 e 11. Os de número 5 a 9 são uma verdadeira paráfrase do texto bíblico:

5 – E os abençoou, e lhes disse: Multiplicai-vos, e enchei de gente índia a Terra.

6 – E assim dizendo, insuflou-lhes o amor nos corações.

7 – E disse ainda: Sujeitai a terra que habitais; dominai os peixes dos rios; e as aves do céu; e todos os bichos que sobre a terra se movem.

8 – E disse mais: Toda a árvore em que há fruto ser-vos-á para mantimento; e também toda a planta em que há o grão, que em outra planta se transformará; e toda a raiz que comível for.

9 – E todo o animal da terra, e toda a ave dos céus, e todo o peixe dos rios. Tudo ser-

¹². Grifo meu.

vos-á para mantimento. E assim foi. (SALES, 1975, p. 75 – 76)

O principal elemento que fornece distinção é o índio, especificado nesse “relato de origem”. A semelhança com o texto sagrado é praticamente literal, como se pode comprovar em comparação com o seguinte trecho extraído da bíblia e transcrito abaixo:

28 E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todo animal que rasteja pela terra. 29 E disse Deus ainda: Eis que vos tenho dado todas as ervas que dão sementes e se acham na superfície de toda a terra e todas as árvores em que há fruto que dê semente; isso vos será para mantimento. 30 E a todos os animais da terra, e a todas as aves dos céus, e a todos os répteis da terra, em que há fôlego de vida, toda erva verde lhes será para mantimento. E assim se fez. (Gênesis, **capítulo?**, v. 28-30)

Nesse conto, publicado em 1970, seis anos antes de *O Fruto do Vosso Ventre*, quando contava com três romances e dois outros livros de contos publicados, o escritor já demonstrou seu interesse não só pela temática e linguagem do texto bíblico, mas em reproduzir a sua estrutura. Cabe aqui salientar que também nesse mito de origem indígena a tônica que o permeia, dando sentido a tudo, é o amor. Tanto o Deus criador do Gênesis quanto o Rudá dos índios criaram o ser humano para um único e fundamental propósito, ou encargo, nas palavras de Herberto Sales: o amor. E é através da fantasia evangélica, segundo definição atribuída por Josué Montello, contida no “Livro do Filho”, que o autor buscará regatar esse amor, presente na origem humana, mas olvidado pela idolatria da razão.

Essa terceira parte já é introduzida através de um versículo bíblico, fazendo uma ponte significativa com o final da segunda parte: “Não há nada novo debaixo do sol” (p. 173), cuja referência é um texto do Antigo Testamento, e dá o ensejo da repetição cíclica de mesma situação, que encontrará lugar na seqüência da narrativa herbertiana. É justamente essa parábola que concentra o interesse principal da presente pesquisa, pois é nela que se encontra especificamente a presença do elemento religioso, do qual o autor se apropria para, pelo viés da ficção, reiterá-lo e assim utilizar sua carga mítica e polissêmica, lançando mão dessa conotação imanente ao elemento, o qual, não obstante a releitura recebida pela arte literária, pode facilmente ser reconhecido, para também transmitir uma mensagem de esperança e

beleza, face ao derrotismo pessimista e trágico da seção anterior.

Mais que uma mensagem, Herberto Sales busca elaborar mediante essa alegoria do texto bíblico uma espécie de resposta ao caos para o qual caminha o ser humano. Haroldo Bruno, em seu ensaio crítico intitulado *Do Romance ao Conto*, observa nessa reconstituição evangélica uma cosmovisão mística que vai muito além da interpretação religiosa em si, mas traz em seu bojo “uma lição simbólica de simplicidade, de despojamento da vida reintegrada às fontes originais e à infância.” (1976, p. 148-149).

Esse otimismo poético de Herberto Sales, principalmente depois da crítica tão ferrenha e apocalíptica desenvolvida na segunda parte, realmente surpreende, por ser tão atípico ao modernismo brasileiro enquanto temática e estilisticamente avesso à maior parte do romance, segundo aponta Malcolm Silverman (p. 364-365). Diferentemente de George Orwell, escritor bengalês filho de pais ingleses, cuja crítica incisiva e angustiante presente no célebre romance *A Revolução dos Bichos* (1945) não oferece alternativas de solução, mas apenas denúncia e inquietação, o autor de *O Fruto do Vosso Ventre* apela para os textos bíblicos num desafogo da agonia acumulada na segunda parte, falsamente disfarçada pelo permanente tom sarcástico, buscando nessas antigas narrativas uma reserva de valores humanistas que possam alimentar a encurralada e vilipendiada alma humana, num apelo contundente à razão e à compaixão perdidas.

O elemento religioso que Herberto Sales extrai do texto sagrado é justamente o do mito cristão, Jesus, o qual tem sua trajetória biográfica, bem como o conteúdo de sua pregação, relatados nos quatro evangelhos registrados no Novo Testamento bíblico, sendo que, entre eles, os de Mateus e Lucas, primeiro e terceiro livros, são os mais detalhados.

A relação entre o relato bíblico sagrado e a ficção herbertiana é direta e inequívoca: opondo-se à tirania de Herodes, governante romano que no relato bíblico ordenou a matança de milhares de crianças inocentes, num dos episódios mais dramáticos do texto sagrado

cristão, ícone da barbárie cruel que uma ditadura pode cometer quando de posse do poder, a personagem herbertiana Maria, quando se descobre grávida misteriosamente (sendo que estava diligentemente usando a pílula anticonceptiva, imposta pelo governo da Ilha na “Medida Final”), num arroubo de nobre ousadia, decide desafiar abertamente a lei e fugir a fim de poder levar a gravidez adiante:

E contou Maria a José toda a conversa havida com a autoridade médica. E falou-lhe da hora marcada para o aborto. E disse-lhe: É a decisão da lei, tu o sabes. Mas o coração me diz que tenho de contrariar a lei. Porque assim está escrito no meu destino, o qual terá de cumprir-se. (SALES, 1984, p. 183)

Na temática do romance há um foco contínuo sobre o papel da mulher, ainda que de caráter ambivalente. Na segunda parte, por ser em seu ventre que a vida é gerada, ela é tida como uma vilã em potencial, face à crise que a sociedade da Ilha enfrenta devido à superpopulação, problema que ameaça a sobrevivência de todos. Tanto é assim que todas as medidas idealizadas e adotadas pelas autoridades, no sentido de resolver essa situação de iminente ameaça de fome, tem como alvo as mulheres. Elas é que são convocadas a permanecer durante semanas e meses em imensas filas, a fim de serem fichadas por categorias que agora as dividiam como em estranhas e autoritárias classes sociais. E também eram elas que seriam punidas com pena de morte no caso de, constatado o irresponsável não uso da pílula anticonceptiva, ocorrer uma gravidez:

É claro que não adiantaria nenhuma mulher tentar fugir ao dever do fichamento, porque, com as especificações cadastrais do *Procapo*, os homens de boné pardo tinham todas elas sob rigoroso controle. Enfim, a comunidade feminina da Ilha estava por tal forma conscientizada da responsabilidade de sua participação no esforço do governo em conter a explosão da natalidade, que não houve nenhuma mulher das *Áreas SD* e microrregiões afins que hesitasse em se deixar fichar, do mesmo modo que anteriormente nenhuma delas hesitara em deixar-se tocar pelos médicos. (SALES, 1984, p. 106)

É claro que os homens não estavam isentos de responsabilidade, pois se por um lado é no útero feminino que se aloja e desenvolve o feto, por outro ele não vai parar ali sem que antes ocorra a fecundação do óvulo, a qual depende do espermatozóide masculino. Como menciona Malcolm Silverman, “perante a nova lei ser pai era uma forma de ser irresponsável.” (1987, p. 192-193).

E é justamente de uma mulher, a Maria herbertiana, que parte a ousada decisão, não subversiva, mas instintiva, de não abortar segundo ordenam as autoridades e, sim, lutar para ter o filho que insistiu em alojar-se em seu ventre, apesar de estar ela tomando cuidadosamente todas as medidas para evitar a concepção. Para justificar o que perante a lei configura-se como uma perigosa rebeldia, ela recorre a elementos subjetivos para corroborar sua resolução, como “a voz do coração” ou o que está “escrito em seu destino”, argumentos que jamais encontrariam qualquer tipo de respaldo legal, pois contemplam idéias já descartadas pelo racionalismo objetivo vigente na tecnocracia. No entanto, Maria recebe imediatamente apoio completo do esposo José, que também questiona a lógica da lei a partir da subjetividade de impressões intuitivas:

12 E disse-lhe José: Tens a decisão da lei. Mas, uma coisa te digo: a decisão que tu tomares será também a minha decisão.

13 E suas palavras eram sinceras, e nelas não havia temor. Porque quando as proferiu, o temor desaparecera do seu coração. E do coração vinham as suas palavras. (SALES, 1984, p. 183).

No relato bíblico, o papel desempenhado por Maria se sobressai em relação a José, mas ali também cumpre a ele colocar-se ao lado dela diante da gravidez sobrenatural, que a punha em má situação, enquanto mulher solteira, diante das convenções sociais da época. De modo igualmente solidário, o José de Herberto Sales far-se-á cúmplice de sua esposa Maria no desacato à ordem de abortar, em nome do que “lhes pareceu certo e verdadeiro”: “Porque sabiam que outra coisa não tinham que fazer; e sabe que é certo e verdadeiro fazer uma coisa o que nela crê e a faz” (p. 184). A lei que eles se propõem a obedecer, ainda que para isso tivessem que se colocar em oposição à lei outorgada pelo governo da Ilha estando, portanto, sujeitos às respectivas punições, não provém de mentes humanas, nem é fruto de exaustivas e insossas reuniões burocráticas; origina-se de algo maior, intrínseco, imensurável e, por isso mesmo, não passível de explicações racionais.

O personagem nomeado simplesmente como “O Filho”, mencionado já no título dessa terceira parte, também é profundamente emblemático no que se refere à transcendência.

Propositadamente, talvez, o autor não o chama de Jesus, mas a referência oferecida pelas personagens José e Maria, bem como pelas situações paralelas que as mesmas vivenciam, é bastante óbvia. Ele prefere simplesmente usar o termo com letra maiúscula, “Filho”, o que por um lado lhe confere um caráter singular de identidade e por outro reverencia o elemento básico de perpetuação da espécie a que o governo sumariamente proibira todos os cidadãos.

Quanto à identidade das demais personagens, como as autoridades governamentais da Ilha, as mesmas são colocadas num anonimato sistemático e coerente com o caráter impessoal que assumem, sendo referidos apenas por palavras neutras como “Dirigente”, assessor, autoridade, técnico de um ou de outro departamento, o qual, invariavelmente, ostenta como identificação uma soberba sigla. Os únicos personagens identificados por um nome próprio são Teodorico, o sapateiro, pai da criança que, graças à demora das longas filas para os exames ginecológicos das mulheres da Ilha, acabou escapando da faixa de aborto compulsório e assim conquistou o direito de nascer; seus amigos e colegas Estevão, o latoeiro, e Pedro, o torneiro.

Na metáfora construída por Herberto Sales, que representa o embate entre o homem e a máquina, aqui entendida principalmente como um sistema administrativo que privilegia a técnica em detrimento do elemento humano, é profundamente significativo que os únicos personagens a receberem nome próprio sejam artesãos por profissão. Eles vivem de pequenos serviços feitos manualmente em pequenas oficinas que são ao mesmo tempo seus lares, o que representa um último resquício de um tipo de ofício já superado pela revolução industrial, a qual impôs a produção de mercadorias em série de grandes quantidades para atender as crescentes demandas de consumo. Cabe aqui salientar a crítica à evolução tecnológica que, não obstante os avanços da produção protagonizada pelas máquinas, acarretaram na supressão de milhares de empregos, aumentando a pobreza e a desigualdade social. Naquela tecnocracia, porém, foi encontrada uma espécie de solução para tal problema, a qual, se não

foi eficiente, soube ser ao menos conveniente: os empregados substituídos pelas máquinas nas fábricas e que, portanto, perderam seus empregos, voltaram aos seus antigos ofícios, em pequenas oficinas montadas em suas próprias casas, e viviam de consertar produtos e utensílios fabricados em série nas fábricas, mas que as mesmas não reparavam quando se quebravam ou estragavam:

12 E a importância dos ofícios humildes estava em se valerem deles as pessoas para mandar consertar os produtos das grandes fábricas; os quais, tendo sido por elas fabricados, não eram por elas consertados. Em verdade, as grandes fábricas apenas os fabricavam; e, se os fabricavam as grandes fábricas, não podiam elas perder tempo em consertá-los. Porque eles eram fabricados para serem gastos. [...]

15 E, tendo voltado aos seus ofícios humildes, também voltaram a ser chamados pelos nomes; porque nas grandes fábricas, quando nelas ainda trabalhavam, haviam trocado o nome por um número; e por uma campainha eram chamados. Em verdade, só as grandes fábricas tinham nome, e não os que nelas trabalhavam. (SALES, 1984, p. 176)

Herberto Sales explicita nesse trecho a relação direta entre identidade e profissão, que caracteriza o homem desde tempos imemoriais, mas que sofreu uma ruptura com a massificação trabalhista e supressão da individualidade do ofício artesanal, promovida pela revolução industrial.

É nessa parte que, além dos amigos de Teodorico mencionados desde o início da narrativa, outro é referido: o carpinteiro José, o qual, diferente dos demais, é solteiro e não tem filhos.

Quanto à identidade, nem mesmo as mulheres, protagonistas por definição do problema que envolve a trama, foram nomeadas individualmente. Foram, sim, fichadas por categorias, mediante um critério de cores sem qualquer relação de sentido, visto que a conotação semântica havia sido terminantemente banida naquele regime, por ser considerada prejudicial ou, no mínimo, inútil.

Porém, nesta última parte, que em tudo se faz atípica em relação à parte anterior do romance, pela primeira vez a esposa de Teodorico, que havia sido até então genericamente designada por “mulher”, é chamada por um nome próprio: Isabel. E esse nome é calculadamente revelado apenas quando outra personagem é introduzida na narrativa: Maria,

prima de Isabel, que vem do campo tentar a sorte na cidade e acaba sendo acolhida por essa sua parenta, passando a morar com ela, o esposo Teodorico e o filhinho de ambos.

Para a comemoração do aniversário de dois anos do filho de Teodorico e Isabel, que não foi batizado de João, como se poderia imaginar, mas de Teodorico Júnior, em homenagem ao pai, os amigos são convidados, entre eles, José, que então conhece Maria. Todos ficam impressionados com a singela e delicada decoração da mesa e, principalmente, com o adorno do bolo, extremamente significativo:

Em cima do bolo havia um pequeno boneco de alfenim, deitado sobre fios de ovos fingindo palha. E tão bem feito era ele, na graciosa postura dos bracinhos abertos, como estendidos numa súplica de carinho, que todos tiveram curiosidade em saber quem o fizera. E Isabel lhes disse: Foi a prima Maria. (SALES, 1984, p. 178)

É notória a engenhosa e sistemática inclusão de diversos elementos da história do nascimento de Jesus, todos costurados dentro da narrativa herbertiana e obedecendo à verossimilhança da mesma, não obstante o fato de seu nome não ser diretamente mencionado em nenhum momento. É relatado no evangelho de Lucas que Maria, mãe de Jesus, possuía uma prima chamada Isabel, casada com Zacarias, um dos sumos sacerdotes na época. Os dois, já bastante idosos, tiveram um filho, conhecido mais tarde como João Batista, que recebeu a missão divina de “preparar o caminho do Senhor”, a vinda do “Messias prometido” ou Salvador. É esse mesmo João que, cerca de trinta anos após esses fatos, batizaria Jesus Cristo, ou Jesus de Nazaré, nas águas do rio Jordão, ato esse que marcou o início do ministério religioso deste.

Apesar de se ter apropriado dos nomes e do parentesco das duas primas da Bíblia e incluído tudo isso em sua ficção, Herberto Sales não se preocupa em estabelecer qualquer tipo de relação entre os filhos de ambas. Ele detém-se na relação amorosa entre José e Maria, mergulhando num lirismo romântico carregado de imagens poéticas e metáforas que resgatam elementos da natureza:

36 E disse-lhe José: Nada que os tenha encantado mais do que tu ainda não viram nem irão ver meus olhos. Porque nada que eles tenham visto se iguala em beleza a

teu rosto: nem a lua no céu, nem as acácias em flor, nem os salgueiros no lago. Mas, eles não se satisfarão apenas com te ver agora. Eles querem te ver todos os dias do ano: o ano inteiro, a vida inteira. Em verdade, quando eles se fecharem para sempre, fechar-se-ão sem se terem saciado de te ver. (SALES, 1984, p. 179).

O texto bíblico tomado como referência, por sua vez, não detalha em nada o romance entre Maria e José. O evangelho de Mateus limita-se a relatar que ambos possuíam um “contrato de casamento”, o que pode ser comparado atualmente a um noivado com casamento marcado, quando Maria apareceu grávida. José, sem saber que se tratava de uma gravidez sobrenatural, havia decidido deixar a noiva discretamente, sendo que, segundo os padrões sociais da época, ele tinha o direito de acusá-la de adultério em público e exigir que fosse apedrejada, pena instituída para esse tipo de delito, segundo ensina o teólogo Russel Norman Champlin, em sua *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* (1995), muito comum e recorrente em toda a bíblia devido à grande abundância de pedras na Palestina. Sua atitude de desprendida autonegação redundou-lhe o predicado de justo. Porém, após ter sido devidamente esclarecido a respeito das inusitadas circunstâncias que cercavam a gravidez de sua prometida pelo anjo do Senhor, em sonho, ele casa-se com ela, amparando-a devidamente perante a lei e a sociedade, conforme Mateus, na *Bíblia Sheed* (1997):

19 Mas José, seu esposo, sendo justo e não querendo infamar, resolveu deixá-la secretamente. 20 Enquanto ponderava nestas coisas, eis que lhe apareceu, em sonho, um anjo do Senhor, dizendo: José, filho de Davi, não temas receber Maria, tua mulher, porque o que nela foi gerado é do Espírito Santo. (Mateus, cap. 1, versículos 19 e 20)

Em *O Fruto do Vosso Ventre* o mito de Herodes, já mencionado, aparece para representar emblematicamente o embate entre o bem e o mal, entre o homem e aquele (ou aquilo) que o oprime, despojando-o de direitos e valores essenciais e caros a sua condição humana, como a existência digna, o respeito à liberdade e o amor, cuja força imperiosa brota da doçura e da benevolência desinteressada e generosa com que os indivíduos deveriam tratar uns aos outros, considerando-se iguais.

A gravidez da Maria herbertiana não foi anunciada por um anjo, nem se deu antes de seu casamento com José. O relato da união carnal dos dois (a qual, entre as personagens

bíblicas, não ocorreu antes do nascimento de Jesus¹³, para cumprir a promessa de que o Filho de Deus nasceria de uma virgem) aparece na narrativa mediante uma imagem muito singela e bonita: “E sendo dois, eles se fizeram um” (p. 182). Quem constatou que Maria havia concebido, mesmo sob o comprovado uso sistemático da pílula, foi uma autoridade médica, a qual, seguindo a lei da Ilha à risca, marcou o aborto logo para o dia seguinte.

A partir daí, a narrativa ganha toques de emocionante aventura, passando a relatar a fuga encetada por José e Maria, com o intuito de garantir o nascimento desse filho que veio a despeito do controle de natalidade químico empreendido através da pílula, e constitui-se de um paralelo à fuga praticada pelas personagens bíblicas, porém, com acentuadas diferenças. Enquanto no texto sagrado o menino já é nascido e a ira do rei, que se sente ameaçado ante o advento de um novo soberano, recai sobre centenas de pequeninos inocentes, mortos impiedosamente pelos soldados de Herodes, o casal herbertiano é caçado por dois guardas rastreadores. As dificuldades da jornada são incrementadas pela gravidez de Maria, que avança, mas as mesmas são mitigadas por verdadeira “providência divina”, o que reitera enfaticamente o caráter sobrenatural da situação:

17 E por três dias estiveram no bambuzal, e alimentara-se de peixe. Porque o poço era piscoso; e peixe não lhes faltou naqueles dias.

18 Mas, depois de haverem retomado a caminhada, o poço secou. E, por não ter José retornado ao poço, ficou sem o saber. (SALES, 1984, p. 187)

Outros acontecimentos extraordinários, sem paralelo bíblico, mas em consonância com a atmosfera mística que o autor emprestou à narrativa, protegeram José e Maria em sua jornada, sem que eles o percebessem, como o fato de os pássaros do céu ciscarem o chão no lugar onde haviam passado, apagando assim suas pegadas, e de os jacarés de um charco se terem escondido para que o casal pudesse atravessá-lo em segurança e sem susto. Porém, a providência mais emblemática se deu quando Maria, reconhecendo estar nas redondezas do vilarejo onde nasceu, buscou ajuda em uma velha casa, que já havia sido uma igreja. Sim,

¹³. Conforme Mateus 1:25: “Contudo, não a conheceu, enquanto ela não deu à luz um filho, a quem pôs o nome

porque no regime tecnocrata, assim como não havia mais espaço nem utilidade para artistas e escritores, tampouco se tolerava a religião, basicamente pelos mesmos motivos. E o padre que cuidava daquela igreja, cujo prédio acabou sendo utilizado como uma olaria, oleiro se tornara. E é justamente esse padre, que Maria lembra já ter sido “um servo de Deus”, antes da era da tecnocracia, em que ninguém mais se lembrava dele, quem irá ajudar o casal fugitivo, ainda que temeroso do perigo que corre por dar abrigo e alimento aos perseguidos transgressores da lei:

36 E respondeu-lhe Maria: Porque quando menina vos conheci, neste mesmo lugar. E sabia que tínheis sido um servo de Deus.

37 E pela primeira vez ela se lembrava da palavra *Deus*. Porque com ter visto o antigo padre lembrou-se dela. Em verdade, nem a sua geração, nem a geração de seus pais, a haviam conhecido. E ela só a conhecia por seu avô tê-la mencionado no dia em que lhe falara daquele antigo padre.

38 E disse-lhe o ancião: Em verdade, fui um servo de Deus. Mas, o tempo do governo de Deus passou. Em lugar do governo de Deus, instituiu-se a administração dos homens. (SALES, 1984, p. 189 – 190)

Estará implícita nesse trecho uma crítica do autor ao Iluminismo moderno, o qual sumariamente destituiu Deus de seu lugar de presciência onipotente na História, ou seja, decretou sua inexistência e total inutilidade, bem como à sociedade que, mergulhando na racionalidade científica e tecnológica, sistematicamente o esqueceu? Através dessa referência sutil ao abrangente processo de secularização, a que se submeteu a humanidade desde a época do Renascimento, principalmente no hemisfério ocidental, o autor parece apontar como causa do caos e desesperança em que vive a mesma o fato de ela ter dado as costas a valores éticos calcados na fé em Deus, julgando-se capaz e suficiente para governar a própria vida, o próprio mundo.

É profundamente significativa a ajuda desse padre, ainda que dada a contragosto, em face do risco que ele corria por dar guarida à “transgressora” e seu “cúmplice”. Em *Os Pareceres do Tempo*, romance que será analisado mais adiante, Herberto Sales volta a introduzir a figura do padre em sua ficção, sempre desempenhando papéis incisivos,

geralmente dando apoio às instâncias de poder, as quais podem beneficiá-lo em contrapartida. Porém, nesse romance o apoio será aos que ousam desafiá-las, ainda que sem vantagem alguma. Pelo contrário, quando o padre indica aos policiais que perseguiram José e Maria a direção que os mesmos haviam tomado em sua fuga e recebe a preço de sua traição três moedas, o castigo é imediato: mal os guardas haviam se retirado, a velha casa onde morava desabou, sepultando-o sob seus escombros.

Após a pausa na jornada, quando Maria e José recebem do padre alimento para recobrem as suas forças, o casal parte rumo aos montes, já nos limites da praia. Encontram um jumento, manso, no qual Maria, extremamente fatigada pela árdua caminhada e pelo estágio avançado de sua gestação, monta para prosseguir a viagem. Afortunadamente encontram uma gruta onde se ocultam, já a poucos metros do mar, e José começa a construir uma embarcação, utilizando a ferramenta de marceneiro que trouxera de casa. Um boizinho desgarrado completa a bucólica e singela cena do presépio, no qual, por fim, nasce o menino. E é com essa cena que os perseguidores se deparam, quando finalmente encontram os fugitivos graças à indicação dada pelo padre para prosseguirem suas buscas:

[...] deitada sobre umas palhas estava uma criancinha, sacudindo os braços, e sorrindo; e de um lado havia um boi, e do outro, um jumento; e, curvados sobre a criancinha, um homem e uma mulher a olhavam tão embevecidos, que não os viram entrar.

6 E aos pés da criancinha estavam deitados os dois cães, com a cabeça silenciosamente pousada sobre as patas. (SALES, 1984, p. 193)

Dos dois guardas, um se apressa em declarar a sentença à criminosa, que determina sua execução e a do filho, nascido há um mês, o que configura um “agravamento do crime”. Inusitadamente, porém, o outro guarda se comove com a cena e, acometido por um sentimento absolutamente estranho e desconhecido para ele, mata o próprio companheiro, a fim de impedi-lo de levar a cabo a sentença proferida. Mais tarde, esse mesmo guarda ajuda José a levar o barco construído até o mar, concedendo ao casal também suas provisões. Para ele, é loucura encetar uma fuga pelo mar, já que “desde os grandes terremotos, que acabaram

com o mundo, o mundo ficou circunscrito à Ilha” (p. 194). Mas o argumento de José, ainda que ilógico, é firme e decidido:

Não importa se viermos a perecer juntos no mar, porque pereceremos longe daqui. E isto é que importa. Porque há uma força superior, que desde o começo nos impele para o desconhecido. E será ao desconhecido que daremos testemunho da iniquidade que reina na Ilha. (SALES, 1984, p. 194)

O tom de acusação é pesado, explícito. As medidas tão cuidadosamente planejadas pelos governantes tecnocráticos são chamadas de “iniquidade”, um termo usado abundantemente em toda a bíblia, mais com referência ao mal no sentido da prática ativa do mesmo, quando o homem natural se rende aos seus próprios impulsos, do que no sentido geral de erro moral ou judicial, mas nem sempre intencional, conforme explica o teólogo J. D. Douglas, em *O Novo Dicionário da Bíblia* (1995).

O clímax desta terceira parte, que quebrou com todo e qualquer padrão temático e lingüístico que possa ter sido observado na segunda parte, e incluiu abundantemente elementos sobrenaturais, ilógicos, tão incompreensíveis quanto inexplicáveis, mas de um poder obstinado e irresistível, se dá quando, trinta anos após os acontecimentos relatados, surge uma luz em forma de homem que, vinda do mar, chega até a praia. A multidão, assustada, busca refúgio junto aos prédios nos quais ficavam as autoridades da Ilha, todos fortemente guardados por seguranças, mas é tudo em vão. O misterioso homem, vestido com uma túnica branca, de barba e cabelos compridos, avança, sem tocar os pés no chão e sem que ninguém o impeça. Por fim, pára no meio da praça, rodeado por grande multidão, e pergunta, abrindo os braços: “Onde estão as criancinhas?”. Sua voz, que reboou por toda a Ilha como um trovão, se fez ouvir novamente: “Vinde a mim as criancinhas”. A esse segundo brado seguiu-se um terremoto que destruiu os prédios nos quais ficavam as altas autoridades, bem como as grandes fábricas. E então se deu o milagre: dos escombros desses símbolos do poder e domínio tecnocratas, saíram todas as crianças impedidas de nascer pela lei iníqua promulgada na Ilha e, ao contrário das demais pessoas ali presentes, elas não tinham medo do

homem que veio do mar, mas se acercaram dele, pois tinham atendido ao seu chamado.

Um novo terremoto fez ruir ao mar os montes nos quais a maioria da população havia se escondido do homem vindo do mar, restando na Ilha apenas duas ou três centenas de habitantes, os quais “viveram para testificar a iniquidade de que haviam participado, e que naquele dia teve fim” (p. 196).

Herberto Sales, além de repetir a palavra iniquidade, utiliza aqui vários episódios relatados nos evangelhos bíblicos, costurando-os harmoniosamente em sua ficção. De acordo com Lucas 3:23, na *Bíblia Sheed*, Jesus iniciou seu ministério público quando tinha cerca de trinta anos de idade e sua imagem típica, construída por artistas renascentistas e mais tarde estabelecida e veiculada pelo cinema, é a de um homem de túnica branca, com barba e cabelos compridos. Diante de tanta identificação, realmente não há necessidade de acrescentar seu nome no romance. Na *Bíblia Sagrada*, nos evangelhos de Mateus (capítulo 19, versículo 14) e de Lucas (capítulo 18, versículo 16), encontramos as seguintes palavras de Jesus, dirigidas aos discípulos que tentavam afastar um grupo de mães que traziam seus filhinhos para serem abençoados por Ele: “Deixai vir a mim os pequeninos e não os embarceis, porque dos tais é o reino de Deus.”

E é a essas crianças, assassinadas mesmo antes de seu nascimento proibido e que num milagre afloram para a vida, que é entregue o governo da Ilha, iniciando-se uma nova era de paz e harmonia:

21 E a partir daquele dia foi instaurado na Ilha o governo das crianças. Porque chegara o tempo de as crianças governarem os homens. E por elas foram governados os sobreviventes, a partir daquele dia. (SALES, 1984, p. 197)

Ao final, retoma-se o relato bíblico da ascensão de Jesus, em Atos (capítulo 1, versículo 9), e, de modo semelhante ao que ali é narrado, “o homem que veio do mar” desaparece em meio a uma nuvem luminosa, o que reitera mais uma vez sua condição de ser divino, sobrenatural.

Esse capítulo final do romance de Herberto Sales demonstra que a obra, não obstante a crítica incisiva que a permeia, não é derrotista, ainda que uma sociedade nos moldes da apresentada pela narrativa, na segunda parte, levada às últimas conseqüências, estaria fadada à extinção. Pelo viés temático da linguagem bíblica, o autor busca propor uma saída que garanta a continuidade da vida e, mais do que isso, através do surgimento de um fruto inesperado, dá-se início a uma nova era, na qual as crianças, anteriormente impedidas de nascer, governarão.

Em *O Fruto do Vosso Ventre*, título que é também uma frase da conhecida oração católica “Ave Maria”, Herberto Sales apresenta sua visão pessoal do mundo, a qual contempla uma profissão de fé no humanismo e nos valores espirituais os quais, segundo ele, deveriam reger a vida dos homens, mas que a burocracia tecnocrática tacitamente desprezou. O alerta contra as estratégias de coisificação do homem, estabelecido mediante a metáfora da segunda parte, coloca a humanidade num impasse: está em suas mãos produzir o milagre que a salvará de si mesma ou optar por sua própria destruição. Na narrativa se enseja a aposta na construção conjunta de uma existência digna para todos, na qual o triunfo do amor como bem supremo e insuperável da humanidade, representado nessa fábula pelas criancinhas, derrotará definitivamente o frio e cruel “mundo de Herodes”.

Após a amarga denúncia da ameaça trazida pelo ideal do homem robotizado, Herberto Sales acena com uma mensagem de otimismo, declarando, através do lirismo místico do final de seu texto, que nem tudo está perdido, o ser humano ainda pode se encontrar e ser feliz, pleno e autêntico. Utopia? Talvez. Mas o que seria da humanidade sem o alimento que as utopias concebidas pelos escritores lhes fornecem à alma, tão cansada e devastada da esperança?

Numa época em que a desilusão tornou-se rotina e o prazer norma técnica, textos como *O Fruto do Vosso Ventre* servem como um importante e necessário instrumento de

alerta e reflexão a respeito das conseqüências do que o ser humano está semeando hoje e do que colherá em um futuro nem tão distante quanto se possa supor a partir dessa narrativa. Partindo de um escritor que nunca deixou de acreditar no homem nem de ter esperança, o fim não é amargo, mas pode ser promissor, pois ainda há tempo de o ser humano cair em si e mudar sua própria história, desde que tenha a humildade e a coragem necessárias para reconhecer que precisa começar por si mesmo.

2.4 OS PARECERES DO TEMPO – CRÍTICA À ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RELIGIOSA NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO

“A memória dos homens é a literatura. O que se sabe do mundo sabe-se pela literatura. A história do mundo é contada pelos ficcionistas e pelos poetas, mais do que pelos historiadores.”

Herberto Sales, *Subsidiário I*

2.4.1 Considerações Preliminares

Enquanto a temática utópica, segundo Assis Brasil (2002) e a linguagem em três andamentos distintos, atribuem ao romance *O Fruto do Vosso Ventre* as qualidades de revolucionário e inovador, se comparado aos três que o antecederam, situando seu enredo em “algum lugar do futuro”, a obra *Os Pareceres do Tempo* faz o caminho oposto. Nela, Herberto Sales reconstitui, sob vários aspectos e a partir de diversos elementos, um contexto passado, situado historicamente quase no final do período da colonização portuguesa no Brasil, depois da segunda metade do século XVIII. Mas não é só no tempo que o autor enceta uma trajetória de retorno. O ambiente geográfico da obra é mais uma vez o território baiano, dessa vez unindo a capital, Salvador, que foi cenário de *Dados Biográficos do Finado Marcelino*, e a região do interior, focalizada em *Cascalho* e em *Além dos Marimbus*, porém não exatamente em Andaraí, sua terra natal, mas um pouco na redondeza próxima e, principalmente, nas cercanias dos municípios de Cachoeira e Monte Alto, região percorrida pelo rio Paraguaçu.

O pano de fundo dessa narrativa, de toques épicos, que não esconde as fraquezas e mazelas humanas, é costurado na História do Brasil, e mostra de maneira crítica parte das complexas relações de exploração e poder existentes entre os três tipos étnicos fundadores do povo brasileiro, a saber, o branco, o negro e o índio. Mas a fonte de onde bebeu Herberto Sales para a elaboração da trama amorosa que conduz o romance é muito mais próxima e pessoal. Ele inspirou-se em uma antiga história da família de sua mãe a respeito de um antepassado seu, chamado de “Policarpo Athayde”, e resolveu inseri-lo na narrativa:

Sempre fui tentado a escrever esse romance porque é a história do fundador de minha família, o capitão-mor Antônio Policarpo de Athayde Pereira. Passei minha infância ouvindo histórias dele, cheguei a conhecer algumas pessoas da família que sabiam muito sobre ele mesmo em sua fase de decadência, assim como o casarão que construiu na fazenda Boa Esperança, na Bahia. Até que, um dia, comecei a colocar no papel suas aventuras e o romance tomou corpo. (SALES, 1988, p. 391-392).

Segundo o autor, esse personagem real não foi nem mais nem menos heróico que o Policarpo Golfão de sua ficção. Policarpo de Athayde era um antigo parente de sua mãe, D. Aurora Azevedo Sales, e nesse romance Herberto Sales costura alguns episódios de sua biografia pessoal no contexto histórico e geográfico da época do Brasil-Colônia, na Província da Bahia. Essas referências tecem a ficção com elementos da realidade, fazendo com que a mesma seja mais do que uma simples história de amor, mas um relato ficcional de dimensão histórica e nacional. Contudo, a inserção de tais elementos não faz de *Os Pareceres do Tempo* um romance histórico, sendo que as personagens e o enredo que as envolve são produto de criação literária, portanto, ficção.

Ainda que o romance tenha recebido inspiração de pessoas e fatos do cotidiano, o que ele traz é uma reconstituição do contexto sócio-histórico da época, através da inserção de elementos comuns a ela no Brasil, tais como a escravidão, traficantes de negros escravos, embates entre brancos e índios, fuga de escravos, a instauração vigorosa da fé católica através de padres jesuítas, principalmente, mas também de outras ordens e sua catequese indígena, construção de igrejas, a conquista da terra, geralmente através de lutas desiguais entre nativos

e brancos portugueses, as inter-relações raciais, o lento crescimento das cidades, as dificuldades e a falta de recursos nos longínquos sertões. De maneira mais específica, aborda e insere na trama, como parte do contexto sócio-geográfico, a vida na “cidade do Salvador” ou, como se dizia na época, na “cidade da Bahia”.

Em homenagem ao colega e amigo Jorge Amado, Herberto Sales realiza algo curioso: incorpora ao seu romance a figura de mestre Manuel, do saveiro *Viajante Sem Porto*, que em *Os Pareceres do Tempo* seria um antepassado de um futuro personagem de Jorge Amado, ao qual também alude, bem como à obra desse escritor, numa referência de tom profético:

Praza a Deus que, em dias que não de vir, encontre essa bela região do Recôncavo baiano um escritor que a descreva num livro tão belo quanto ela, que corra o Brasil e o próprio mundo; e que, captando toda a poesia que docemente a impregna, fale dos seus saveiros e da sua gente, talvez dum novo *Viajante sem Porto*, talvez dum novo mestre Manuel. (SALES, 1998, p. 66).¹⁴

Esse trecho, em consonância com a época na qual se passa a narrativa, além de homenagear a obra amadiana, através da referência a um de seus personagens, constitui-se de uma espécie de profecia, dada, porém, num movimento de *flash-back*, pois o romance herbertiano é posterior ao romance de Jorge Amado onde o mestre Manuel seria um descendente do mestre Manuel dos *Pareceres do Tempo*.

Não faltam também na narrativa o famoso “Chega-Negro”, ancoradouro onde os navios negreiros descarregavam sua preciosa e sofrida carga humana, no mesmo local onde hoje fica o subsolo do Mercado Modelo, nem o portentoso “Solar dos Sete Candeeiros”, inserido no romance como a imponente residência da família do ouvidor-geral Teodoro Rumeção, pai da donzela Liberata, e que é, na realidade uma casa colonial, sede do Patrimônio Histórico da Bahia. Tais elementos constituem-se de fatos, locais, edificações que a história registra e relata, à sua maneira, na versão que lhe convém, ditada, invariavelmente, pelos interesses dos poderosos, ou seja, daqueles que, de uma ou de outra forma, levaram a

¹⁴ O romance *Os Pareceres do Tempo*, de Herberto Sales, foi lançado em 1984, pela Civilização Brasileira. As citações extraídas dessa obra constantes na presente dissertação são da edição revista, comemorativa dos 80 anos do autor, publicada também pela Civilização Brasileira, em 1998.

melhor e assim puderam contar a história a seu modo, o que se constitui também em uma maneira de se exercer o poder.

Herberto Sales se apropria de alguns fatos dispersos, menciona vagamente personalidades que de fato existiram, descreve cenas e lugares mais ou menos nos moldes dados pela história e, assim, constrói sua ficção, a qual, livre em sua arte criadora, não tem compromisso com nenhum relato histórico, não se apresenta como testemunho, mas empresta ao seu enredo elementos oriundos da história conhecida via documento e memória. É notória na obra de Herberto Sales essa prática de “capturar” dados da realidade, do cotidiano, próximo ou mais distante, e inseri-los em sua ficção, como observa a pesquisadora Ívia Alves em crítica à obra do autor, publicada em suplemento de *A Tarde Cultural*, em 19 de setembro de 1992:

Um segundo aspecto peculiar na obra de Herberto Sales é a relação entre realidade e ficção. Ele confessa tirar o motivo motor de sua ficção da realidade, mas “a minha realidade, em termos de romance, desde que isso me convenha, eu invento. Dependendo da minha vontade, a minha realidade na ficção é uma invenção minha”. (ALVES, 1992, p. 2)

Através da arte, o romancista dá vida a um passado já morto. Para que isso aconteça de maneira convincente, ele precisa recuperar a integridade sócio-histórica da época a que se reporta, instituindo a devida verossimilhança para dentro dela acomodar a narrativa central, a trama vivida pelas personagens. O protagonista Policarpo Golfão é emblemático nesse sentido. Segundo registra a pesquisadora Dong Won Park, em sua dissertação sobre a técnica narrativa na ficção de Herberto Sales, “ele foi um personagem que existiu realmente, um antepassado do escritor.”(1986, p. 102). Mas não é simplesmente a história dessa figura do passado que Herberto Sales conta, como se a mesma fosse fruto de uma pesquisa científica. A composição da personagem Policarpo Golfão de *Os Pareceres do Tempo* traz em si alguns fatos e características extraídas da vida de Policarpo de Athayde Pereira, mas não retratam o próprio Policarpo de Athayde. Herberto Sales afirma o seguinte, a respeito da elaboração dessa sua obra: “Sei que procurei fazer um romance e não um tratado de História do Brasil.

Por isso, além de trocar o nome do antepassado, procurei introduzir no livro elementos dramáticos, dar coerência aos personagens, principalmente nos diálogos.” (SALES, 1984, *apud* PARK, Dong Won, 1986, p. 102).

Tal como já havia feito nos romances *O Fruto do Vosso Ventre* e *Einstein*, o *Minigênio*, ambos de cunho utópico-científico, segundo Assis Brasil (2002), também nesta obra, de nuances históricas, Herberto Sales faz uma verdadeira “viagem no tempo”. No entanto, dessa vez ele não procura antecipar o futuro exacerbando os problemas da sociedade de agora; ele volta seus olhos para o passado para realizar a crítica social do presente, a partir de um exercício de “olhar para trás”, para se perceber que o que se faz e vive hoje, não obstante os diferentes costumes e valores, não passa de uma repetição do que já foi praticado antes. Segundo registra o crítico literário Almeida Fischer, em seu ensaio *O Amanhecer do Brasil na Recriação Ficcional*, a reconstituição do período é feita no sentido de atestar credibilidade e realidade literária à narrativa, da qual “tem-se a impressão de que se trata de um recuo no tempo e não de uma recriação do passado.” (1985, p. 37).

No discurso proferido na Reitoria da Universidade Federal da Bahia, por ocasião do recebimento do título de Doutor *Honoris Causa*, em 10 de outubro de 1996, Herberto Sales comentou a diversificação temática de suas obras, referindo-se ao cuidado em evitar a repetição de formas textuais, ao mesmo tempo em que busca adequar a linguagem ao tema de cada narrativa:

A diversificação de temas nos meus romances me levou, todavia, acentuadamente em certos casos, a me preocupar com a adequação da linguagem ao tema respectivo. Os meus romances *O Fruto do Vosso Ventre*, *Os Pareceres do Tempo*, *Einstein*, o *Minigênio* são exemplos disso. [...]

Primeiro andei tentando construir a minha frase no sentido de captar uma beleza formal. Visual. Posso mesmo dizer, arquitetural, a saber: uma ordem severa de linhas e contornos, de espaços disciplinados, de equilíbrio e sobriedade de volumes. Uma coisa para – lendo, ver-se. Para isso tive antes de conhecer os meus instrumentos de trabalho de escrita, cada um deles em particular, e de ao mesmo tempo conhecer o funcionamento deles em seu conjunto, na harmonia de sua instrumentalização. Sua totalidade: o detalhe e o todo. Isto era o que eu no meu texto buscava quando escrevia. E, de alguma maneira, acho que o consegui. (SALES, 1996, discurso).

Especificamente em *Os Pareceres do Tempo*, o trabalho técnico e artesanal com a linguagem resultou num universo ficcional no qual forma e conteúdo se uniram na tarefa de transmitir o tema pretendido, carregado, como de costume, de mordaz crítica social destilada através da ironia. Herberto Sales encetou não uma reprodução direta da linguagem oitocentista, mas, segundo observa Dong Won Park (p. 108), uma reelaboração semelhante ao arcaico estilo lusitano, o que resultou em uma aparência de linguagem antiga, nos moldes clássicos das crônicas portuguesas, o que deu cor local a uma ação de época. Para a realização dessa empresa, a freqüente leitura dos clássicos portugueses, dentre os quais a obra de Eça de Queiroz foi a mais visitada, fez-se crucial, segundo admite o próprio escritor (1996, p. 8). Dessa forma, o romance não deixou de ser contemporâneo; apenas ganhou uma aparência arcaica, através de uma linguagem antiga rejuvenescida, o que, porém, não comprometeu a compreensão moderna do mesmo.

Para contar a heróica e romântica história de *Os Pareceres do Tempo*, o ficcionista torna a si mesmo personagem da mesma, na pessoa plural de antigos cronistas portugueses, como um Fernão Lopes, ou um escrivão Pero Vaz de Caminha, e retoma a estrutura textual dos antigos folhetins, sendo que o romance é constituído de cinquenta e quatro pequenos livros numerados, mais um epílogo chamado convenientemente de “Registros Finais”. Cada livro é precedido de um “argumento”, ou seja, de uma pequena sinopse do conteúdo do capítulo, o qual, longe de sugerir a dispensa da leitura do que se segue, incita à mesma, pois desperta a curiosidade a respeito dos detalhes daquilo que no argumento foi tão-somente sugerido. A transmutação do autor em personagem, na pessoa coletiva dos cronistas portugueses, é levada às últimas conseqüências, parecendo provocar o leitor mediante uma espirituosa brincadeira, quando o mesmo assina o prefácio com o “pseudônimo” Herberto Sales. A dedicatória do livro ao romancista José Cândido de Carvalho, elaborada segundo o estilo da época, constitui-se de mais uma estratégia para se construir uma realidade literária

irretocável e é um exemplo emblemático dos detalhes minuciosos de que o romancista lançou mão para melhor caracterizar sua criação:

DEDICATÓRIA DO AUTOR

AO Dr. J. C. DE CARVALHO

Ilustríssimo Amigo:

Persuadiu-me V. S^a a escrever esta história, que ora se dá à estampa. Conquanto hesitasse em aceitar tão temerária empresa, não pude – como seria lícito a meu despreparo – recusá-la, porque sobre a fraqueza de minha pena se exerceu, inculcando-lhe ânimo desconhecido dela, o poder de persuasão do meu nobre Amigo. Ei-la, afinal, concluída: se não alcancei torná-la digna do alto espírito de V. S^a, saiba que não foi por descuido no escrevê-la, mas por me faltar para isso a aptidão que mercê de engano me atribuiu.

Guarde Deus a generosíssima pessoa de V. S^a.

A linguagem que permeia todo o romance retoma o estilo barroco, sendo carregada de redundâncias e eufemismos, o que dá a impressão de que o mesmo foi escrito entre os séculos XVIII e XIX, que é o período no qual se situa a narrativa; tanto é assim que um leitor desavisado pode até se sentir desafiado a tornar à folha de rosto da obra em busca da data da primeira edição, a fim de conferir a evocada suspeita de ser ela oitocentista. Porém, não obstante o fato de o tom, ou a “cor” do romance ser arcaico, sua mensagem é dirigida para a atualidade.

Quanto à temática religiosa presente na obra em questão, enfoque da presente pesquisa, cabe salientar que a mesma não é predominante, mas, sim, constitui-se de mais um entre os tantos elementos que se somam para montar o ambiente sócio-histórico da narrativa, dada a sua relevância e influência nos acontecimentos que formam o pano-de-fundo da época. O romance *Os Pareceres do Tempo* conta uma história forte, essencialmente humana, cheia de emoção e aventura, mas sempre mostrando as personagens em sua plenitude, sem amenizar seus defeitos e erros nem, tampouco, exagerar suas virtudes. Não falta na narrativa o lirismo poético da história de amor, ao lado da qual desfilam relatos de ambições brutais, profundas lealdades, vis traições, surpreendentes atos de grande coragem e de vergonhosa covardia, ternas paixões, tudo misturado com os naturais substratos da vida humana: sangue, suor e

lágrimas. Portanto, não obstante a natureza épica que permeia a narrativa, pode-se afirmar que nessa história não há heróis nem vilões, conforme observa Ruy Espinheira Filho, no posfácio que escreveu para a edição comemorativa de *Os Pareceres do Tempo*, lançada em 1998. Há, sim, homens e mulheres vivendo suas vidas e lutando com as circunstâncias, boas ou más, gratuitas ou provocadas, que lhes sobrevêm.

2.4.2. A Crítica à Atuação da Igreja Católica no Período Colonial Brasileiro

O elemento religioso do romance *Os Pareceres do Tempo* surge na menção à atuação da Igreja Católica e sua presença no ambiente colonial, na pessoa de inúmeros padres e sacerdotes, muitos enviados pela antiga “Companhia de Jesus”, criada em Portugal durante o movimento da “Contra-Reforma” européia.

Com exceção da expressão religiosa indígena, a qual hoje se sabe riquíssima, ainda que permaneça pouco conhecida e desprestigiada e na época sequer era cogitada como merecedora de algum tipo de atenção, a única religião que o Brasil conheceu desde a chegada dos portugueses por volta de 1500 foi o Catolicismo Romano. Conforme registram os historiadores José Jobson de A. Arruda e Nelson Piletti (1995), os primeiros padres jesuítas chegaram ao Brasil em 29 de março de 1549, liderados pelo Padre Manuel da Nóbrega, juntamente com o primeiro governador Tomé de Souza, quando a Companhia de Jesus contava com apenas quinze anos de existência. Na então “Cidade da Bahia” (hoje Salvador, capital do Estado), fundaram a primeira igreja, de Nossa Senhora da Ajuda, bem como edificaram suas primeiras casas de taipa.

Segundo registra em suas cartas o cronista Luís dos Santos Vilhena (1969), os jesuítas foram aos poucos penetrando os sertões, alcançando aldeias indígenas, das quais muitas, com o tempo cresceram e atingiram a condição de vilas e, depois, pequenas cidades.

De acordo com Riolando Azzi (1977), a inserção paulatina mas pertinaz desses religiosos entre o povo da terra, submetendo-se, inicialmente, a aprender sua língua e costumes básicos com o intuito de conquistar-lhes a confiança, para mais tarde conseguir impor-lhes autoridade, desempenhou crucial papel no processo de conquista da “nova terra” e colonização do povo que nela vivia. Ainda assim, o meio mais rápido e eficaz, utilizado à larga pelo branco dominador, foi o da aniquilação em massa, amplamente possível graças à imensurável vantagem bélica deste em relação ao armamento tímido e obsoleto de que dispunha o indígena para defender a si e sua terra. Nesse sentido, a catequese empreendida pelos padres jesuítas, no seio de inúmeras aldeias indígenas onde alcançaram guarida pacífica, funcionou mais como uma atividade diplomática persuasiva do que pregação da fé evangélica propriamente.

A presença de outras religiões, trazidas por holandeses, ingleses e franceses, que aqui também aportaram, ainda que de caráter cristão e de expressão quase insignificante, foi sumariamente combatida pelas autoridades eclesiais católicas, que as associaram à invasão territorial dos chamados hereges. A expulsão dessa minoria dissidente pelos portugueses foi interpretada como graça e vontade divinas, estabelecida através dos reis e seus representantes, segundo atesta T. C. Bruneau (1974).

Graças à atuação portuguesa no combate aos mouros infiéis, durante as Cruzadas, Portugal foi reconhecido como estado pelo Papa, o qual concedeu ao rei português legitimação divina de poder. Assim, desde a formação da nação portuguesa, o catolicismo romano esteve presente como instância legitimadora do poder político no país.

No modelo político-eclesial, o qual dominou toda a Europa Ocidental desde o início da Idade Média e se manteve forte em Portugal e Espanha, promotores da Contra-Reforma, a igreja tinha voz ativa em todos os setores da sociedade e dependia do tesouro real para se manter, conforme registra Márcio Moreira Alves (1979), o que lhe garantia uma influência

abrangente porém ao mesmo tempo vinculada ao seu mantenedor, o rei. Segundo observa Eduardo Hoornaert (1977), durante o século XV, a autoridade dos monarcas portugueses foi aumentada ainda mais através de diversos decretos papais, o que incidia, entre outros direitos de conquista territorial e política, na construção de igrejas e mosteiros nas novas terras, bem como no envio de religiosos que comandassem os mesmos.

O objetivo papal era abranger toda a extensão territorial destes novos impérios, assegurando a presença do sacerdócio cristão que impusesse a religião católica romana a todos os povos e culturas conquistados, sendo, para tanto, válidas todas as formas de persuasão. Mais do que uma nova fé, considerada pelos conquistadores como a única fé verdadeira, o que se empreendeu foi um processo muitas vezes violento de negação e recalçamento cultural, o que, na prática, serviu cabalmente aos propósitos de dominação imperialista.

Ao início do século XVI, a Santa Sé já havia passado à Coroa a incumbência do regime espiritual, o que incluía a cobrança e administração dos dízimos, seleção dos bispos, instalação de dioceses, construção e manutenção de templos e seminários, remuneração do clero, entre outras atribuições. De acordo com Eduardo Hoornaert, o rei assumiu o papel de chefe da igreja nacional, subordinado ao papa. Dessa forma, religião confundiu-se inseparavelmente com poder político, o que excluiu toda e qualquer opção de fé. Catolicismo mesclou-se com patriotismo de tal forma que a apostasia equivalia a trair a pátria.

Em um modelo social que abrigava a influência da igreja em todas as suas estruturas mantenedoras de alguma relevância pública, só participavam delas legitimamente quem por sua vez também tomasse parte da fé e dos sacramentos. O ideal grego centrado no homem helênico, o que para Roma era representado pelo cidadão romano, encontrava seu equivalente no católico apostólico romano, sendo que só era reconhecido como pessoa de valor quem confessasse a fé cristã, entendida como sendo de caráter universal. Todos os demais eram

considerados bárbaros, selvagens e primitivos. O ideal de cristão, por sua vez, era personificado pelo português e sua cultura era tida como superior e avançada.

As motivações que embasaram o expansionismo português e espanhol rumo a terras desconhecidas não eram apenas econômicas e políticas, mas também religiosas. Essa postura e mentalidade refletiram-se profundamente no governo do Brasil-colônia, no qual o poder espiritual e o poder real, político, emanavam da mesma mão, confundindo trono e altar. Nesse contexto, a idéia de que a monarquia constituía-se de um regime oriundo das leis divinas e de que o imperador era um escolhido de Deus para defender e expandir o Cristianismo, conforme Riolando Azzi, assegurou por muito tempo o poder do Estado sobre a Igreja, principalmente nos países da Península Ibérica, onde se conflagrou a Contra-Reforma, a qual teve o religioso Inácio de Loyola como um de seus principais vultos, fundador da Companhia de Jesus, uma das principais opositoras à Reforma Protestante originada na Alemanha.

Juntamente com os jesuítas, também ordens mais antigas, como as dos dominicanos e as dos franciscanos, atuaram na evangelização e missões nos novos territórios conquistados, segundo determinação do Concílio de Trento. No Brasil, a ênfase de uma colonização que propiciasse conversões à fé Católica, ainda que compulsórias, é patente neste trecho de uma carta enviada pelo imperador português Dom João III ao primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Sousa, citada em M. M. Alves (1979, p, 21): “A principal causa que me levou a povoar o Brasil foi que a gente do Brasil se convertesse à nossa santa fé católica.” Entendida dessa forma, a conversão religiosa consistia em uma importante etapa do processo de aculturação dos povos existentes nos novos territórios conquistados, com vistas à completa dominação e exploração dos mesmos, sob a justificativa piedosa de salvar-lhes as almas, conforme pontua Evelina Hoisel em seu ensaio “O Jogo da identidade e alteridade: uma leitura da catequese”.

Apesar de aceitarem e também participarem dos lucros e benefícios da escravidão negra, os jesuítas eram contra a escravização dos indígenas, postura essa que deu origem à principal discussão política interna na colônia no século XVII. O ideal jesuíta era a formação de um povo cristão, composto pelas diversas tribos aqui existentes quando os portugueses chegaram ao Brasil. Se por um lado os jesuítas combatiam a escravidão dos índios, por outro apoiavam e legitimavam a dos negros, devido à compreensão da lei - expressa nas palavras do Padre Antonio Vieira citadas por Júlio Maria: “Cativeiros justos, os quais só permitem as leis, e que tais se supõem os que no Brasil se compram e se vendem não dos naturais, senão dos trabalhadores de outra parte” (1981, p. 34). Na verdade, eles mesmos é que se utilizavam da mão-de-obra indígena à larga, sem remuneração, em suas missões, cuja produção transformou o empreendimento de caráter “espiritual” em um negócio rendoso. Evelina Hoisel reitera essa idéia afirmando ser a catequese, assim, “um instrumento de colonização, uma forma disfarçada de colonização em que se visava sempre o produto do trabalho.” (p. 212)

Os jesuítas praticavam o modelo do aldeamento. Primeiro, ajuntavam os índios para doutriná-los; depois de devidamente catequizados, os mesmos eram redistribuídos em aldeias, de acordo com critérios estabelecidos pelos padres. Dessa forma, tentava-se destruir sua cultura original e demais laços preexistentes, empresa que nem sempre alcançava êxito, visto que, tão facilmente quanto aceitavam os ensinamentos dados pelos padres, os nativos logo se esqueciam deles, voltando às suas antigas práticas e costumes. Essa característica “inconstância dos brasis”, conforme Evelina Hoisel (p. 214), foi uma das maiores dificuldades e desafios da evangelização católica: o esquecimento e abandono das marcas registradas pelo colonizador são tão rápidos e fáceis quanto o fora a suposta aceitação das mesmas.

Em nome da evangelização, os jesuítas promoviam um sistemático condicionamento dos índios, com a intenção de reduzi-los a uma massa facilmente manipulável pelos detentores do poder. Isso porque, para eles, o conceito de missão abarcava o ideal da criação

de uma nova sociedade, composta, em sua totalidade, de cristãos vivendo sob autoridade do Papa.

Assim sendo, a partir da citação de H. E. Wetzel, trazida por Eduardo Hoornaert, conclui-se que a ação catequética dos jesuítas foi uma das estratégias utilizadas pelo império português para estabelecer seu domínio em terras brasileiras sob uma via diplomática, a qual, por um certo tempo, conteve os conflitos armados que acabaram por dizimar o povo indígena quase que totalmente.

Mem de Sá valeu-se dos jesuítas, principais fautores da catequese indígena no Brasil no século XVI, para impor sua autoridade e salvaguardar a unidade nacional. Aos índios impunha o império e a civilização cristã, intimamente ligados como estavam o trono e o altar. Era a concepção colonialista de então. Historicamente foi esse o caminho da cristandade. (WETZEL, *apud* Hoornaert, 1977, p. 212).

Contudo, a pregação do evangelho cristão, impregnada de interesses colonialistas e exploratórios caracterizou uma certa desvirtuação do teor dessa mensagem, na medida em que os padres se valiam de um discurso pautado pela fé e devoção a Deus para obter a subserviência dos nativos aos portugueses. No romance *Os Pareceres do Tempo*, Herberto Sales apresenta uma crítica bastante severa a esse papel ao qual a Igreja se prestou, através dos sacerdotes que a representavam, de colocar o seu discurso religioso a serviço dos interesses do branco colonizador, contribuindo para a expropriação das terras ocupadas pelos índios. O diálogo entre Policarpo Golfão e o “Fidalgo” evidencia claramente quão útil foi para eles o trabalho de catequese realizado pelos padres, nesse sentido:

Depois, vieram os padres, o padre Gumercindo e o padre Salgado, que, num trabalho realmente admirável de piedade cristã, empenharam-se sem esmorecimento na catequese desses índios, levando até eles a palavra de Deus, ensinado-lhes os bons caminhos da Santa Madre Igreja, a cujo rebanho hoje pertencem, como cristãos que agora o são. Já não há por cá flechadas homicidas. Os maracás tornaram-se uma gente de boa paz; e, se ainda usam as suas flechas, só o fazem para caçar e pescar. O padre Gumercindo, sobretudo ele, que foi dos dois padres o primeiro a cá chegar, desenvolveu um trabalho extremamente proficuo junto aos maracás. Em pouco tempo, além de incutir-lhes com eficácia os sentimentos cristãos de bondade e amor, salvando assim, em nome de Deus, as suas almas, antes ameaçadas pelo fogo do inferno, ensinou-os a respeitar com humildade a quem, por obrigação e por lei, deviam eles respeito. [...]

- O padre Gumercindo irá ter com eles, e simplesmente lhes dirá, apresentando-o, que o capitão Policarpo é o dono das terras onde estão a trabalhar e onde estão a morar. (SALES, 1998, p. 82 – 83)

Depreende-se desse trecho que o interesse dos portugueses, mesmo dos padres, não era propriamente a salvação das almas dos gentios do fogo do inferno, mas incutir-lhes o respeito e a obediência a eles, que se auto-proclamaram os legítimos donos das terras habitadas pelos índios desde tempos imemoriais. Por trás do discurso carregado de piedosa religiosidade, ocultam-se a ganância e o desejo de riqueza, sentimentos e intenções nada condizentes com o amor e bondade pregados como valores cristãos. Para eles, mais importante do que ensinar aos índios o caminho do céu, o qual julgavam conhecer tão bem, era que eles aprendessem a submeter-se pacificamente ao domínio dos brancos.

No entanto, como a própria citação sugere, a aplicação dessa técnica de persuasão nem sempre foi bem-sucedida. Houve muita resistência à dominação imposta pelo branco por parte de muitas tribos indígenas. Essa dificuldade suscitou no Brasil a reprodução da estratégia utilizada nas cruzadas contra os mouros, ou seja, simplesmente considerá-los bárbaros e inimigos da civilização cristã, sendo necessário derrotá-los militarmente e impor-lhes a fé. Conforme salienta Riolando Azzi, a sujeição dos índios à servidão aos padres e à aceitação compulsória da fé cristã foi defendida veementemente pelos jesuítas e sustentada por ilustres figuras religiosas, como Manuel da Nóbrega e José de Anchieta. Isso porque no imaginário católico daquele período, as guerras e embates armados praticados em nome da religião eram considerados santos. A missão religiosa assumida pelos católicos portugueses junto aos “naturais” consistia em subjugar as nações indígenas à cultura portuguesa e à religião cristã, visto que para eles não havia distinção entre colonização e cristianização.

Em outro trecho do romance herbertiano, há um exemplo emblemático da natureza desses confrontos, bem como de seu fatal resultado. Nele Herberto Sales volta a incluir na narrativa uma personagem histórica, Garcia d'Ávila, alcaide real da Coroa Portuguesa, que em 1573 recebeu uma sesmaria na Bahia e acabou se tornando o primeiro e maior latifundiário do Brasil, com uma propriedade que chegou a alcançar 70 léguas, entre os rios

São Francisco e Parnaíba, no Piauí. As ruínas da lendária Casa da Torre, que funcionou quase como um forte, vigiando a costa marítima, localizam-se nas proximidades da famosa Praia do Forte. Apesar de esta lendária personagem estar situada pela história entre os séculos XVI e XVII, Herberto Sales o abriga em sua ficção, revivendo os tempos de poder e riqueza daquele que era então conhecido como “senhor e dono da metade da Bahia” em plenos fins do século XVIII, a fim de que o mesmo possa vender algumas de suas infinitas cabeças de gado ao protagonista Policarpo Golfão. Garcia D’Ávila é outro exemplo de uma personagem histórica costurada na ficção herbertiana e, não obstante as alterações cronológicas que lhe são submetidas, nesse caso sua identidade e papel se mantêm quase intactos, sendo simplesmente encaixados no enredo do romance. O fragmento abaixo refere os inúmeros embates entre brancos portugueses e índios nativos, sempre em disputa pela posse das terras. No relato empreendido pelos cronistas portugueses, narradores instituídos pelo escritor, a razão e o direito obviamente são atribuídos aos brancos, pois o que conta em relação ao direito de propriedade não é o fato de os nativos viverem ali a gerações, mas o documento, forjado pelos próprios, que garantia aos portugueses o direito “legal” de posse:

Vários combates se haviam travado ali, entre os portugueses e os índios, entre os índios e os homens de Garcia d’Ávila. A torre simbolizava a Lei. E, nela respaldado, nela em segurança albergado, Garcia d’Ávila soubera fazer valer os direitos de propriedade que Sua Majestade o Rei de Portugal lhe conferira mediante doação das terras daquela região – assim: pelejando resolutamente contra os índios, que sob o estulto pretexto de já os terem encontrado ali os portugueses quando chegaram, lhes moviam a estes teimosa guerra reivindicatória, sem contudo disporem de qualquer documento. E, recebendo assim tão dura ofensa dos índios, e ao mesmo tempo sabendo que não se desagrava uma ofensa com risco de outra, cuidou Garcia d’Ávila de submeter a morticínio os índios, para evitar que novas ofensas pudessem eles cometer contra os direitos alheios.

Policarpo Golfão, acompanhado de Almeidaão, cobriu sem nenhum perigo o trajeto através da mata: já não havia ali índio para matar à traição, sobre o sangue ainda fresco de outras vítimas, os viajantes que buscavam a Casa da Torre. Eram já outros os tempos: a concórdia ensinara a todos a obediência, a fé, o temor de Deus, e a todos distribuía a lei em igual balança a Justiça. Tudo isso para deleite de Deus e glória da Coroa Portuguesa. (SALES, 1998, p. 176 – 177).¹⁵

Para os portugueses, Deus estava do lado deles, e com a ajuda do discurso religioso da catequese, aplicada pelos padres, os índios deveriam aprender a obediência em primeiro lugar,

seguida então da fé e do temor a Deus. Mas, caso tal expediente não surtisse resultado, e fosse necessário usar de violência para expulsar os nativos e se apropriar de seu território, tais práticas eram igualmente consideradas legítimas e plenamente justificadas; não eram vistas como algo errado ou criminoso, e sim, como um mal necessário. Se a aparente ingenuidade dos narradores, sempre justificando e defendendo a cruel violência do europeu conquistador a ponto de muitas vezes não a reconhecer como tal, pode até parecer cômica e divertida algumas vezes, por outro lado ela também incita a uma profunda reflexão, ao revelar o lado trágico e sangrento dos acontecimentos, normalmente ocultado pela bonita “versão oficial”, que transforma crimes hediondos em atos de coragem e pinta déspotas sanguinários como mocinhos e heróis.

Pode-se citar como ícone desse tipo de estratégia, a partir do romance em questão, o protagonista Policarpo Golfão. Este, amparado pelas instâncias de poder e justificado por uma cultivada aparência de benevolência religiosa, através da qual enganava até a si mesmo, foi capaz de cometer atos de atrocidade, tudo sob o respaldo da lei que advogava em seu favor. Infelizmente, por mais que esses relatos do passado, verdadeiros ou fictícios, possam hoje impressionar e até mesmo escandalizar, o pior é saber que a injustiça, exploração e violência contra o ser humano mais fraco e desvalido continuam existindo, ainda que disfarçados sob roupagens mais atuais e eficazes.

Assim, ao revelar os pareceres daquele tempo antigo, Herberto Sales instiga o leitor a observar e estabelecer um parecer sobre o seu tempo, que é o agora, a fim de refletir o quanto ambos têm de semelhante e se de fato certas coisas mudaram ou não. Segundo Dong Won Park, através dessa reavaliação da história face à dimensão presente, o romancista “devolve a História aos olhos dos leitores numa imagem nova, dessacralizada e que nada tem a ver com o que a História oficial ensina” (1986, p. 105), o que caracteriza uma crítica de costumes que não se refere apenas a esse período passado, mas enseja reflexão a respeito da situação

¹⁵. Grifo meu.

presente, na medida em que aponta paralelos entre as injustiças sociais praticadas no passado e as vigentes na atualidade. A mesma sutileza benevolente que disfarçava os interesses ocultos no discurso religioso dos jesuítas do período colonial permeia nos dias de hoje muitos discursos ideológicos, dentro e fora do contexto da religião, que à semelhança de outrora, visam apenas manipular as massas a fim de servir-se delas para proveito de uma minoria que detém o poder e o usa em proveito próprio.

Além da ordem dos jesuítas (cujo poder e influência foi mais acentuado), dos franciscanos e dos beneditinos, outras ordens aportaram na Colônia a partir do século XVII: os capuchinhos, os mercedários, os lazaristas, os salesianos e os redentoristas, segundo relata Júlio Maria (1981). As Ordens femininas foram as últimas a chegar: em 1677 as clarissas desembarcaram na Bahia, onde fundaram um convento. O governo temia por sua segurança, dada a escassez de mulheres brancas na Colônia, conforme esclarece Márcio Moreira Alves (1979, p. 22). Mas é no século XVIII que a presença de religiosas femininas se intensifica, segundo Eduardo Hoornaert.

Nessa ficção de Herberto Sales, as mulheres religiosas também são mencionadas, ainda que anônimas sob a designação genérica de “freiras”, sem especificar qualquer tipo de ordem religiosa. Diferente dos padres, ironizados a partir de seu discurso religioso que é desmentido pelas práticas de manipulação e exploração de que participam em prol dos portugueses colonizadores, as mesmas são retratadas na obra como bondosas e alegres, e agem quase como alcoviteiras, hospedando a donzela Liberata, recém fugida da casa paterna para casar-se com seu amado Policarpo Golfão. Elas, juntamente com o padre Cosme, único religioso que escapou da crítica herbertiana, cuidaram do casamento sigiloso realizado na pequena e discreta Vila da Barra:

Na vila da Barra, encaminharam-se à casa das freiras. A priorisa, madre Conceição, recebeu Policarpo com um devoto rosto sorridente. Ele apresentou-lhe a ela, e às outras freiras, Liberata, que foi levada a um quarto, já para ela preparado: um quarto simples, como quadrava a uma casa de freiras, com uma cama e uma mesa, tudo muito limpo [...]

Enquanto Liberata e Policarpo se achavam na igreja, onde confessaram e comungaram, como lhes recomendara com piedoso rigor o padre Cosme, as freiras passaram a ferro o vestido de noiva, num alvoroço de participação, todas querendo ter a sua vez na ajuda; e, ao tocarem-no, ora erguendo-o no ar, por uma dobra, ora ajustando-lhe um vinco com o ferro, que faziam langorosamente deslizar sobre a alvura imaculada do tecido, sentiam arder-lhes os rostos, que se cobriam dum rubor acanhado e risonho. (SALES, 1998, p. 239 -241)

A simpática descrição das freiras constitui-se num grande contraste com a imagem perniciososa que o autor constrói para os personagens padres de sua narrativa, cuja referência a sua piedade e devoção religiosas é tal maneira carregada de ironia que de fato revela acusatoriamente sua participação no processo de exploração e violência, tanto contra o indígena quanto contra o negro.

Há que se reconhecer que todas estas Ordens, tanto as masculinas quanto as femininas, contribuíram no trabalho de catequese, na construção de igrejas, hospícios, colégios, instituições pias e beneficentes na Colônia. Entretanto, com exceção dos jesuítas, deixaram a desejar em termos de organização interna. Consta nas cartas de Luís dos Santos Vilhena que através da educação, oferecida apenas pelos religiosos, em especial os jesuítas, os quais espalharam colégios não apenas na capital baiana, mas em todas as vilas da Capitania, religiosos de ambos os sexos introduziam-se nas famílias, dentro das quais escolhiam novos discípulos que viriam a suceder-lhes no santo ofício. Essa situação provocou, em termos de desenvolvimento econômico, um grande retardamento, visto que, na época, ter pelo menos um filho ou filha dentro de alguma ordem religiosa era considerado sinal de proeminência e *status* social. Assim, rara era a família na qual não houvesse um, ou mais, irmãos e irmãs religiosas, ou então clérigos, padres, ficando a propriedade, seja ela fazenda agrícola, de criação de gado, engenho de açúcar, sob os cuidados de filhos bastardos, mulatos, filhos de mães diferentes e vindo a perder-se em pouco tempo, o que, segundo Vilhena, trouxe grande prejuízo para o Estado.

Além de ser a única religião permitida e reconhecida pelo Estado, o catolicismo no Brasil-colônia também era obrigatório, sob o risco de morte por condenação da Inquisição.

Entre o povo, principalmente os naturais da terra, com pouca ou nenhuma instrução, bem como entre os escravos, a imposição religiosa resultou no crescimento de um sincretismo disfarçado, no qual os cultos africanos passaram a adotar os santos católicos, identificando-os com os orixás de sua fé. Essa mistura religiosa, que até hoje marca a cultura brasileira, não passou despercebida por Herberto Sales, que a referiu pitorescamente em *Os Pareceres do Tempo*. No relato da “Festa da Cumeeira” (p. 130-137), que assinalava uma etapa importante da construção da sede da fazenda de Cuia D’Água, propriedade de Policarpo Golfão, intercalaram-se a missa católica, durante a qual o padre Salgado abençoou a propriedade, e os folguedos rituais dos negros escravos, proferidos na língua deles, com cantos e danças. Os índios, por sua vez, ainda que presentes à celebração, guardaram um silêncio no qual ficou implícito que o estabelecimento do branco português em suas terras não lhes dava motivo algum para comemoração. Aliás, os mesmos já haviam sido devidamente esclarecidos a respeito da novidade pelo padre Gumercindo, que os catequizara dentro dos ensinamentos da santa Igreja Católica. O trecho abaixo explicita a didática utilizada por esse padre no momento em que ele faz as vezes de diplomata, intermediando o primeiro contato entre o novo proprietário de Cuia d’Água, o capitão-mor Policarpo Golfão, e os índios Maracás, que ali tinham sua aldeia e suas pequenas lavouras de subsistência:

- Queridos filhos, amados irmãos. Como **repetidas vezes já lhes disse**, as terras desta região, todas as terras do Brasil, pertencem ao Rei de Portugal, porque foram os portugueses que, arriscando as suas vidas, descobriram o Brasil. Quando alguém é o primeiro a descobrir uma coisa, essa coisa passa a pertencer-lhe. Quer dizer: a coisa que ele descobriu passa a ser uma coisa dele. Assim, as terras do Brasil passaram a ser terras de Portugal, desde o dia em que os portugueses, como já lhes disse, descobriram o Brasil. Então, o Rei de Portugal, que é quem governa Portugal, começou a distribuir aos portugueses as terras do Brasil, que eram já terras de Portugal. **Já lhes expliquei isto muitas vezes, amados irmãos**, mas, ainda uma vez, quero repetir, neste momento em que o capitão Policarpo vem de Portugal. Assim **manda a lei de Deus** e assim quer a lei dos homens. Logo, se vocês, como todos nós cristãos, obedecem à lei de Deus, e, como homens, obedecem à lei que os homens, **segundo os ensinamentos de Deus**, criaram para que por ela os homens fossem governados, têm todos vocês, caros cristãos, de obedecer ao capitão Policarpo, que é, agora, o dono das terras onde vocês vivem e trabalham. Nestas terras, a partir de hoje, quem mandará é ele; porque, já que quem manda numa coisa é o dono da coisa, sendo ele o dono das terras, é ele quem vai mandar nas terras. De hoje em diante, amados irmãos, segundo a forma de costume, segundo a lei, vocês terão, portanto, de entregar ao capitão a metade de tudo que produzirem nestas terras de Cuia d’Água. É o sistema de meação, que cá introduzimos, amados irmãos, **para**

evitar que vocês trabalhassem em escravidão como os negros, que, sustentados pelo senhor deles, têm de lhe pagar a ele com trabalho o sustento. **Agradeçamos, portanto, a Deus, a graça da meação**, e tratemos de trabalhar e sempre trabalhar, porque o trabalho honra e dignifica o homem. (SALES, 1998, p. 98 – 99).¹⁶

Esse discurso traduz toda a lógica do pensamento colonizador da época, com sua linguagem coloquial e simplista, pontuada por repetições e redundâncias calculadas, bem como persuasivas expressões de afeto exagerado, tais como “queridos filhos”, “amados irmãos”, numa explanação prolixa e coalhada de reiteraões, como se fosse dirigida a crianças, deixando muito clara a subestimação da inteligência dos índios, ao mesmo tempo que busca se aproveitar de sua inocência para inculcar preceitos e valores apresentados como sagrados, mas de interesse dos portugueses. A demagogia desse sermão atinge seu ápice quando o sistema de meação imposto pelos brancos, no qual os índios precisam entregar a eles, legítimos “donos” das terras, metade de tudo o que produzem, é louvado como uma “graça” divina, por livrá-los da escravidão à qual são submetidos os negros. O próprio padre, falando à parte com Policarpo, justifica a natureza de seu método de explanação, o qual, em sua opinião, é muito eficiente ao seu propósito: “Desde que se lhes fale pausadamente, e com vocabulário reduzido, eles tudo entendem.” (p. 99). E arremata logo em seguida, numa atitude de plácida satisfação diante do dever cabalmente cumprido:

- Enfim, quando ao cabo de grande esforço de catequese, conseguimos fazer com que eles aprendam a obedecer, eles sempre obedecem, mesmo não entendendo bem o que se lhes diz. É uma gente dócil, de boa índole, desde que os convençamos a só usarem as suas flechas para caçar e pescar. (SALES, 1998, p. 99 – 100)

A lógica desse raciocínio é tão óbvia que chega a parecer ingênua e é essa quase inocência que surpreende e chega a desconcertar o leitor contemporâneo. Porém, passado o aturdimento dessa surpresa inicial, o peso da ironia, que camufla a barbárie contida nessa prática vil de exploração e recalcamento, tem um impacto violento, o qual é impossível se ignorar, quando enfim se percebe que, para além da ficção, existe a realidade relatada pelos

¹⁶. Grifos meus.

fatos testemunhados pela história, que não nega que tudo isso aconteceu de fato: os pareceres do tempo não mentem.

A crítica do romance transparece na maneira como os padres e fidalgos portugueses são retratados, como sendo cristãos extremamente devotos e benevolentes, o que os torna ainda mais hipócritas face às práticas cruéis e desumanas de exploração e injustiça, principalmente levando-se em conta a apropriação que fazem do discurso religioso a fim de atender seus interesses. Para os padrões da época, os quais não só incluem mas muitas vezes são determinados pela postura da Igreja, o índio era considerado uma espécie de animal a ser domesticado com o eficiente auxílio da religião; porém, caso o mesmo fosse rebelde à doutrinação imposta, não restava outra alternativa senão submetê-lo à dizimação sumária e absoluta, pela arma de fogo.

O negro, por sua vez, era considerado como raça inferior, tratado como mera propriedade, podendo ser negociado como qualquer objeto, e não tinha direito algum civil algum. Será que o fato de “as coisas serem assim naquele tempo”, em uma sociedade dominada pelos brancos, cujas práticas e costumes instituídos eram legitimados pelas instâncias de poder ocupadas por eles mesmos, dentre elas a Igreja, desculpa os portugueses colonizadores dos barbarismos praticados contra o povo nativo das terras “descobertas”, bem como dos horrores indescritíveis vividos pelos negros no longo período da escravidão? É evidente que não e seria no mínimo cumplicidade cogitar-se o contrário. A crítica que permeia todo o romance recai justamente sobre essas práticas, consideradas justas e normais por uma sociedade cruel e hipócrita, a qual, a despeito de todo o orgulho que sentia de sua propalada civilidade, tinha os pés atolados na lama e as mãos sujas de sangue e pólvora.

Os mesmos índios que no discurso anterior do padre, quando estava em jogo a aceitação pacífica do novo “dono” das terras, foram tratados por “amados irmãos”, “cristãos

como nós”, em outro momento são chamados de “cães” (p. 361), e considerados inimigos de morte.

O próprio Policarpo Golfão, tão nobre, heróico e religioso, não hesitou em organizar um violento ataque aos índios a quem fora apresentado como senhor e que, até então, o serviam humildemente com seu trabalho, em troca de habitar as terras de “sua propriedade” e viver dela. O referido ataque foi precedido de uma violenta sessão de tortura, à qual foi submetido um pobre índio capturado pelos homens que acompanhavam o capitão na caça aos maracás que haviam matado seu primo Quincas Alçada. Os requintes de crueldade incluem formigas carnívoras às quais foram oferecidas as partes pudendas do prisioneiro. Porém, após tão eficiente inquérito (Policarpo queria saber o nome do índio que havia alvejado seu primo com a flecha), a ironia do autor alcança um ápice de sarcasmo que oscila entre o humor e o escárnio: “Depois de convenientemente polvilhado pelo alferes, o índio repôs a tanga. O conduzi-lo mata adentro, nu em pêlo, não quadrava com **os sentimentos de moral cristã** dos cavaleiros andantes de Cuia d’Água.” (p. 362).¹⁷

É preciso lembrar mais uma vez que quem conta a história são os cronistas portugueses investidos dessa função por Herberto Sales, o que já vicia o relato de antemão. Ainda que nada se oculte quanto aos fatos, a maneira como os mesmos são relatados é extremamente parcial e tendenciosa. Mas é justamente pelo tom muitas vezes ridículo e lisonjeiro dessa versão, sempre ao lado do “herói” português (o que, na verdade, pontuou a história oficial como um todo a até bem pouco tempo), que o autor destila sua bem construída ironia, por vezes hilária, mas geralmente cáustica, principalmente quando se apela à tácita posse do favor divino: “(...) porque Deus era grande, e não ia abandonar num atoleiro sinistro, no meio duma mata sinistra, dez cristãos dispostos a morrer e a matar, em justa e nobre luta contra o gentio; [...]”. (p. 364 – 365)

¹⁷. Grifo meu.

Cabe aqui esclarecer que o termo “gentio”, conforme Champlin e Bentes, na *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia* (1995, p. 887-888), empregado algumas vezes na narrativa, pode ser substituído por “selvagem”, numa alusão direta aos índios em questão, mas também possui uma forte conotação religiosa e é utilizado à larga no texto bíblico sagrado para designar o indivíduo não judeu, ou seja, que não pertencia ao “povo de Deus”. Nesse sentido, pode-se interpretar a superioridade com que se viam os portugueses em comparação aos índios e negros, pois se consideravam o atual povo de Deus e, como tal, necessariamente merecedores de seu favor e proteção, de preferência em detrimento dos demais.

A poética descrição do acampamento indígena onde afinal os expedicionários acabam sua perseguição capta a harmonia entre o índio e a natureza, estabelecendo um contraste gritante com a violência que lhe estava reservada, promovida pelos brancos cristãos . Parece inacreditável que, diante de uma cena de tamanha placidez, ainda restasse disposição para encetar o embate sangrento e desigual, que ocorreu em seguida:

Havia uma clareira, onde os índios moviam-se lentos e descuidados, entregues aos seus quefazeres índios deles: ralavam mandioca, com mandioca faziam *cauim*, que bebiam, e farinha, que comiam. Três índias entreteciam cipós sentadas, acalentando no regaço uns balainhos que iam nascendo. Um índio soprava uma flauta de bambu; da flauta escorria uma música triste, que ia pingando tristeza em tudo. Era uma cena tão pura e essencial, tão embebida na essencialidade das coisas, com a mata rodeando calada e toda em verdor os índios, que parecia um começo de mundo: um mundo começando com um sopro de flauta. (SALES, 1998, p. 365 – 366).

É possível identificar nesse trecho uma alusão ao relato bíblico da criação do mundo, registrado no texto sagrado de Gênesis, primeiro livro do Antigo Testamento. Assim como na imagem construída por Herberto Sales, o mundo inicia com um sopro de flauta, é o sopro de vida do Deus Criador que anima o corpo do homem, moldado pelas próprias mãos divinas, em Sua imagem e semelhança.¹⁸ Porém, toda essa harmonia é subitamente quebrada pelo estampido do primeiro tiro, que além de fazer tombar ao solo o índio perseguido, “fez tremer o mundo” estabelecendo um verdadeiro caos de gritos e correria no acampamento. É a

¹⁸PT VTer Gênesis, capítulo 2, versículo 7.T

metáfora da intromissão violenta e despótica do homem na obra divina, instaurando o desequilíbrio que gera destruição e morte.

No que diz respeito à atuação da Igreja nos três séculos do Brasil Colônia, financeiramente dependente do Estado e praticamente abandonada por este, a mesma se abatia sob o grave problema do despreparo teológico dos padres que aqui atuavam, isso sem contar a escassez dos mesmos. O padre José de Anchieta (1584), no século XVI, e, mais tarde, o padre Antônio Vieira (1653), segundo José Carlos Rodrigues (2001), já criticavam com veemência a situação de abandono da Igreja, conseqüência da falta de padres e do parco ou nenhum preparo formal dos poucos que havia. Mas foi no século XVIII que a situação atingiu um ápice de decadência. Além dos problemas já mencionados, o clero atingiu tal estado de corrupção e falta de disciplina que seus valores já não se diferiam mais dos que possuíam os leigos contemporâneos: os padres participavam da vida econômica e política, muitos se tornaram comerciantes, agricultores, proprietários de escravos, até mesmo soldados e, inclusive, chefes de família. Porém, cada vez menos servidores de Deus e da igreja, conforme estudo de Márcio Moreira Alves (1979, p. 23).

É justamente neste século conturbado, principalmente depois da metade do século XVIII, que Herberto Sales vai situar cronologicamente o romance. O fôlego da narrativa e a intensidade dos acontecimentos nela contidos emprestam-lhe um caráter de saga. O enredo centra-se na história de Policarpo Golfão e Liberata Rumeção, a qual se inicia quando Policarpo recebe uma sesmaria em terras brasileiras da Bahia, presente do monarca português em reconhecimento aos préstimos de seu pai, morto heroicamente a serviço da Coroa; e encerra-se com a morte do protagonista, que ocorre poucos anos após a morte precoce de sua amada Liberata. As personagens recebem data de nascimento e de óbito, o que as situa em um tempo cronológico bem específico dentro da ficção:

AQUI JAZEM O CAPITÃO-MOR
 ANTÔNIO JOSÉ PEDRO POLICARPO GOLFÃO
 * 1763 - 1803 +
 E SUA ESPOSA
 LIBERATA RUMECÃO GOLFÃO
 *1773 - 1798 +
 DERRADEIRA E SENTIDA HOMENAGEM
 DOS SEUS FILHOS JOAQUIM E BRAULINO JOSÉ

(SALES, 1998, p. 409)

Dos dois filhos gêmeos que Liberata deu à luz alguns dias antes de morrer e que, portanto, acabaram sendo criados pela fiel escrava Gertrudes, a qual os adotou oficialmente após a morte de Policarpo, quatro anos depois, um deles, Joaquim, adoeceu e morreu de tuberculose, depois de levar uma vida dissoluta e boêmia na capital. O outro, Braulino José, permaneceu na fazenda decadente, amancebou-se com uma índia maracá, com a qual teve oito filhos, e chegou à extraordinária idade de 132 anos, atingidos com uma mente ainda lúcida, graças à qual, poucos meses antes de morrer, pode fornecer as preciosas informações a partir das quais os cronistas portugueses que o entrevistaram puderam elaborar a narrativa de *Os Pareceres do Tempo*, ocultando a respectiva autoria sob o “pseudônimo” de Herberto Sales.

2.4.3 Personagens Emblemáticas: Aspectos Religiosos e Metafóricos

O romance *Os Pareceres do Tempo* possui personagens de grande força e complexidade, a começar pelos protagonistas Policarpo Golfão, português muito religioso e determinado, e Liberata Rumeção, brasileira, baiana, descendente de portugueses, representante do povo nascido em solo nacional, que começava a se formar, também a partir da mistura das três raças fundadoras do povo brasileiro, o branco, o negro e o índio. Levando em conta a relevância sócio-cultural dessas três raças e a complexidade de relações estabelecidas entre elas no período colonial, as quais são reinterpretadas por Herberto Sales

nesse romance, este item traz uma análise de algumas personagens de *Os Pareceres do Tempo* consideradas representativas a partir da perspectiva das raças que representam, e sob as implicações do contexto sócio-histórico onde estão inseridas.

Considerando-se a situação dramática em que se encontrava o clero no século XVIII, com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759, e o papel que a história atribui ao clero no período colonial, a personagem do padre Salviano Rumeção, de *Os Pareceres do Tempo*, situado na narrativa como sobrinho-neto do ouvidor-geral Teodoro Rumeção, pai de Liberata, merece atenção especial nesta análise, por funcionar como uma espécie de padrão representativo de sua classe. Este padre atuava como capelão de um navio negreiro, denominado de “Salve-Rainha”, expressão que faz referência à Virgem Maria. A narrativa menciona ainda outra embarcação utilizada para o tráfico de escravos, de nome igualmente religioso: “Corveta Augusta”, numa alusão a anjo.

Como capelão de um navio negreiro, tinha o padre Salviano direito a cinco escravos por viagem, dos quais poderia dispor como quisesse, como vendê-los e assim obter lucro. O espírito do negociante sobressai-se em larga vantagem sobre o do sacerdote, no momento em que gaba sua mercadoria em face de um comprador interessado. O júbilo fervoroso desse religioso é exaltado com tal exagero no relato pormenorizado dos narradores que quase convence de sua sinceridade: “E ele, além de gabar com afinco a mercadoria ali comercializada, peça por peça, e todas no conjunto, foi com os olhos cintilando de regozijo cristão que proclamou estarem todos os escravos devidamente **batizados e portando, já, nomes de gente.**” (p. 37).¹⁹

A ênfase irônica que configura a crítica herbertiana se torna mais contundente levando-se em conta o fato de o personagem ser um religioso, do qual comumente espera-se, até os dias de hoje, um comportamento pautado em valores éticos e morais, pautados pelo amor, piedade e justiça, fundamentos essenciais da fé cristã. Porém, parece que a piedade

religiosa, por maior que fosse, não alcançava realmente os negros e índios. Para o branco em geral, os povos de cor não possuíam *status* de “gente”, com direito a respeito e dignidade. Da mesma forma, atualmente são discriminadas e maltratadas minorias representativas as quais, na prática, são constituídas pela maioria da população, mas sem acesso aos bens de capital e ao poder.

Todo o interesse do padre Salviano, bem como o motivo de sua contagiante alegria, residia no lucro que uma boa venda das “peças” lhe proporcionaria. E ele não mede esforços para persuadir seu freguês em potencial a comprá-las: “- Agora, é casá-los; vão procriar, fácil e muito. Com dois casais destes produz-se toda uma escravatura.” (p. 37) Os termos utilizados na descrição física dos dois casais tão efusivamente elogiados pelo padre denotam a condição de animalidade imposta a eles: “E os dois pares de jovens negros – os **machos**, de escorridos braços musculosos, as **fêmeas**, de quietas mamas empinadas – sorriram sem entender, conquanto entendendo que deviam sorrir quando o padre lhes sorrisse.” (p. 37)

O caráter avarento do padre Salviano, bem como sua cupidez, disfarçada sob uma aparência de fé devotada, é descrito com humor sardônico, no trecho abaixo, e reflete bem a mentalidade clerical vigente:

[...] as dificuldades que atravessara, se por um lado lhe haviam ensinado a sofrer com resignação, para assim poder melhor servir a Deus, também o tinham feito descobrir uma verdade a um só tempo simples e profunda: o espírito religioso será tanto mais forte quanto mais imbuído esteja de espírito prático. A propagação da Fé, dos ensinamentos da Igreja; o empenho em manter os fiéis à salvaguarda do Demônio, pregando-lhe a palavra de Jesus, e ensinando-lhes a serem justos uns com os outros; o piedoso pastoreio das almas, para manter em fervorosa união o rebanho de Deus – se, de fato, todas essas altas atribuições dignificavam e elevavam a missão do sacerdote, não havia, **na prática, como preterir, no exercício delas, a pecúnia, a remuneração, o santo e rico dinheirinho.** Afinal, sem ele, haveria inevitavelmente a fome, a condenação à morte pela fome, o que seria indesejável a qualquer sacerdote, no exercício regular e eficaz de sua missão, **porque só nos mártires assentava tão terrível sacrifício. E os mártires, como se sabia, tendiam, com o progresso, a desaparecer de todo.** (SALES, 1998, p. 27 – 28).²⁰

O padre Salviano achava-se muito satisfeito em trabalhar como capelão do navio Salve-Rainha, já que seus ganhos eram muito melhores que os recebidos em sua antiga

¹⁹. Grifo meu.

“paroquiazita” de Trás-os-Montes, em Portugal. Além do mais, havia o “abono” adicional dos cinco escravos por viagem. De maneira simples e objetiva, sem o menor constrangimento ou dificuldade, ele descreve em que consistiam suas tarefas e atribuições dentro de sua rotina como trabalhador religioso:

E o trabalho a bordo não era desinteressante; ao contrário, era não apenas construtivo, como reconfortante para um sacerdote. Havia que batizar todos os negros, segundo os mandamentos da Santa Madre Igreja, cristianizá-los, para que assim se salvassem e saíssem das trevas onde até então tinham vivido. E, se estavam a morrer, como muitas vezes acontecia durante a travessia oceânica, era levar-lhes com presteza e piedade a extrema-unção, colocando-os sob a proteção da misericórdia divina, na passagem desta para melhor. No mais, era ensinar-lhes o que podia, de rudimentos do idioma português, que aprendiam com muita dificuldade, conquanto logo o aprendessem em grau suficiente para entender as ordens que lhes eram dadas, e que cumpriam com obediência e respeito, ainda que eventualmente à custa de palmatória e chicote, de resto instrumentos de largo e consagrado uso. (SALES, 1998, p. 28)

Nesse trecho, observa-se basicamente a mesma prática utilizada para domesticar o indígena, através da catequização religiosa imposta, não com o interesse de incutir-lhes a fé cristã, mas a fim de condicioná-los mais facilmente à escravidão, mediante o recalcamento de seus valores e cultura, conforme esclarece Evelina Hoisel (p. 211). Para a igreja, na época e de um modo geral, a escravatura era algo não apenas natural, mas necessário, essencial para o desenvolvimento da economia, idéia amplamente retratada nessa obra de Herberto Sales, segundo palavras do português José do Vale, capitão-do-mato contratado por Policarpo Golfão para trabalhar na futura fazenda em Cuia d'Água: “Cá o Brasil é a melhor colônia de Portugal. Há de tudo cá, **desde que para o termos façamos trabalhar o negro.**” (p. 62).²¹ No trecho a seguir, o autor apresenta uma descrição de como se costumava conduzir as “peças” trazidas no navio negreiro para o mercado onde seriam negociadas e, depois, para a propriedade do comprador, atravessando as ruas da Cidade da Bahia (atual Salvador), num espetáculo patético e deprimente, mas tão comum ao mesmo tempo, que nem era mais percebido pelos transeuntes:

²⁰PT Grifos meus.

²¹. Grifo meu.

Acorrentaram-nos assim uns aos outros, deixando-se-lhes todavia livres os movimentos das pernas, para que pudessem caminhar; quanto aos braços, foram devidamente imobilizados, com o conservarem-se esses membros atados por trás; e, ainda, enrolou-se-lhes em volta do pescoço uma comprida corda, com nós corrediços, que eventualmente lhes apertariam a garganta, a ponto do estrangulamento, se porventura intentassem fugir. O encarregado da locomoção deles, cognominado capitão-do-mato, puxava-os pela ponta da corda, evitando todavia esticá-la. [...]

O levar ou trazer escravos assim acorrentados e amarrados, como se descreveu no lembrete, era fato assaz corriqueiro naqueles tempos, nas ruas da Bahia; ninguém lhes prestava atenção, ou quase ninguém. Não se desdenhasse, entretanto, da possibilidade de um outro transeunte, vendo-os passar por essa forma acorrentados, apiedar-se deles em algum momento. (SALES, 1998, p. 57 – 58).²²

Os africanos consistiam numa força de trabalho imprescindível, no mesmo grau de importância dos animais, e com a vantagem de se prestarem a múltiplas utilidades, muito além dos quadrúpedes. Apesar de diligentemente batizados pelo devotado capelão do navio e tendo assim recebido nomes católicos, continuavam sendo vistos como animais e, como tais, faziam parte do patrimônio:

Ajoelhados diante do padre Rapallo, os largos chapéus de feltro a pender-lhes das mãos, e após ouvirem a Santa Missa – Policarpo Golfão e o seu primo Quincas Alçada receberam, com borrifos de água benta, a bênção que piedosamente reclamavam, para sob a proteção de Deus encetarem a viagem até Cuia d'Água. Depois, **como convinha à hierarquia, que a religião requeria, por ser ela própria uma instituição hierárquica**, receberam igualmente a bênção, ajoelhados em grupo diante do padre Rapallo, as demais gentes – a saber: José do Vale, o capitão-do-mato; Bertoldo, seu auxiliar dele; e Joaquim Dinis, o mestre-de-obras, e seu filho Serafim. Finalmente, andando a passo ao longo do comboio, seguido do sacristão, que devotamente ia provendo-o de água benta, o padre Rapallo benzeu os animais e os escravos, aspergindo-os com o hissope. (SALES, 1998, p. 69 – 70).²³

Observa-se que, dentro da hierarquia religiosa demonstrada nesse trecho, os escravos não apenas são colocados junto com os animais, mas aparecem mencionados depois deles. Essa condição de inferioridade encontra eco em outro trecho do romance, no qual consta o relato da penosa viagem entre Cachoeira e Cuia d'Água, para onde se estavam transportando ferramentas, material de construção, animais e, naturalmente, os escravos adquiridos em Salvador, para o início das obras da futura fazenda do capitão Policarpo: “Na passagem de rios, que atravessavam no vau, semelhavam as circunstâncias de utilização dos escravos, **que de novo se juntavam aos bois**, para juntos levarem avante os carros e com estes a

²² Grifo meu.

²³ Grifo meu.

viagem.”(p. 71).²⁴ O escárnio é pungente na descrição do “incentivo” do qual muitas vezes se lançou mão, no sentido de garantir o sucesso dos negros em tão dura empreitada: “ Num e noutro caso, o José do Vale e o Bertoldo também recorriam à chibata, sem cujo **estímulo vivaz** não veriam os escravos coroados de êxito o seu esforço deles.” (p. 71).²⁵ Relatados dessa forma, os açoites aplicados pelo capitão-do-mato e seu ajudante mais parecem um benevolente favor, sem o qual os negros jamais conseguiriam dar conta da jornada, do que um suplício que só fazia ainda mais árdua a travessia dos atoleiros encontrados pelo caminho.

Além do padre Salviano Rumeção, já mencionado, *Os Pareceres do Tempo* referem pelos menos mais três padres: o padre Cosme, que tinha a sua paróquia na pequena Vila da Barra e foi cúmplice do amor clandestino de Policarpo e Liberata, realizando-lhes o casamento escondido; o padre Salgado, companheiro do padre Gumercindo na paróquia de Monte Alto, pequeno lugarejo onde se localiza Cuia d’Água, sesmaria recebida por Policarpo; bem como o próprio Padre Gumercindo, cuja atuação como catequista teve papel crucial no entendimento inicialmente pacífico entre os índios maracás, habitantes nativos da região, e o novo dono de suas terras, o capitão-mor Policarpo Golfão. Não se pode esquecer também do padre Rapallo, cujo nome consta no trecho transcrito acima, o qual concedeu a bênção religiosa a Policarpo Golfão, Quincas Alçada, bem como a todos os seus empregados e bens (incluídos aí os negros escravos adquiridos na Bahia), quando o grupo passou pela vila de Cachoeira, a caminho de Cuia d’Água.

Não se espera tampouco se exige que os acontecimentos e os comportamentos literariamente criados nessa ficção herbertiana encontrem ecos pontuais e exatos no que se acha registrado como história oficial. Contudo, cabe aqui mencionar que, com o advento do Iluminismo²⁶, começaram a acontecer radicais reformas no Brasil durante o reinado

²⁴ Grifo meu.

²⁵ Grifo meu.

²⁶ Segundo definem Paulo Miranda Gomes e Vera Lúcia Barbosa Gomes, em *História Geral* (1977, p. 179-180), o **Iluminismo** foi um movimento intelectual surgido na Europa no século XVIII, o qual se levantou contra

português de D. José I e sob a liderança do Marquês de Pombal, então administrador da colônia. Após o abalo provocado na Europa e Estados Unidos pelos movimentos iluministas, entre eles a Revolução Industrial, a Revolução Americana e a Revolução Francesa, a Coroa Portuguesa, visando preservar seu poder, implantou o chamado “despotismo esclarecido” ou ilustrado, que consistia em acrescentar ao absolutismo monárquico existente os princípios filosóficos iluministas.

Entre as muitas e radicais reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, as quais atingiram a economia mediante a criação de indústrias e companhias de comércio, ocorreu também uma profunda reforma no ensino, até então exclusivamente sob tutela religiosa. A primeira e essencial medida adotada nesse sentido, como já foi mencionado, foi a expulsão, em 1759, dos jesuítas de todo o Reino de Portugal e suas colônias, entre elas o Brasil, como forma definitiva de abolir sua influência intelectual, considerada então inadequada aos novos interesses do governo, que passou a dar grande incentivo ao desenvolvimento das ciências.

Para a igreja, a expulsão maciça dos jesuítas só fez tornar ainda mais crítica sua situação na colônia, sendo que pertenciam à Companhia de Jesus o maior contingente de religiosos e projetos em atividade, gerando um vazio catastrófico em áreas de trabalho como catequese, ensino, disciplina, bem como sua influência e controle junto às outras ordens religiosas.

O período colonial brasileiro foi marcado por um obscurantismo intelectual e religioso, o que praticamente isolou a colônia do mundo exterior. A única religião permitida era o Catolicismo Romano, considerada como detentora dos bens espirituais capazes de promover a salvação da alma e que abrigava sacerdotes das diversas ordens já mencionadas. Até o final do século XVIII, graças à crise que se abateu sobre a igreja, provocada pela expulsão dos jesuítas, o descaso do Estado sobre a instituição da qual era responsável, somado

o absolutismo monárquico em vigor, bem como contra o mercantilismo e a desigualdade social, privilegiando a razão, a ciência e a liberdade, em oposição à tutela do saber exercida pela religião, principalmente a Católica

à indisciplina e desorganização das ordens remanescentes, formou-se um catolicismo popular, permeado de crendices, superstições e tradições. A maior preocupação do clero atuante era com a organização de festas religiosas, procissões e devoções a santos particulares. Permanecia no consciente coletivo a idéia da unidade indissolúvel entre poder eclesiástico e poder político, fruto do relacionamento multissecular entre Igreja e Estado no Brasil e em Portugal, segundo Joaquim Fischer (1984, p. 24-25).

A secularização exigida pelo Iluminismo, que quebrou a rígida tutela do saber mantida até então pela religião, fomentou a eclosão de vários movimentos que reivindicavam maior liberdade política e incremento do desenvolvimento econômico. No tocante a uma maior liberdade religiosa na colônia, um fato circunstancial favoreceu tal avanço: quando o príncipe regente D João precisou vir ao Brasil em sete de março de 1808, fugido das tropas de Napoleão Bonaparte que grassavam na Europa, o único país que defendeu Portugal foi a Inglaterra, nação de maioria protestante.

Mais tarde, após a independência da colônia brasileira em sete de setembro de 1822, a Carta Constitucional, outorgada em 25 de março de 1824, previa a tolerância religiosa em seus domínios, coisa inusitada na história de Portugal, mas necessária graças à dependência econômica inglesa e à vinda de centenas de imigrantes europeus que se estabeleceram no Brasil, entre eles alemães, irlandeses, suíços, todos de origem protestante. No entanto, a religião oficial do Império continuou sendo a Católica Apostólica Romana, mantida pelo Estado, o qual lhe assegurou sua imunidade e privilégios gozados anteriormente. Ao praticante de qualquer outra religião eram vedados os direitos políticos no Império, conforme José Carlos Rodrigues (2001, p. 37).

Além da doutrina catequista, usada tão largamente em prol de um estabelecimento pacífico do português conquistador em terras indígenas, a pregação proferida nas missas assistidas pelo povo humilde da região tinha caráter fortemente alienante e conformista, como

se pode constatar no trecho abaixo, no qual é relatado o teor do sermão proferido pelo padre Salgado durante a solene festa de Senhor dos Passos, padroeiro de Monte Alto:

À homilia, já então se expressando em português, ao invés de o fazer em latim, porque não se dirigia mais a Deus, mas diretamente ao povo, o padre Salgado produziu um vibrante sermão contra o pecado, concitando os fiéis a tudo obrarem em prol da salvação das suas almas, mesmo nas circunstâncias mais adversas, sentindo frio ou passando fome, visto que para nos salvar sofrera muito mais na cruz Nosso Senhor Jesus Cristo. E verberou a Inveja, o feíssimo pecado de Caim, aconselhando os pobres a que jamais invejassem os ricos, antes soubessem aceitar com resignação e sabedoria a sua condição de pobres, mesmo porque, a admitir-se que os pobres eram infelizes, mais infelizes ainda seriam eles sem os ricos. E os fiéis, persuadidos pela eloquência do padre Salgado, a banir dos seus corações a Inveja, e a prosseguir, quando pobres, na pobreza resignada, acompanharam, cheios de propósitos pios, e de joelhos, a elevação do cálice e da hóstia; e enquanto se benziam, foi com velado estremecimento de beatitude que ouviram o retinir da sineta ritualística. (SALES, 1998, p. 150)

Recorrendo mais uma vez à fina ironia, o autor denuncia o discurso demagógico e pernicioso da igreja que, valendo-se de sua autoridade espiritual e moral calcada no respeito temeroso inculcado pelo sagrado, empenha-se pela manutenção de um sistema de exploração e desigualdade social do qual ela mesma se beneficia. O povo, escravo de sua ingênua ignorância, deixa-se levar fácil e docilmente, tangido pelos padres através dessas artimanhas dialógicas, fundamentadas no medo do mistério alimentado com uma infinidade de rituais impressionantes e práticas supersticiosas, que por fim só fazem embotar sua compreensão e suprimir qualquer ameaça de questionamento.

A atuação do padre Gumercindo também foi decisiva para que Policarpo Golfão tomasse posse tranqüilamente das terras que compunham a sesmaria obsequiada pelo monarca português. Através dessas personagens da ficção, o escritor revela a mentalidade elitista que norteava a atividade de muitos religiosos naquele tempo, por um lado conscientes de sua influência e poder de manipulação sobre essas pobres massas populares e, por outro, parecendo estar realmente convencidos da integridade e legitimidade de seu discurso e prática, o que lhes granjeia uma quase inocência face ao criminoso e violento processo de conquista e exploração colonial do qual participaram, ainda que indiretamente, através de sua principal arma de persuasão: a catequese religiosa.

Ali, naqueles cantos e recantos de mundo, tinham sido eles em outros tempos hostis ao branco, sabendo deles defender com denodo as terras, ou preferindo nelas morrer, por lhes ser tão estimado o chão que trabalhavam, quanto as cabanas que nele construía e viviam; porque ali era a nação deles e o lar que eles tinham.

Mas, depois, o branco mostrou-lhes, porque assim lhe parecia a ele, que – embora recorrendo ao arcabuz, para com essa arma de fogo revidar a flecha – tudo que queria era levar-lhes a palavra de Deus, incutindo-lhes no coração amor, e na alma afetos piedosos. Em resumo, tudo que queria o branco era tirar das trevas da ignorância e da maldade o gentio, como em outros lugares do grande mundo já haviam feito, e conduzi-lo em segurança pelas trilhas do Bem, ensinando-o a viver em paz com Deus e com a própria consciência, devotado ao próximo e amando-o como a si mesmo.

Os índios maracás, conquanto não partilhassem logo esse nobilíssimo ensinamento, e não cedessem logo ao arcabuz do branco, contra eles empregado como recurso extremo, na defesa superior da civilização cristã, cederam à piedade que nos seus rudes espíritos introduziram afinal, clareando-os, o padre Gumercindo e o padre Salgado, **em trabalho de ardente e proveitosa catequese**. (SALES, 1998, p. 96 – 97).²⁷

Nesse trecho fica evidente a estratégia muito eficiente, por sinal, de justificar todas as violências praticadas contra os índios pela sua não aceitação imediata da “verdadeira fé”, trazida pelos brancos. A partir desse tipo de raciocínio, é possível até mesmo responsabilizar os milhares de nativos dizimados por seu próprio genocídio!

Na carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei Dom Manuel, os portugueses manifestaram sua paixão por cristianizar todos os povos encontrados nos novos territórios conquistados. Em todas as colônias lusas, não apenas na brasileira, igreja e realeza trabalharam juntas para instaurar o controle das mesmas, conforme Arruda e Piletti (1995, p. 143). Em nome da Religião, todas as formas de dominação e imposição cultural, entre elas a descaracterização dos costumes e valores culturais daqueles povos, a começar pela perda da identidade pessoal, efetivada através da mudança do nome de origem por outro, estrangeiro, geralmente de origem religiosa, foram praticadas sistematicamente durante todo o período do Brasil Colônia. Segundo registra Evelina Hoisel em seu artigo *O jogo da identidade e alteridade: uma leitura da catequese* (1992, p. 224), “A salvação implica em um processo de substituição de marcas. A aceitação da doutrina cristã é a aceitação do regime escravista da sociedade mercantilista portuguesa.” Porém, ainda que parecesse fácil aos padres incutir nos nativos os ensinamentos cristãos, graças à docilidade que demonstravam bem como à pronta receptividade a essas

novas marcas culturais, por outro lado não existia garantia alguma quanto à permanência das mesmas, pelo contrário: a já referida “inconstância” dos gentios, da qual Evelina Hoisel trata em seu artigo (p. 214-215), cedo revelou-se um problema que minava a eficiência da catequese, pois com a mesma rapidez com que os mesmos aceitavam as marcas culturais do colonizador, as apagavam, voltando aos seus antigos costumes e crenças. No romance herbertiano, a personagem do padre Gumercindo já percebera essa dificuldade e alerta a respeito da mesma, como pode se constatar no trecho abaixo:

- É preciso cuidado com o gentio. Com índios todo cuidado é pouco. Não raro, quando já catequizados os supomos, descobrimos um belo dia que em verdade não logramos fazer com que Deus lhes penetrasse os corações. E então, a um pretexto quase sempre imprevisível, toda a impiedade deles refluí para a origem ímpia dela, e todo um grande e extenso mal se propaga rapidamente entre eles, como um rastilho de pólvora. **Tudo volta ao que era antes. E todo um novo trabalho de catequese tem de ser feito, como antes se fez.** (SALES, 1998, p. 285).²⁸

Quando os pacíficos maracás enfim atacam violentamente a sede da fazenda de Policarpo, ateando-lhe fogo e matando seu primo Quincas Alçada, são sumariamente acusados de impiedade, quando, na verdade, o que deflagrou a revolta foi o ato insano de Quincas, o qual, perdido de amores pela índia Iuru, a deflora, ofendendo gravemente a honra de seu povo, os até então pacatos e subservientes índios maracás. Ou seja, essa atitude hostil não foi gratuita, mas teve um motivo concreto e justo, pois se a ofensa tivesse sido sofrida pelos brancos, a reação teria sido no mesmo nível, talvez até pior.

Como consequência dessa quebra das relações até então cordiais entre os maracás e o branco dominador, os mesmos abandonam as terras onde habitavam, e que agora pertencem a Policarpo, e buscam refúgio na mata, seu *habitat* natural. Mas não é só o ambiente que muda; as marcas culturais também são imediatamente renunciadas e os índios voltam a usar antigo nome, com o qual eram identificados a partir de traços de sua língua e cultura, traços esses que haviam sido desprezados e apagados pelo piedoso batismo do padre português:

²⁷PT Grifo meu.

TP²⁸PT TGrifo meu.T

- Não sou Gonçalo! – respondeu o índio, evidentemente zangado. – Meu nome é Icurê. Gonçalo foi nome que padre botou em índio. Gonçalo é nome de branco. Icurê não é branco. Índio é índio. Meu nome é Icurê. (SALES, 1998, p. 358).

A grave denúncia da violência e covardia que marcaram todo o processo de colonização das novas terras é revelada através contradição vivida pelos religiosos católicos, os quais, por um lado, pregavam com veemência uma religião cujos princípios são baseados no amor ao próximo, na tolerância, perdão, bondade, extraídos do texto bíblico no qual se acham registrados os ensinamentos de Jesus, ícone fundador do Cristianismo²⁹. Porém, ao mesmo tempo, não só eram coniventes com o assassinato dos “gentios rebeldes”, como o consideravam necessário e inevitável, único recurso a ser aplicado quando os mesmos se recusavam a obedecer e aceitar sua “mensagem de paz”.

O próprio personagem Policarpo Golfão traz essa curiosa incoerência, fazendo conviver em si extremos de piedade e devoção cristãs com arroubos de violenta ira, acompanhados de atos de atroz crueldade. Num livro escrito com “feitio de romance de cavalaria” (p. 389), o protagonista é um personagem romântico, quase um cavaleiro andante. Ainda assim, na narrativa não constam apenas sua determinação e coragem; ela descreve também seus arroubos de ira, aponta a cruel frieza com que a personagem comandou um feroz ataque contra uma tribo de índios indefesa, movido unicamente por um obsessivo desejo de vingança. E foi em nome dessa vingança que Policarpo foi capaz, inclusive, de deixar sua amada Liberata sozinha, justamente no momento em que ela mais precisou dele. Por ocasião do nascimento dos filhos gêmeos, a jovem mãe foi acometida de uma doença que rapidamente a levou à morte.

Todos esses fatos mostram, antes de mais nada, uma figura essencialmente humana, cuja nobreza de caráter e devoção religiosa não isentam de mesquinhas e vilezas. Policarpo Golfão não é um herói mitológico, cavalgando seu garboso alazão com porte imperioso,

tampouco um deus invulnerável. Ele é, acima de tudo, um homem de carne e osso, capaz de surpreender com sua coragem e bravura em alguns momentos, bem como assustar com o ímpeto de sua ganância, ódio e crueldade. O fiel devoto que encomendou em Roma uma imagem do Senhor dos Passos do tamanho de um ferrão de boi (o que foi realmente feito por Policarpo de Athayde) e, depois mandou erguer uma igreja para abrigar a imagem em Monte Alto, é o mesmo homem que, movido pela vingança, comandou o impiedoso massacre aos índios maracás.

Em *Os Pareceres do Tempo*, Herberto Sales não está contando uma saga de heróis, daquelas que encantam e seduzem, conforme observa Dong Won Park, em seu estudo intitulado *A Técnica Narrativa Realista na Ficção de Herberto Sales* (1986, p. 104-105)). O romance traz, antes de mais nada, uma história de vida, com todas as suas glórias e mazelas, movendo-se e existindo a partir de uma ficção construída de acordo com os valores e padrões de uma época, sob a carga de imperfeições e limitações humanas que nunca mudam, mas a cada época se repetem.

Outra personagem carismática e impregnada de força e magnetismo é a heroína Liberata Rumeção, já mencionada. Sua composição, assim como a de Policarpo Golfão, traz em si reflexos de uma mulher com o mesmo nome, que existiu realmente. Segundo relata o autor em suas memórias, publicadas no *Subsidiário: Confissões, Memórias e Histórias* (1988), a Liberata de *Os Pareceres do Tempo* tem em comum com a Liberata que existiu na vida real, além do nome, ter um pai ouvidor e o fato de ter sido raptada (com seu consentimento, é claro!) pelo amado Policarpo, ambos inconformados, o da realidade e o da ficção, com a recusa do pai da moça ao pedido de casamento. Fiéis à conotação do nome, ambas possuíam um forte instinto de liberdade, e agiam movidas por uma ousadia apaixonada, incomum para uma mulher daquela época, e que as coloca à frente de seu tempo.

²⁹ Ver o *Sermão do Monte* – Mateus, cap. 5. In: *Bíblia Sheed*. Editor responsável Russel P. Sheed. Tradução em português por João Ferreira de Almeida. 2.ed. rev. e atual. São Paulo: Vida Nova; Brasília: Sociedade Bíblica do

Contudo, a Liberata da ficção, segundo Herberto Sales, “resultou de um amálgama de vários tipos de mulher” que conheceu. Ao falar sobre esse romance no *Subsidiário: Confissões, Memórias e Histórias*, o escritor também menciona a Fazenda Boa Esperança, que na narrativa pertencia ao personagem José Honório e hoje está em ruínas, tendo sido construída por seu antepassado Policarpo de Athayde, na cidade de Morro Alto. Mais tarde ele a vendeu para pagar dívidas, mas perdeu o dinheiro no jogo, num final absolutamente inglório se comparado ao do Policarpo Golfão da ficção, porém não menos trágico.

A Liberata herbertiana é brasileira, nascida ali mesmo, na Bahia, ainda que na época ser brasileiro nato não representasse grande *status*. Segundo declara Judith Grossmann, no ensaio “O parecer dos pareceres”, publicado no suplemento de cultura do Jornal *A Tarde*, em 19 de setembro de 1992, “a figura de Liberata é o que de mais fresco, virgem e encantador existe nesta obra, mostrando-nos que o vulto da mulher íntegra e decidida, capaz de abandonar tudo para cumprir fulgurantemente o seu destino, é de todas as épocas.” (p. 3).

Associada à figura arrojada e sensual da amazona, que se despe da delicadeza de seus vestidos e anáguas para, vestindo roupas de homem mais confortáveis e adequadas à discreta fuga que empreende para casar-se com seu amado, essa romântica Liberata é uma mulher corajosa e determinada, capaz de não apenas enfrentar o pai, mas de ir contra todas as convenções da época e aceitar o desafio de viver numa região agreste para ficar ao lado de seu grande amor. O relato de uma das muitas noites (no caso, manhã!) de amor dos dois mostra que no lugar da virgem inexperiente e tímida da primeira vez há agora uma mulher sensual e apaixonada, que sabe o que quer e não hesita em tomar o que é seu:

Excitado, numa perturbação, ele rapidamente desnudou-se. E ela, deitada ao lado dele, percorreu-lhe então o corpo com a mão curiosa e tateante – os braços, o peludo peito, as pernas, os joelhos. De repente, sentiu-o crescido e rijo; e empunhou-o, fechando sobre ele a mão deslumbrada, com deslumbrado vigor, como num ávido anel. Soltou-o em seguida, por um breve instante; e, desvestindo num ímpeto a camisola, ainda num ímpeto montou sobre Policarpo, nua, nua. E, descerrando os brancos das coxas desabrochadas, abriu-se toda, numa dádiva; e deixou-se maciamente traspasar, suspirosa e gemente. Quando o teve todo recolhido, entrou a

cavalgá-lo, num vagaroso galope, que aos poucos ganhou um ritmo vivo, uma pressa estimulante. Policarpo arfava, os olhos entreabertos para ela, como numa dúvida: era como se ela viesse do fundo dum sonho, e até ele chegasse numa realidade aturdida. Súbito, Liberata – a cabeça pendida sobre o peito, os cabelos a caírem-lhe fartos para a frente, deixando contudo entrever, como através de esfiada cortina negra, as alvuras arredondadas dos seios – súbito, Liberata, no seu galopar incessante e sôfrego, refluiu para a visão daquela jovem amazona que, na temporada passada em Monte Alto com o irmão, cavalgava pela colina de Cuia d'Água, antes de ali ir ter Policarpo. Era uma visão que sempre o perseguira, em sua romântica sugestão campestre. E Liberata galopava e galopava. (SALES, 1998, p. 303 – 304)

O sincero e profundo amor de Policarpo e Liberata enche as páginas de *Os Pareceres do Tempo* de poesia, quebrando um pouco o pesado sarcasmo que ao mesmo tempo as impregna, o qual funciona como instrumento de denúncia dos barbarismos praticados pelo branco europeu, dito “civilizado”, contra os mais fracos – o índio nativo e o negro escravo. Contra a intrepidez do índio selvagem, ignaro das inovações bélicas da pólvora, mas aliado da terra e da natureza, o poder de fogo do arcabuz e, na insuficiência deste, a eficiente artimanha da catequese. Contra a intimidadora força física do negro, a rispidez da chibata e a inexorabilidade das correntes, dos grilhões, dos crudelíssimos e desumanos castigos no tronco, desvalidos que são pela expatriação compulsória, não só da terra natal, mas da língua, da cultura, a começar pelo apagamento do próprio nome.

Na menção das duas raças oprimidas e exploradas, a do índio e a do negro, por uma terceira, a do branco, fazem-se objeto de análise dentro do romance de Herberto Sales três personagens fortemente emblemáticos: a negra escrava Gertrudes, o mestiço Vavá Tapuio e o negro forro Domiciano.

A negra Gertrudes fazia parte do grupo de cinco escravos que Policarpo comprou do padre Salviano Rumeção, capelão do navio negreiro Salve Rainha. Ela imediatamente chama a atenção de seu novo dono pela beleza e perfeição de seu corpo. De igual modo, também a moça contempla seu patrão com vivo interesse. No entanto, essa atração latente, graças à qual a escrava obteve algumas regalias e proteção especial de seu patrão, jamais chegou a concretizar-se, fato esse que chamou a atenção do escritor Jorge Amado, que se considerou

satisfeito com a maneira como Herberto Sales tratou essa relação branco-negro, por não tê-los unido sexualmente, o que teria soado como fato corriqueiro, caso tivesse acontecido.

Não obstante toda a sua beleza, que tanto seduziu o negro alforriado Domiciano, Gertrudes nunca se casou. Permaneceu fiel a Policarpo, “no secreto amor que sem esmorecimento lhe dedicou a vida inteira” (p. 408), estabelecendo com ele uma relação platônica permeada por furtivas trocas de olhares e sorrisos carregados de desejos jamais satisfeitos. Após a prematura morte de Liberata, Gertrudes tomou para si a responsabilidade de criar os filhos gêmeos de seus patrões, Joaquim e Braulino José, e, mais tarde, de administrar a propriedade (ou o que restou dela) depois da morte de Policarpo, ocorrida cinco anos após a da esposa. O fato de uma mulher, negra e escrava, assumir e desempenhar a contento uma função dessa magnitude, coloca a personagem muito à frente de seu tempo e lhe confere um *status* de reconhecimento no mínimo incomum, face aos padrões da época (e mesmo ante os atuais, infelizmente). Gertrudes representa a honradez e a força de caráter do negro que, mesmo dentro de sua condição de escravo, oprimido e humilhado, privado de sua liberdade, é fiel a seus princípios e valores, demonstrando ser capaz de não se corromper mesmo com todas as maldades e injustiças sofridas.

Quanto à personagem Vavá Tapuio, trata-se do filho de uma índia aimoré com um português, ícone, portanto, da grande miscigenação de que é composta a maior parte do povo brasileiro. O que mais chama a atenção nessa personagem é o papel que desempenha na narrativa. Vavá Tapuio integra-se à expedição formada por Policarpo para ir ao encalço dos índios maracás, os quais, após atacarem a casa da fazenda e matarem Quincas Alçada, fugiram para o interior da mata. O ódio entre tribos indígenas rivais, no caso a dos tapuios e a dos maracás, é tão forte que motiva o índio a se colocar ao lado do branco e contra o povo de sua própria raça. E a lógica prescrita pelo alferes Percival, ao recrutar o índio para o grupo de Policarpo, é terrivelmente simples: nada como índio para caçar e localizar índio. Trata-se de

um exemplo de cooptação a partir de uma desavença de raiz cultural, prevalecendo mais forte do que a irmandade racial.

A relevância da personagem negro Domiciano tem caráter semelhante, porém, nesse caso, não há justificativa cultural, apenas uma lamentável motivação mercenária. Esse negro, tendo ele mesmo sido escravo, achou por ocupação e sustento tornar-se caçador de escravos fugitivos. Por força dos maus tratos, as fugas de escravos eram comuns e freqüentes, o que acarretava em grande prejuízo para os seus donos. Portanto, a partir de raciocínio semelhante ao aplicado no caso dos índios, nada melhor que um negro para localizar e capturar outro negro. Munido de cães ferozes, laços, correntes e cadeias, Domiciano dedicava-se a procurar e recuperar aos fazendeiros seus escravos fugidos, serviço de reconhecida utilidade e remunerado devidamente com base nos preços praticados nos mercados de escravos, ou seja, de acordo com a “peça”.

É de uma amarga ironia a denúncia dessa espécie de corrupção moral, que leva um indivíduo a sobreviver às custas da desgraça de um seu semelhante, num momento em que, sob todos os riscos e perigos, este lança-se corajosa e desesperadamente em busca de uma chance de vida, de algum tipo de existência menos vil e mais humana que a de escravo. O fim terrível que Herberto Sales concede à personagem tem ares de punição moralista à traição mercenária praticada por ela: após a tentativa frustrada de trocar Gertrudes por dois jovens negros de sua propriedade, os quais manietara amarrados pelo pescoço como animais, Domiciano tentou tomá-la à força, na calada da noite. Apavorada, a moça buscou socorro na casa grande, sendo prontamente abrigada. O castigo que foi dado ao negro pelos empregados de Policarpo, ausente no momento, foi bárbaro: numa encruzilhada, eles o castraram, deixando-o caído ao chão e esvaindo-se em sangue; logo ele, que tanto se gabava de suas requisitadas funções de “reprodutor”, recebendo dinheiro dos fazendeiros para fazer filhos nas negras que assim iriam dar à luz novos escravos. No dia seguinte, Domiciano foi encontrado

morto a pauladas, assim como seus cães ferozes. Dos negros que ele levava para a barganha, nem sinal.

Ainda que se expressando a partir do passado, a crítica social baseada na denúncia da exploração do fraco pelo forte, do desrespeito ao ser humano em nome do lucro, do uso indiscriminado e pernicioso do poder e influência das instâncias religiosas para benefício e interesse de alguns e em detrimento do povo, infelizmente não é ultrapassada, tampouco infundada. Essa denúncia social retroativa, entabulada por um autor preocupado com o ser humano, com o que ele faz e com o que fazem dele, principalmente, é profundamente atual. Devolvendo aos leitores uma história antiga, mas com uma visão nova, quase de “bastidor”, o ficcionista propõe uma reflexão sobre a vida, no âmbito individual, e a sociedade, no âmbito coletivo, nos dias atuais. O preconceito racial tão absurdamente arraigado num país cuja população é composta por um caldo racial vastíssimo é uma realidade vergonhosa mas presente, bem como a exploração do pobre, que continua escravizado, preso dentro das limitações impostas pela exclusão social, chicoteado e espoliado pelos ditames inexoráveis das leis regidas pelo capitalismo.

Em seu *Os Pareceres do Tempo*, Herberto Sales revela de maneira contundente que a bandeira do Cristianismo, empunhada com tanto ímpeto e zelo pelos colonizadores portugueses, mais do que trazer uma mensagem de amor, salvação e tolerância, serviu para ocultar e legitimar práticas que hoje se entendem como hediondas, injustas e criminosas, tais como a escravidão oficial dos negros e a velada dos indígenas, praticada diretamente pelos padres, bem como todo o violento processo de tomada de suas terras.

O olhar e a crítica de Herberto Sales não recaem apenas sobre o passado, pelo contrário: observar o que dizem os pareceres daqueles tempos é a maneira como ele propõe que se reflita sobre o presente, a fim de perceber que ainda hoje perdura o espírito colonialista, o qual se manifesta pela ânsia de sempre se apoderar do que pertence ao outro,

bem como a opressão escravocrata, que se dá mediante a exploração dos países mais pobres, que ficam cada vez mais pobres, pelos mais ricos, sempre mais ricos. Dessa forma, de dentro de seu tom histórico, a obra ganha uma dimensão de significado que atravessa o tempo e alcança significativa relevância social na atualidade.

Através da história de amor fictícia depositada no contexto histórico de sua narrativa, Herberto Sales produz uma necessária pausa entre “o sangue e a ambição desvairada”, no dizer de Assis Brasil, a fim de promover, sempre e de novo, o apelo da esperança, assim como o fizera em *O Fruto do Vosso Ventre*. Assim, ele não foge ao seu compromisso de mostrar a crueza da realidade, ainda que para tanto tenha que criar uma outra realidade, através da ficção. Também nunca deixa de ser um otimista, apaixonado e crente na capacidade do ser humano de superar seus limites e vencer pelo amor, desde que saiba aprender com suas mazelas – estejam elas no passado dos “maus costumes” ou no presente dos homens cibernéticos. Mas, para isso, há que se considerar cuidadosamente todos os pareceres que o tempo dá – do que passou, do que ainda se tem e do que faremos ser a vida.

CONCLUSÃO

Em entrevista concedida à TV Educadora, em outubro de 1996, pouco tempo depois do lançamento de seu último romance, *A Prostituta* (1996), Herberto Sales reiterou mais uma vez um compromisso pessoal assumido e já manifesto diversas vezes: “Minha preocupação é, através de minha literatura, analisar a alma humana, falar do homem e das besteiras que ele faz”. A fidelidade a esse compromisso pode ser constatada através da crítica social que permeia a sua obra literária, a qual recorre a temas complexos, desconfortáveis e inquietantes, como a violência existente na sociedade de um modo geral, em todas as épocas, seja ela física, ideológica ou psicológica, porém, sempre cruel e destrutiva.

Ao término dessa pesquisa, fica o questionamento quanto à cooptação ou não do intelectual Herberto Sales pelas instâncias do poder totalitário, quando o mesmo, em plena ditadura militar, assumiu a direção do Instituto Nacional do Livro, exercendo o cargo por dez anos, de 1974 a 1984, e só deixando-o para se tornar assessor de José Sarney, primeiro presidente civil a governar o país após os vinte anos que duraram a ditadura no Brasil. Isso porque, não obstante a natureza cultural e, portanto, aparentemente neutra de sua função, a qual foi desempenhada com sucesso, segundo atestam seus pares, a mesma continua inserida no contexto estatal.

Contudo, os motivos que levaram um intelectual que sempre se declarou tão preocupado com os problemas e injustiças sociais sofridas pela população pobre, carente e ignorante e que utilizou largamente sua literatura para dar voz pública a todas essas demandas, a assumir um cargo público durante um governo o qual, por sua postura arbitrária e até mesmo criminosa terminou se constituindo num ícone de opressão e injustiça, não foi propriamente o tema central dessa investigação, por mais instigante que o mesmo seja. Ao

comentar sua atuação no INL, no *Subsidiário: Confissões, Memórias e Histórias* (1988), Herberto Sales se defende, alegando sempre ter tido uma postura de imparcialidade no tratamento dispensado a escritores e editores, fossem eles de militância partidária direitista ou esquerdista. Tal posição política o próprio escritor jamais assumiu, visto ter declarado diversas vezes não pertencer a nenhuma legenda partidária. No entanto, não obstante essa defesa veemente e o testemunho da obra e dos pares, a suspeita permaneceu e se refletiu principalmente no silêncio da mídia em relação a sua obra, descaso do qual o próprio Herberto Sales queixou-se em mais de uma oportunidade.

Através desta pesquisa, entre outros tantos objetivos, me propus a contribuir para o enriquecimento da crítica à obra literária do baiano Herberto Sales, a qual até hoje recebeu pouca atenção de pesquisa científica em proporção a sua qualidade e relevância dentro da cultura brasileira, conforme pude constatar durante os movimentos preliminares que ensaiei dentro da bibliografia disponível para essa empreitada.

Minha atenção investigativa aos romances herbertianos selecionados se deu dentro de um viés muito em voga atualmente: o da religiosidade. Em seu ensaio “Vestígio do vestígio”, o professor de Filosofia Gianni Vattimo fala de um movimento de retorno, que é como se costuma definir a relevância e atenção que a religião voltou a conquistar na atualidade, inspirada nos “medos apocalípticos difundidos em nossa sociedade” (p. 93). Isso, aliado à busca crescente em nossa sociedade por fundamentos e sentido para a existência, bem como à redescoberta da plausibilidade da religião face à dissolução das metanarrações metafísicas, seria uma das explicações para o fenômeno do retorno religioso.

A Literatura também é um espaço onde o fenômeno religioso ganha cada vez mais relevância, por intermédio da inserção de textos sagrados e outros elementos de natureza mística estarem sendo inseridos, discutidos e ressignificados através da ficção. O fato de o escritor Herberto Sales ter lançado mão dessa prática, unindo teologia e literatura em sua

ficção a fim de promover crítica social, ensejou essa análise de *O Fruto do Vosso Ventre* (1976) e *Os Pareceres do Tempo* (1984), escolhidos para essa pesquisa por trazerem elementos oriundos do universo religioso, no contexto do Cristianismo.

Em *O Fruto do Vosso Ventre*, o elemento de caráter religioso identificado é o próprio texto bíblico, extraído principalmente dos evangelhos de Mateus e de Lucas. A inserção desse texto sagrado, realizada pelo autor na terceira parte do romance, reiterou e confirmou o teor da mensagem bíblica, conferindo-lhe uma dimensão positiva e privilegiada, face à crítica lançada à sociedade tecnocrática pautada pela burocracia, a qual foi apresentada na segunda parte da obra com requintes lingüísticos marcados pelo exagero irônico e redundância propositadamente enfadonha. Nesse sentido, a recorrência ao texto sagrado do Cristianismo conferiu ao mesmo um caráter mítico de uma verdadeira reserva de valores humanitários, da qual se espera uma resposta eficiente à crise ocasionada pela falta de sentido para a existência, vivenciada na pós-modernidade.

O foco de *Os Pareceres do Tempo* recaiu sobre a religiosidade em sua dimensão humana, ou seja, a instituição religiosa, no caso, a Religião Católica Apostólica Romana, especificamente. Situando a narrativa no período colonial brasileiro, o autor empreendeu uma crítica ferrenha contra a atuação perniciosa e hipócrita dos religiosos que, sob uma conveniente aparência de devotada piedade cristã, não só apoiaram como também se beneficiaram lucrativamente da escravidão dos negros, em voga na época. Entretanto, a ironia através da qual Herberto Sales efetivou a denúncia do caráter ideológico do discurso religioso da igreja, que atendeu aos interesses colonialistas dos portugueses em detrimento dos mais fracos e pobres, alcançou seu auge nas exaltadas paródias do discurso catequético dos padres jesuítas junto aos nativos, os quais se constituíram em uma ferramenta extremamente útil no processo de expropriação territorial do índio e exploração de sua mão-de-obra, empreendido sistematicamente pelo branco colonizador por mais de três séculos.

O peso maior dessa crítica se encontra no fato de que a mesma incide justamente sobre a instituição igreja, que na pessoa de seus padres e demais autoridades clericais, representa e teoricamente deveria ensinar, pelo próprio exemplo, os valores e virtudes morais pregados pelo Cristianismo em seu texto sagrado, a bíblia, tais como: amor ao próximo, piedade, tolerância e solidariedade, entre outros, isso sem mencionar a doutrina do desapego aos bens materiais. No entanto, a História revisitada e ressignificada pela ficção herbertiana em *Os Pareceres do Tempo* foi implacável ao revelar não só seu fracasso como exemplo de fé bem como sua culpa e responsabilidade social, tanto em relação aos valores que sempre representou e através dos quais buscou legitimar o próprio discurso, quanto pelas inúmeras vítimas dos crimes históricos que dissimuladamente ajudou a cometer.

Além de refletir uma das temáticas mais emergentes de nosso tempo, a religião, a qual é, ao mesmo tempo, tão antiga que se confunde com o início da civilização humana, a inserção feita por Herberto Sales desses textos e elementos concernentes à reserva sagrada do cristianismo em suas obras de ficção promove um profícuo diálogo entre teologia e literatura e amplia um importante espaço de reflexão no qual, conforme acena Jacques Derrida, se possa pensar no fenômeno da religião sem que para isso seja necessário excluir a razão, ou vice-versa.

Acredito que, através deste trabalho, pude dar uma dupla contribuição aos estudos literários, desenvolvendo um pouco mais a discussão crítica a respeito da obra do escritor Herberto Sales e, ao mesmo tempo, incrementando a análise literária brasileira explorando essa nova faceta dos estudos literários e culturais acadêmicos, a qual promove o diálogo crítico-estético entre teologia e literatura, dentro do contexto híbrido da pós-modernidade.

Nesse particular, posso afirmar que a obra de Herberto Sales não se esgota, pois nos próprios romances analisados nessa dissertação ainda se podem levantar outros elementos que ensejem a pesquisa literária sob a perspectiva da religiosidade. Além do mais, outras obras do

escritor também são ricas em elementos dessa natureza, em especial o ensaio *História Natural de Jesus de Nazaré*: uma narrativa cristã, no qual Herberto Sales apresenta uma releitura do evangelho bíblico a partir de pesquisas científicas baseadas em obras de arqueólogos, teólogos e historiadores. Esse que foi o último texto publicado pelo escritor, em 1997, dois anos antes de sua morte, será objeto de uma futura análise a ser realizada por esta pesquisadora, a respeito do mito cristão, Jesus, na literatura, juntamente com algumas outras obras literárias que abordam a mesma temática.

BIBLIOGRAFIA (BÁSICA) DE HERBERTO SALES

ROMANCES:

SALES, Herberto. *Cascalho*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1944; 3ª ed. revista, Rio de Janeiro: Ediouro, 1967.

_____. *Além dos Marimbus*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1961.

_____. *Dados Biográficos do Finado Marcelino*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

_____. *O Fruto do Vosso Ventre*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Einstein, o Minigênio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. *Os Pareceres do Tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. *A Porta de Chifre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. *Na Relva da Tua Lembrança*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____. *Rio dos Morcegos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

_____. *Rebanho do Ódio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *A Prostituta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

CONTOS:

SALES, Herberto. *Histórias Ordinárias*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1966.

_____. *Uma Telha de Menos*. Rio de Janeiro: Editorial Tormes, 1970.

_____. *O Lobisomem e outros Contos Folclóricos*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro, 1970.

_____. *Armado Cavaleiro O Audaz Motoqueiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MEMÓRIAS:

SALES, Herberto. *Subsidiário. Confissões, Memórias e Histórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

_____. *Subsidiário 2: Andanças por umas Lembranças. Segredos e Revelações*. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

_____. *Subsidiário 3: Eu de Mim com Cada Um de Mim. Confidências e Penitências*. São Paulo: Editora do Brasil, 1992.

LITERATURA INFANTIL:

SALES, Herberto. *O Sobradinho dos Pardais*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

_____. *A Feiticeira da Salina*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

_____. *A Vaquinha Sabida*. São Paulo: Ed. do Brasil, 1974.

_____. *O Homenzinho dos Patos*. São Paulo: Ed. do Brasil, 1974.

_____. *O Casamento da Raposa com a Galinha*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

_____. *O Burrinho que Queria Ser Gente*. São Paulo: Ed. do Brasil, 1980.

_____. *O Menino Perdido*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1984.

_____. *A Volta dos Pardais do Sobradinho*. São Paulo: Melhoramentos, 1985.

LITERATURA INFANTO-JUVENIL

SALES, Herberto. *As Boas Más Companhias*. São Paulo: Global Editora, 1995.

VIAGEM:

SALES, Herberto. *O Japão: Experiências e Observações de uma Viagem*. Brasília: Embaixada do Japão, 1971.

OUTROS:

SALES, Herberto. *Baixo-Relevo*. Notas de Leitura. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1954.

_____. *Garimpos da Bahia*. Monografia. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1955.

_____. *Memórias de um Burro Brasileiro*. Variante de *Mémoires d'un âne*, da Condessa de Ségur. Rio de Janeiro: Ed. Ouro, 1970.

_____. *Hoje, O Livro*. Aula Inaugural do Curso de Mestrado em Sistemas de Bibliotecas Públicas, na Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: Ed. Universitária, 1979.

_____. *Aspectos da Política Governamental do Livro no Brasil*. Brasília: INL, 1980.

_____. *Para Conhecer Aluísio Azevedo*. Bibliografia Crítica e Antologia. Rio de Janeiro: Bloch, 1973.

_____. *História Natural de Jesus de Nazaré*. Uma Narrativa Cristã. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

REFERÊNCIAS - Citada ou Consultada**DO ESCRITOR:**

SALES, Herberto. *Cascalho*. 3ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ediouro, 1967.

_____. *Dados Biográficos do Finado Marcelino*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

_____. *Além dos Marimbus*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *O Lobisomem e Outros Contos Folclóricos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *Uma Telha de Menos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *Armado Cavaleiro O Audaz Motoqueiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. Depoimento, 1981. In: *Revista de Cultura da Bahia*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia/ Conselho Estadual de Cultura, 1999/2000, p. 184.

_____. *Einstein, O Minigênio*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1983.

_____. *O Fruto do Vosso Ventre*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984.

_____. Entrevista. *O Estado de São Paulo*, 31/07/1984.

_____. *Subsidiário: Confissões, Memórias e Histórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

_____. *Subsidiário 2: Andanças por umas Lembranças. Segredos e Revelações*. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

_____. Depoimento. *A Tarde Cultural*, Salvador, 05/10/1996, p. 7.

_____. Entrevista. TV Educadora, outubro de 1996. Gravado em VHS. Entrevistador: Denise Fingergut. Programa *Frente a Frente*. Salvador: IRDEB/TVE, 1996.

_____. *História Natural de Jesus de Nazaré – Uma Narrativa Cristã*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. *Os Pareceres do Tempo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

SOBRE O ESCRITOR:

ALVES, Ivira Iracema. *Herberto Sales – Biografia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

_____. As mãos (livres) da imaginação. *A Tarde Cultural*, Salvador, 19/09/1992.

_____. Herberto Sales: Escritor entre Dois Caminhos. *A Tarde Cultural*, Salvador, 18-09-1999, p. 8-9.

ALVES, Lizir Arcanjo. *Réquiem*. *A Tarde Cultural*, Salvador, 18-09-1999.

AMBROGI, Marlise Vaz Bridi. *Literatura Comentada: Herberto Sales*. Rio de Janeiro: Abril, 1983.

BRASIL, Assis. *Herberto Sales: regionalismo e utopia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

BRUNO, Haroldo. Posfácio. In: SALES, Herberto. *Além dos Marimbus*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. Do Romance ao Conto. In: BRUNO, Haroldo. *Novos Estudos da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980.

CARVALHO, Marielson. *Lavra de alto quilate*. Salvador: A Tarde Cultural, 20-09-1997, p. 08.

CARVALHO, Olavo de. *Texto-orelha*. In: SALES, Herberto. *História Natural de Jesus de Nazaré: Uma Narrativa Cristã*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

COSTA, Aramis Ribeiro. *O Conto de Herberto Sales*. In: Revista de Cultura da Bahia. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1999/2000, p. 197-209.

FILHO, Adonias. Introdução. In: SALES, Herberto. *Cascalho*. 3. ed. rev., Rio de Janeiro: Ediouro, 1967.

FILHO, Ruy Espinheira. Proposta de concessão do título de Doutor *Honoris Causa* a Herberto Sales. *A Tarde Cultural*, Salvador, 05 de outubro de 1996, p. 6. (Título do caderno: Herberto Sales: homem de lavras)

GROSSMANN, Judith. Prefácio. In: SALES, Herberto. *Seleção Os melhores contos de Herberto Sales*. 2 ed. São Paulo: Global, 1984.

LEAL, Eneida. *Eu, Herberto Sales*. (Depoimento). Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

MILLIET, Sérgio. Nota à 3ª edição. In: SALES, Herberto. *Cascalho*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1956.

OLIVEIRA, Milton. *Herberto Sales: Memórias de desencantos*. Salvador: A Tarde Cultural, 08-05-1993.

PARK, Dong Won. *A técnica narrativa realista na ficção de Herberto Sales*. Dissertação de Mestrado. Professor Orientador: Cassiano Nunes Botica. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

PEREZ, Renard. Herberto Sales. In: *Escritores Brasileiros Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. A solidão – decadência: o ser-para o outro em Herberto Sales. In: PROENÇA, Ivan Cavalcanti. *Seleção de Herberto Sales*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

SEIXAS, Cid. Do Cascalho ao Diamante. In: *Triste Bahia – Oh quão Dessemelhante*. Salvador: Letras da Bahia, 1983.

SILVEIRA, Enio. *Texto-orelha*. In: SALES, Herberto. *Einstein, o Minigênio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

REFERÊNCIAS GERAIS

ALVES, Márcio Moreira. *A igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. Trad. de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ARRUDA, José Jobson; PILETTI, Nelson. *Toda a História – História Geral e História do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, E. et al. *História da Igreja no Brasil – ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *A crise da cristandade e o projeto liberal*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. Modernity and Ambivalence. In: JOBLING, David et al. *A Bíblia Pós-Moderna*. Trad. Bárbara Theoto Lambert. São Paulo: Loyola, 2000.

BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política. In: _____; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W; HABERMAS, Jürgen. *Textos Escolhidos*. Trad. de José Lino Grünnewald et al. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Bíblia Sheed. Editor responsável Russel P. Sheedd. Tradução em português por João Ferreira de Almeida. 2.ed. ver. e atual. São Paulo: Vida Nova; Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1997.

BRASIL, Assis. *A Nova Literatura - O Romance*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

CARDOSO, Douglas Nassif. Os antecedentes históricos, culturais e religiosos do Brasil Império e da Escócia. In: *Robert Reid Kalley: Médico, Missionário e Profeta*. São Bernardo do Campo: Edição do Autor, 2001.

CHAMPLIN, Russell Norman; BENTES, Pastor João Marques. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. Vol. 2, 3. ed. São Paulo: Candeia, 1995.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura e Linguagem: a obra literária e a expressão lingüística*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

COSTA, Dante. *Os olhos nas mãos - Literatura Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

COUTINHO, Afrânio. Antecedentes do Modernismo na Ficção. In: _____. *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1970.

CUPITT, Don. *Depois de Deus – o futuro da religião*. Trad. Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

DERRIDA, Jacques. Fé e Saber – As duas fontes da ‘religião’ nos limites da simples razão. In: *A religião: o seminário de Capri*. In: VATTIMO, Gianni e DERRIDA, Jacques. (Org.) *A*

religião: o seminário de Capri. Participação de Aldo Gargani, Hans-Georg Gadamer et al. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano - a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FALCON, Francisco José Calazans. *Illuminismo*. São Paulo: Ática, 1991.

FERRAZ, Salma. *As faces de Deus na obra de um ateu – José Saramago*. Juiz de Fora: UFJF; Blumenau: EDIFURB, 2003.

FISCHER, Joaquim. *Missão e Expansão do Cristianismo do Velho Mundo no Início da Idade Média*. Vol. 3. São Leopoldo: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, 1984.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *A hermenêutica do sujeito*. Trad. de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Microfísica do Poder*. 19ª ed. org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FRYE, Northrop. Terceiro Ensaio – Crítica arquetípica / teoria dos mitos. In: _____. *Anatomia da Crítica*. Trad. de Péricles E. da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973.

GAARDER, Jostein. *O livro das religiões*. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GOMES, Paulo Miranda e GOMES, Vera Lúcia Barbosa. *História Geral*. Belo Horizonte: Livraria Lê Editora, 1977.

HABERMAS, Jürgen. *Modernidade versus Pós-modernidade*. Trad. Anne-Marie Sumner e Pedro Moraes. In: *Arte em Revista*, nº 7. São Paulo, agosto de 1983.

HOISEL, Evelina. O jogo da identidade e alteridade: uma leitura da catequese. In: *Revista de Estudos Literários da UFBA*. Salvador: UFBA, julho de 1992.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro: 1500 – 1800*. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. et. al. *História da Igreja no Brasil: Ensaio de Interpretação a partir do povo*. Petrópolis: Vozes, 1977.

JOBLING, David et. al. *A Bíblia Pós-Moderna*. Trad. de Bárbara Theoto Lambert. São Paulo: Loyola, 2000.

KAZANTZAKIS, Nikos. *A Última Tentação de Cristo*. Trad. Waldéa Barcellos e Rose Nânie Pizzinga. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

KUSCHEL, Karl Josef. *Os escritores e as escrituras: retratos teológicos literários*. Trad. de Paulo Astor Soethe *et al.* São Paulo: Loyola, 1999.

LIMA, Luiz Costa. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINS, Álvaro. *Os mortos de sobrecasaca: obras, autores e problemas da Literatura Brasileira*. Ensaios e estudos 1940 – 1960. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-moderna*. Trad. rev. José Navarro. Lisboa: Gradiva, 1989.

MANZATTO, Antonio. *Teologia e Literatura – reflexões teológicas a partir da antropologia contida nos romances de Jorge Amado*. São Paulo: Loyola, 1994.

MARIA, Júlio. *A Igreja e a República no Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

MICHAELIS: *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MILES, Jack. *Deus – uma biografia*. 3ª reimp. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MONEGAL, Emir Rodriguez. Escrevendo ficção sob os olhos da censura. In: SILVERMAN, Malcolm. *Protesto e o Novo Romance Brasileiro*. Trad. de Carlos Araújo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NADAI, E. e NEVES, J. *História do Brasil: da Colônia à República*. São Paulo: Saraiva, 1989.

NISKIER, Arnaldo. *Mestre da Prosa*. Salvador: A Tarde Cultural, 18-09-1999, p. 12.

O Novo Dicionário da Bíblia. Editor organizador J. D. Douglas; editores assistentes F. F. Bruce *et al*; editor em português R. P. Shedd. Trad. de João Bentes. 2 ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Os falsos da forma. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). *Palavra, fé e poder*. Campinas: Pontes, 1987.

ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos*. 64ª ed. Trad. Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Globo, 2000.

POMPEU, Renato. Alta Tensão. *Veja*, São Paulo, p. 111, 18 jul. 1979.

RODRIGUES, José Carlos. *Religiões Acatolicas no Brazil*. Rio de Janeiro: Escritório do Jornal do Comércio, 1904.

RUSHDIE, Salman. *Os Versos Satânicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as palestras de Reith de 1993*. Trad. de José Reis Leal *et. al.* Lisboa: Edições Colibri, 2000.

SANTIAGO, Silviano. *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SARAMAGO, José. *O evangelho segundo Jesus Cristo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SILVERMAN, Malcolm. *Moderna Sátira Brasileira*. Trad. de Richard Goodwin. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

_____. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Trad. Carlos Araújo. 2. ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

UNAMUNO, Miguel. *A agonia do Cristianismo*. Trad. Artur Guerra. Lisboa: Cotovia, 1991.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Vol. I. Salvador: Ed. Itapuã, 1969.

VATTIMO, Gianni. Vestígio do vestígio. In: VATTIMO, Gianni e DERRIDA, Jacques. (Org.) *A religião: o seminário de Capri*. Participação de Aldo Gargani, Hans-Georg Gadamer *et al.* São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

WETZEL, H. E. Mem de Sá Terceiro Governador Geral (1557 – 1572). In: HOORNAERT, E. *et. al.* *História da Igreja no Brasil – ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis: Vozes, 1977.

SANTOS, Valmir. Saramago Segundo o Teatro. Entrevista com o escritor José Saramago. Disponível em > <http://www.folhauol.com.br/biblioteca>. Acesso em 19/07/2005.

Vale do São Francisco – 500 Anos de Integração Nacional. (s/ autor indicado). Site da Prefeitura de Montes Claros – MG. Disponível em: <http://www.valedosaofrancisco.com.br/Cultura/Historia.com.br>. Acesso em 31.12.2005.